ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Director António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 297
27 de Setembro de 1979

Preço: 10$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

LISTAS APU NAS INTERCALARES

PODEROSA DINÂMICA UNITÁRIA POR UMA VIRAGEM DEMOCRÁTICA NA VIDA POLÍTICA PORTUGUESA

Manter a direita em minoria na Assembleia da República e aumentar a maioria democrática com o reforço da votação e do número de deputados comunistas têm sido os grandes objectivos apontados pelo PCP para as eleições intercalares.

A perspectiva de concretização destes objectivos recebeu um forte impulso com a celebração do acordo entre o PCP e o MDP/CDE para a concorrência de listas APU às eleições.

POVO UNIDO

Tal acordo, que será a base em que assentará uma poderosa dinâmica unitária por uma viragem democrática na vida política portuguesa, constituirá ao mesmo tempo um importante passo para o fortalecimento da unidade das forças democráticas.

José Eduardo dos Santos Presidente do MPLA-PT e da RP de Angola

O Comité Central do PCP enviou ao camarada José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA-PT e da República Popular de Angola, o seguinte telegrama, assinado por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP:

Querido camarada José Eduardo dos Santos:

Em nome do Comité Central e de todos os militantes do Partido Comunista Português, enviamos-lhe calorosas e fraternais saudações por motivo da sua eleição para Presidente do MPLA – Partido do Trabalho e da República Popular de Angola. Estamos certos, querido camarada, de que o povo angolano, caldeado em lutas heróicas, prosseguirá o caminho da independência, do progresso social e do socialismo sob a direcção da sua vanguarda revolucionária — o MPLA – Partido do Trabalho. Queremos confirmar-lhe a nossa determinação de tudo fazermos para reforçar os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos e os nossos dois povos. Podeis sempre estar certos da activa solidariedade dos comunistas portugueses.

Pág.11

Levar a voz da APU aos órgãos de poder local é, também em Braga, abrir as portas ao futuro. É ao mesmo tempo reflexo significativo do aumento da influência e da organização do PCP e seus aliados na região

APU vai concorrer em todas as freguesias do concelho de Braga

A Aliança Povo Unido vai concorrer em todas as freguesias do concelho de Braga.

Este facto, que constitui já uma vitória para a APU, pode ser tomado como um exemplo de trabalho e de confiança das forças progressistas, servindo ao mesmo tempo de incentivo sobretudo nas zonas ainda dominadas pela reacção.

O concelho de Braga, que faz parte de um distrito que pela sua divisão administrativa tem o maior número de membros nas autarquias (7032), vai eleger para o total das 61 assembleias de freguesia 632 cidadãos. As listas a apresentar terão 856 elementos, dos quais 224 são suplentes.

Os eleitos das Assembleias de Freguesia elegerão depois os 187 membros das 61 juntas de freguesia do concelho de Braga.

Com 73 903 eleitores, o concelho de Braga apresenta uma divisão administrativa muito heterogénea, como de resto todo o distrito. Além de uma freguesia com menos de 200 eleitores (Guisande), é formado por pequenas freguesias como a de St.º Estêvão (224 eleitores) e por grandes concentrações como a freguesia de S. Vítor, na cidade de Braga, com 8570 recenseados.

A concorrência da APU em todas as freguesias do concelho de Braga, para além dos restantes órgãos autárquicos que oportunamente divulgaremos, é uma resposta aos anseios das massas populares que cada vez mais exigem homens e mulheres honestos e dedicados à frente da gestão local.

Braga é um exemplo a seguir. Concorrer no maior número possível de freguesias do país é uma meta imediata.

Semear mais e melhor para defender a Reforma Agrária

(págs. centrais)

Moçambique: 15.º aniversário do início da insurreição armada

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central da FRELIMO o telegrama seguinte:

Na passagem do 15.º aniversário do início da insurreição armada o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do Partido FRELIMO, todo o povo moçambicano e, em especial, as Forças Populares de Libertação de Moçambique, o braço armado da revolução moçambicana.

Nesta data histórica queremos uma vez mais reafirmar-vos, queridos camaradas, a activa solidariedade dos comunistas portugueses à vossa luta contra as agressões imperialistas, pela consolidação da independência, pela paz, o progresso social e o socialismo.

Pag. 11

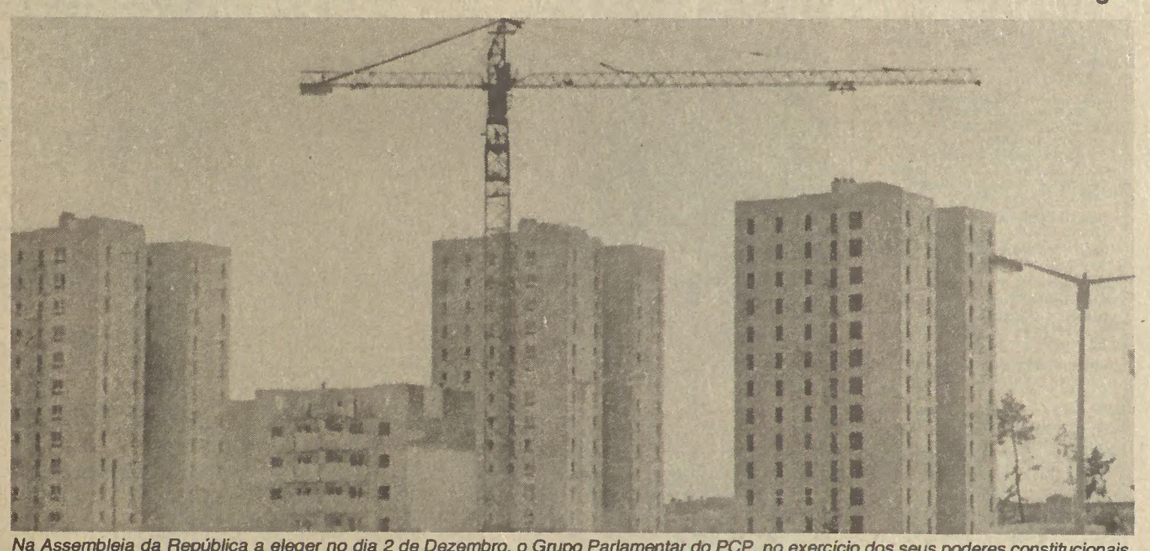
E. BERLINGUER EM LISBOA

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português chega a Lisboa na próxima terça-feira o camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, à frente de uma delegação do PCI.

A visita dos camaradas italianos prolongar-se-á até domingo, dia 7, e realiza-se no quadro das relações de franternal amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCI.

Os aumentos das rendas não resolvem, antes agravam os problemas da habitação

Pág.4



Na Assembleia da República a eleger no dia 2 de Dezembro, o Grupo Parlamentar do PCP, no exercício dos seus poderes constitucionais, chamará de imediato a apreciação, a fim de o tentar anular, o decreto-lei do governo Mota Pinto/PPD/CDS, agora publicado, o qual não ajuda em nada a resolver o problema da habitação e, antes pelo contrário, agrava sensivelmente as condições de vida das classes trabalhadoras

Editorial **PREPARAR A BATALHA ELEITORAL TAREFA IMEDIATA**

Editorial

PREPARAR A BATALHA ELEITORAL TAREFA IMEDIATA

A possibilidade real de uma alternativa democrática para a crise em que se debate o País, particularmente desde o Verão de 77, e pela qual o PCP se tem batido com insistência – crise que assumiu expressão mais aguda durante o consulado do governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS. cuja política antipopular e de impasse constitucional era a característica principal da situação portuguesa de há dois meses –, tornou-se mais viável com as mudanças ocorridas desde então nos planos governativo e legislativo.

— O execrado governo Mota Pinto/PPD/CDS foi substituído por outro chefiado pela engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo;

— A Assembleia da República, eleita em 76, foi dissolvida, eleições intercalares para o período que se estende até à segunda metade de 1980 foram marcadas para o dia 2 de Dezembro, a exigência legal de fazer no ano em curso as eleições para as autarquias locais foi respeitada;

— A Constituição portuguesa revelou-se como um sólido esteio do regime democrático e das conquistas de Abril e saiu reforçada.

A saída constitucional que está em curso – característica fundamental da situação política do momento actual – deve, pois, inserir-se na dura e complexa batalha que se trava actualmente no nosso País entre as forças reaccionárias no seu conjunto e as forças da democracia e do progresso social e inscreve-se para já como uma séria derrota da reacção e do seu reconhecido projecto anticonstitucional, cujo objectivo era a destruição do regime democrático e a criação de condições políticas prévias para o estabelecimento de uma nova ditadura.

* * *

Entretanto, o processo constitucional que conduzirá a uma alternativa democrática está apenas na fase inicial. O conteúdo e alcance no tempo e no espaço dessa alternativa estão ainda por definir; obstáculos de monta há ainda que enfrentar e superar. Trata-se, afinal, de uma tarefa grandiosa que exige a participação consciente e activa de todos os democratas e patriotas. A alternativa democrática tornou-se um imperativo nacional para todos os portugueses dignos desse nome.

A crise, originada e agravada pela política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, é da responsabilidade principal dos governos PS sozinho em estreita aliança com o PPD/PSD e o CDS e dos que se lhe seguiram até ao Governo actual. Esta política de falência agravou as condições de existência do nosso povo, em particular dos trabalhadores; comprometeu largamente a nossa recuperação económica e financeira; tornou ainda mais opressiva a nossa dependência do imperialismo e do capital estrangeiro.

Tem importância decisiva para a concretização dessa alternativa democrática, em primeiro lugar, a força unida, organizada e politicamente operante do movimento de massas, do movimento operário, popular e democrático, e, em segundo lugar, o carácter e a política dos governos aos quais caberá dar-lhe execução prática, a começar pelo actual Governo da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, mesmo apesar da precária duração e limites da sua competência.

A engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo em declarações públicas manifestou propósitos de abertura ao diálogo, de resolução concertada dos problemas contenciosos da sociedade portuguesa, de reparação das injustiças a par da tarefa essencial que lhe foi cometida pelo Presidente da República – a de assegurar condições de liberdade, isenção e seriedade durante todo o processo eleitoral do próximo final de ano. Por essa razão o PCP decidiu não inviabilizar a saída constitucional que a formação do actual Governo representava, e não votou a moção parlamentar de rejeição dos partidos da direita.

* * *

Se é verdade que alguns passos positivos foram dados no cumprimento das garantias e propósitos afirmados pela senhora Primeiro-Ministro, é também verdade que múltiplas decisões e declarações governamentais e hesitações e cedências perante a herança maldita do governo Mota Pinto/PPD/CDS introduzem factores de apreensão e de dúvida quanto à capacidade e propósitos do Governo actual.

O que noutro lugar publicamos do prosseguimento da ofensiva contra a Reforma Agrária, já durante a vigência deste V Governo, e das demoras em pôr cobro à descarada manipulação pela direita dos órgãos de comunicação social estatizados; os desmedidos aumentos de preços sem justa compensação no aumento dos salários, em particular a incompreensível elevação das rendas de casa; as indefinições quanto ao pacote de leis legado pelo governo anterior, que se chocam muitas delas com uma elementar justiça e constitucionalidade, ilustram as apreensões e dúvidas que se manifestam quanto à acção do novo Governo.

Evidentemente, as dificuldades e distorções económicas e sociais dos sucessivos governos que antecederam o da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo não se removem nem corrigem com golpes de varinha de condão. Reclamam trabalho árduo e forçosamente longo na construção de um futuro melhor para o Povo português, mesmo da parte de um governo com as características de gestão do actual.

Mas as contemporizações com a direita nas questões cruciais que complicam no momento actual a sociedade portuguesa atrasam a superação da crise, semeiam a descrença entre os portugueses, não facilitam a credibilidade dos propósitos enunciados pela senhora Primeiro-Ministro.

* * *

Quanto ao papel decisivo do movimento popular, passos importantes para o fortalecimento da unidade das forças democráticas foram dados com a renovação do registo da Aliança Povo Unido (APU) visando a disputa das eleições para as autarquias locais em 16 de Dezembro e com a celebração do acordo entre o PCP e o MDP/CDE para a concorrência de listas APU às eleições intercalares de 2 do mesmo mês.

Como se diz no «Comunicado Conjunto» de 23 último, a coligação eleitoral agora constituída representa um contributo importante para, tal como nas eleições anteriores, se infligir uma nova e severa derrota aos partidos reaccionários, na continuação das que sofreram, recentemente, com a queda do governo Mota Pinto, com o fracasso da sua ofensiva para a revisão inconstitucional da Constituição e a derrota dos planos com que pretendiam impedir uma saída constitucional e democrática para a crise política.

Um sério obstáculo de ordem técnica foi ultrapassado, ao mesmo tempo que um importante factor de ordem política veio alargar as possibilidades duma grande vitória eleitoral sobre os partidos da «Aliança Reaccionária».

A perspectiva antes apontada pelo PCP para as eleições intercalares recebeu agora um forte impulso no sentido da sua materialização.

Manter a direita em minoria na Assembleia da República, aumentar a maioria democrática com o reforço da votação e do número de deputados do PCP, agora no quadro da APU, são objectivos cada vez mais ao alcance das forças democráticas.

* * *

O reagrupamento das forças da direita na «Aliança Reaccionária» representa um cacharolete de politicalhos absolutamente desacreditados perante o Povo português. No saco apodrecido da Aliança, os «aliados» agarram-se uns aos outros para se aquecerem dos reveses comuns e se adoçarem do amargor dos vencidos, ao mesmo tempo que se desgarram em ambições pessoais, em rivalidades de interesses, alguns inconfessáveis, e se mimoseiam com piropos incisivos como navalhas afiadas. O sr. Ângelo Correia, do PPD, puxa as orelhas em público ao sr. Rui de Oliveira, secretário-geral do CDS; os «fumos da corrupção» e o lume de dinheiros públicos que queimam mãos, envolvem o sr. Ferreira do Amaral e tisnam o sr. Sobrinho de Morais, de Valpaços; os srs. Medeiros Ferreira e Barreto, trânsfugas do PS depois de terem sido trânsfugas de outras formações políticas, firmaram agora com toda a solenidade um acordo de cavalheiros com Sá Carneiro e dão a entender que a participação do «grupo da Suíça» e do «Solar de Mateus» no cacharolete reaccionário da «Aliança» tirou a esta... o carácter de direita!

Sim, porque os senhores «reformadores» são gente de esquerda! Casqueiro da CAP e Sousa Tavares (ex-monárquico e ex-PS), presumíveis candidatos por Portalegre e Évora pela «Aliança Reaccionária», irmanam-se no ódio à Reforma Agrária; D. Helena Roseta «proletariza-se» por Setúbal, enquanto os srs. Sá Carneiro, Lucas Pires, Amândio de Azevedo, Ribeiro Teles, Amaro da Costa, Freitas do Amaral e outros luminares da direita mais reaccionária, disputarão entre si os lugares de comando na «nova maioria» que proclamam aos quatro ventos.

Seria, naturalmente, perigoso subestimar o potencial golpista desta «Aliança Reaccionária». Os detentores do grande capital, os financeiros das multinacionais, os barões do latifúndio olham com esperança para esta gente como mandatários dos seus interesses de rapina contra o Povo português.

Mas a batalha do voto não se decide na penumbra dos gabinetes nem nos conluios dos inimigos do Portugal democrático. Decide-se pelas mãos do Povo. O modesto agricultor rendeiro do Norte e do Centro do País perguntar-se-á a si próprio se tem alguma coisa de comum com o PPD e o CDS que votaram a lei dos senhorios ricos do arrendamento rural em aliança com o PS; com os que, no governo, abriram as portas à importação maciça de vinhos que condena à ruína muitos milhares de pequenos vinhateiros, ou os que, no MAP/CAP, têm negado preços justos aos produtos da agricultura, encarecido e rarificado o crédito, desprezado da maneira mais brutal a sorte de muitos milhares de modestos produtores.

* * *

Os comunistas e todos os democratas consequentes devem encarar como tarefa mais importante e imediata a batalha eleitoral. Esclarecer, organizar, mobilizar, tem de ser o trabalho de todos os dias na frente das eleições. Elaborar listas, escolher para elas os portugueses mais prestigiados e capazes, levar a campanha eleitoral até ao local mais recôndito é essencial para a vitória.

A alternativa democrática, para ser viável e para mudar a face política do País, exige a participação activa dos comunistas e dos restantes democratas no Governo e na direcção do Estado.

A crise pode ser vencida se às forças reaccionárias for retirada toda a iniciativa dirigente no processo da nossa vida democrática, se a unificação numa vasta frente de combate se tornar uma realidade viva do movimento de massas.

Os comunistas, coligados com outros democratas consequentes na APU, agirão como lutadores de vanguarda na defesa do património inapreciável da Revolução de Abril.

Visita a Portugal de uma delegação do PC Búlgaro

Entre 17 e 22 de Setembro visitou Portugal, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação do Partido Comunista Búlgaro, composta por Kina Boyadjieva, membro do CC e 1.º Responsável-adjunto do Departamento de Artes e Cultura do CC do PCB, Georgi Sapundjiev, Chefe de Secção no Departamento de Agitação e Propaganda do CC e Boyan Mihailov, membro do Departamento de Relações Internacionais do CC do PCB.

Durante a sua estadia no nosso país, a delegação búlgara foi recebida por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e encontrou-se com uma delegação composta por Carlos Aboim Inglês, membro do CC, Vitor Dias, membro suplente do CC, Fernando Correia, sub-chefe de redacção do jornal «Avante!» e António Ângelo, membro da Secção Internacional do PCP.

A delegação búlgara teve ainda encontros de trabalho com delegações da SIP do CC, da DORL, da UJC e da UEC, do «Avante!» e das Edições «Avante!», visitou diversos pontos de interesse político e arquitectónico, colectividades e centros de produção e difusão artística e cultural e contactou com trabalhadores intelectuais das áreas do ensino, da informação, do canto e da música, das artes, da literatura, do teatro e do cinema. Através destes contactos, a delegação búlgara teve oportunidade de conhecer mais de perto a realidade portuguesa e em especial as diversas frentes de actuação, formas de organização e estilo de trabalho do PCP nos campos da informação, da ideologia e da cultura.

Esta visita de estudo possibilitou um amplo e frutuoso intercâmbio de informações, de opiniões e de experiências e decorreu no ambiente de calorosa amizade e solidariedade que caracteriza as relações fraternais existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro.

Delegação do PCP na RDA

De 15 a 22 de Setembro visitou a RDA a convite do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha uma delegação de estudo do Partido Comunista Português dirigida pela camarada Marília Vilaverde Cabral, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Lisboa e de que faziam também parte os camaradas Artur Vidal Pinto, do CC e da Direcção da Organização Regional do Porto, Deolinda Santos, suplente do CC e membro da Direcção da Organização Regional da Madeira, Fernando Oliveira, membro da Direcção da Organização Regional de Santarém e José Revés, membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Esta delegação encontrou-se com o camarada Horst Dohlus, membro suplente da Comissão Política e Secretário do Comité Central do PSUA e com os camaradas Fritz Müller, do Comité Central, Heinz Mirtschin e Wolfgang Nuss, responsáveis por diferentes sectores de trabalho organizativo do PSUA. A delegação deslocou-se ao distrito de Frankfurt, onde se encontrou com vários dirigentes locais do PSUA, nomeadamente com o camarada Jochan Hertwig, membro do Comité Central e 1.º Secretário da respectiva Direcção Distrital do PSUA, e visitou uma empresa agrícola e uma cooperativa de produção agrícola.

A delegação do PCP tomou conhecimento directo de aspectos do funcionamento e do trabalho de organização e de formação ideológica do PSUA aos vários níveis, e do papel desempenhado pelo partido na edificação da sociedade socialista avançada na República Democrática Alemã. Através das visitas a locais de produção e dos contactos que realizou a delegação constatou ainda a ampla mobilização popular que assinala os preparativos do 30.º aniversário da fundação da RDA.

A visita da delegação do PCP decorreu no ambiente de calorosa amizade e fraternal solidariedade que caracteriza as relações existentes entre o PCP e o PSUA.

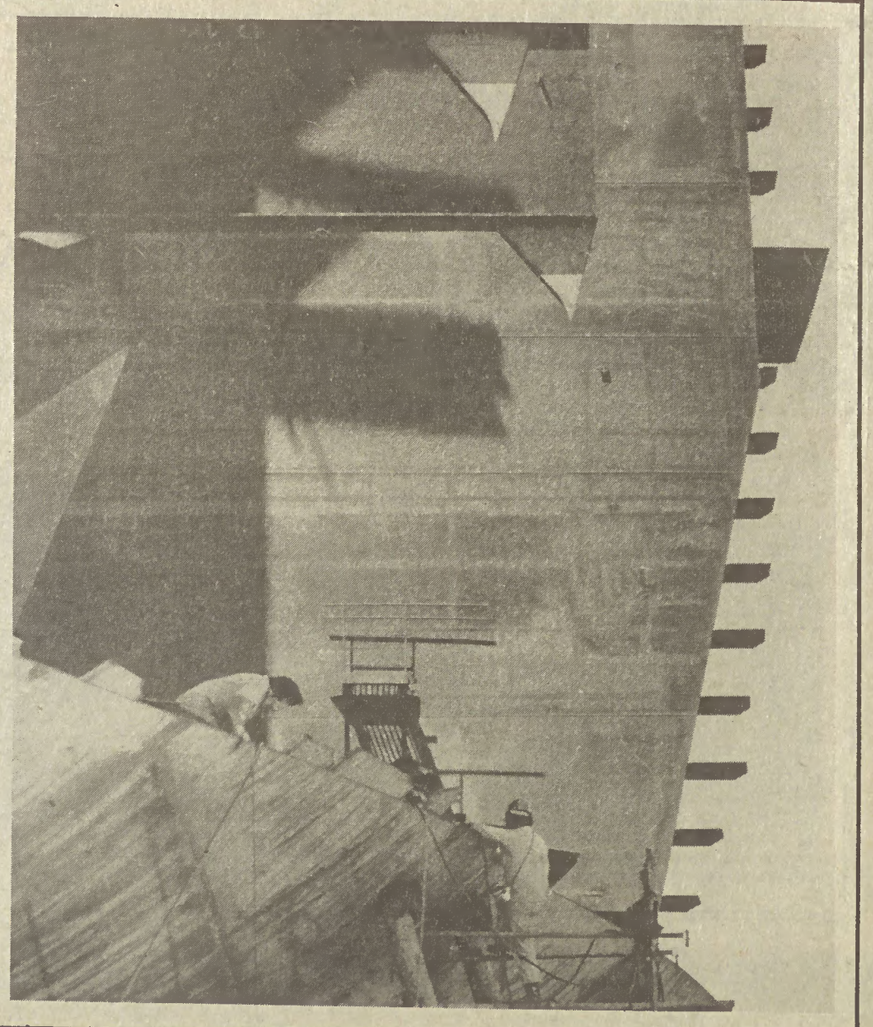
Delegação do PCP regressou da Roménia

De 16 a 22 de Setembro visitou a República Socialista da Roménia uma delegação de estudo do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada Jorge Ferreira Henriques, engenheiro técnico agrário, membro do Secretariado Concelhio das UCP's e Cooperativas Agrícolas de Montemor-o-Novo.

A delegação do PCP foi recebida na União Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção e no Ministério da Agricultura e visitou Cooperativas Agrícolas de Produção, associações económicas intercooperativas e organismos ligados aos problemas da agricultura e da pecuária.

A visita desta delegação à República Socialista da Roménia realizou-se no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PC Romeno.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e Impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.
Tiragem média do mês de Agosto: 64 300

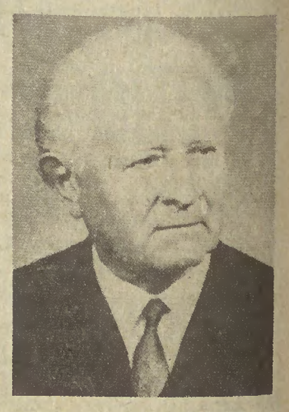


O falecimento de Ludvik Svoboda

Herói das duas grandes guerras mundiais, faleceu no passado dia 20, com 83 anos de idade, o antigo presidente da República Socialista da Checoslováquia, Ludvik Svoboda. O governo checoslovaco formou uma comissão especial para organizar os funerais nacionais a Ludvik Svoboda.

Os dirigentes e o povo checoslovacos manifestaram profundo pesar pela morte de Svoboda, que vivia em Praga depois de se ter demitido do cargo de presidente da Checoslováquia, em Maio de 1975, por motivos de saúde, que já se faziam sentir desde 1972, um ano depois da sua reeleição para um segundo mandato de cinco anos.

Ludvik Svoboda, eleito presidente em Março de 1968, dedicou a sua vida ao povo checoslovaco, ao socialismo, à paz e ao progresso, tendo contribuído grandemente para a libertação da Checoslováquia, para a formação do Exército Popular e para a construção do socialismo.



À venda O Militante
Ano 47 ● Série IV ● N.º 51 ● Preço 10$00
Neste número:
A Festa e as eleições ● **Sobre a evolução da Organização do Partido** ● Um intenso trabalho de esclarecimento, factor fundamental para alargar a vitória nas eleições ● **Eleições para as autarquias – tarefas imediatas** ● Assembleia da República – eleições intercalares a 2 de Dezembro ● **A grandiosa Festa de 1979** ● Uma campanha de organização ● **Uma experiência de participação no Encontro Nacional do PCP para os problemas dos Quadros Técnicos** ● A necessidade de melhorar as células de empresa ● **Resolução do Comité Central do PCP sobre as eleições para a Assembleia da República** ● Comunicado conjunto do PCP e do MDP/CDE ●

Campanha dos 20 mil contos – *Uma sede no Norte à altura do Partido*

Grande interesse e expectativa no próximo balanço da campanha

Com a aproximação do fim do mês e da elaboração do balanço da Campanha dos 20 mil contos, aumenta naturalmente a expectativa quanto aos resultados da campanha no seu conjunto e por organizações. A campanha tem despertado um grande interesse, que ultrapassa largamente as organizações e militantes comunistas. E a emulação que se estabeleceu entre as organizações tem sido um factor de considerável dinamização do empenhamento no êxito da campanha.

Recorda-se que, a meio do mês de Setembro, estava recolhida e entregue a soma de 4 072 184$50 e que, nessa mesma data, a concelhia de Gaia e os comités dos metalúrgicos e dos grandes serviços estavam à frente das restantes organizações do Partido no que respeita à percentagem das metas já realizadas. Manter-se-á no final de Setembro esta classificação?

A atribuição de galardões a outros níveis de organização – outros concelhos, freguesias e células de empresa – está a confirmar a importância da emulação para o sucesso da campanha. Conseguirão a Concelhia de Lousada, a Freguesia da Madalena e a Célula da empresa de Fogões Leão manter os galardões conquistados em Agosto?

Tudo depende, como é evidente, do trabalho desenvolvido e do que desenvolvam até ao final do mês, data em que serão fechadas as contas de Setembro e apuradas as organizações que irão receber os galardões relativos ao terceiro mês da campanha.

Para a fixação das metas por cada organização e, consequentemente, para a entrada na emulação, são tidos em conta diversos factores que vão desde os efectivos da organização às suas possibilidades reais de angariação de fundos.

Tem acontecido que diversas organizações, face ao andamento da campanha e à receptividade que encontram, têm tomado a iniciativa de propôr a elevação das suas próprias metas. É uma atitude justa que revela bem a dedicação das organizações e militantes ao êxito da campanha.

Uma das organizações que mais recentemente procedeu à elevação da sua meta foi a da freguesia da Madalena.

Acontece que esta organização tinha conquistado em Agosto o galardão relativo às freguesias, tendo na altura realizado 67,01% do quantitativo que inicialmente se tinha proposto recolher. Ao elevar assim a meta, a organização da freguesia da Madalena vai necessariamente baixar a percentagem e ter mais dificuldade em manter a posse do galardão. A organização da freguesia da Madalena revela desta forma a sua elevada compreensão pela importância da campanha e pelo significado do seu êxito.

Levar a Campanha para fora do Partido

O PCP vive e desenvolve toda a sua actividade com o apoio financeiro dos trabalhadores e do povo. Perante a necessidade de erguer no Norte uma sede à altura do Partido foi à classe operária, aos camponeses, aos trabalhadores manuais e intelectuais, a todos os democratas que o PCP se dirigiu pedindo-lhes que reforçassem as condições de trabalho do PCP no Norte.

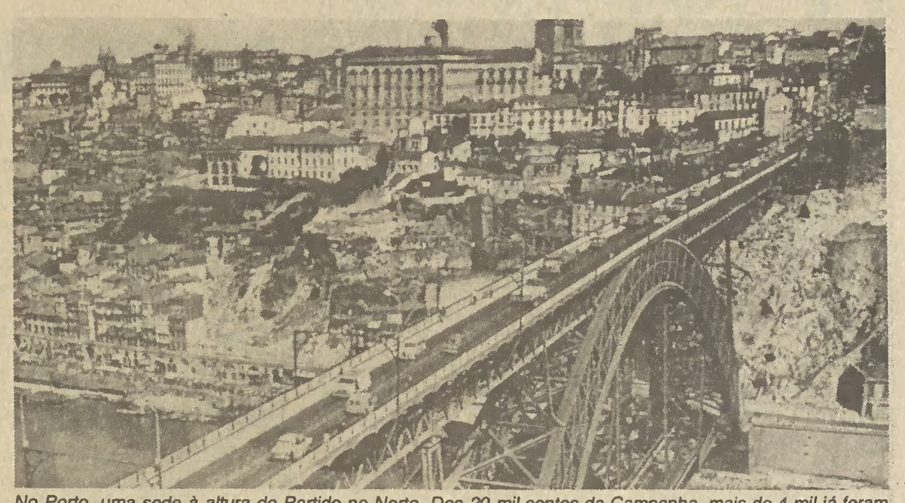
A campanha tem tido uma boa aceitação por parte de muita gente que, independentemente das suas posições ideológicas e políticas, vê no reforço do PCP uma condição para o reforço da democracia.

Mas há que levar, com maior decisão e audácia, a campanha para fora do Partido. O reforço do PCP não é do interesse exlcusivo dos comunistas e cada vez mais gente tem disso mesmo consciência e está disposta a demonstrá-lo na prática.

A juventude na Campanha

Na última reunião da Comissão Coordenadora foi registado o facto de terem sido recebidas as primeiras contribuições para a campanha por parte das organizações autónomas da Juventude Comunista, neste caso da UJC.

Sendo o PCP o Partido do futuro, o reforço do PCP, nas suas condições de vida e de trabalho no presente, é questão que diz profundamente respeito à juventude. Reforçando hoje o PCP os jovens estão a erguer o amanhã livre, democrático, socialista, no qual será possível a realização dos seus mais profundos anseios.



No Porto, uma sede à altura do Partido no Norte. Dos 20 mil contos da Campanha, mais de 4 mil já foram angariados por muitos camaradas e amigos do PCP. E o entusiasmo que se vive na Campanha, deixa prever que ela vai receber ainda mais alento

Pelo primeiro grande espectáculo da Campanha

Dada a notícia no último número do «Avante!» da próxima realização do primeiro grande espectáculo da campanha, desde logo se manifestou um grande interesse por tal iniciativa. Trata-se, como foi divulgado, de um espectáculo novo e de grande qualidade, que estará no essencial a cargo do cantor e compositor comunista Fernando Tordo, contando ainda com a participação do poeta Ary dos Santos e do grande criador de música portuguesa que é Carlos Paredes, acompanhado como habitualmente por Fernando Alvim.

O espectáculo realiza-se no próximo dia 6 de Outubro, em duas sessões, à tarde e à noite, no Coliseu do Porto.

A sala tem uma lotação limitada, havendo pois que adquirir rapidamente os bilhetes que muito brevemente estarão à venda.

A Festa da Liberdade pelas ruas de Alpiarça

O espectáculo de folclore, a venda de produtos da RA, a presença militante das mulheres — três flagrantes da «Festa da Liberdade» de Alpiarça bem significativos de como é rija a festa e fecunda a liberdade

Decorreu entre os dias 20 e 23 deste mês a "Festa da Liberdade", em Alpiarça, uma realização que tem vindo a melhorar todos os anos e já é um acontecimento sociocultural de relevo na região.

De características populares, a "Festa da Liberdade" continuou a oferecer, este ano, um variado e agradável programa de festas, quer com realizações intimamente ligadas às tradições da terra, como a prova de ciclismo, na manhã de domingo, quer com a apresentação de diversificados tipos de espectáculo, desde o folclore à canção de intervenção, da exibição de palhaços à música ligeira ou ao fado. E ainda baile na noite de sexta-feira, para quem lhe apetecesse "desenferrujar" um pouco as pernas. E, é claro, o imprescindível restaurante que, instalado num amplo barracão, oferecia aos convivas pratos quase preparados à vista (alguns deles característicos da zona, como os deliciosos "molhinhos de carneiro").

No amplo recinto alinhavam-se vários "Stands"; logo à entrada e sob a consigna "Uma Câmara virada ao Futuro", a Câmara Municipal de Alpiarça dava conta de algumas das suas realizações bem como de projectos urbanísticos que, a concretizarem-se, alargarão (e melhorarão) substancialmente a zona habitacional da vila.

As principais actividades económicas do Concelho também estavam patenteadas ao público e a exposição da Cooperativa Agrícola do Mouchão do Inglês era amostragem elucidativa do fecundo labor das gentes alpiarcenses e de como o esforço colectivo pode obter resultados, em certos casos verdadeiramente espectaculares ou entusiasmantes, como ressaltava do "stand" da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Alpiarça.

Mas a indústria também tinha a sua representação na "Festa da Liberdade"; era o caso, por exemplo, da União Cooperativa Ribatejana de Construção Civil (SCARL) — "PLANOTEJO", cujo "stand" dava uma panorâmica do trabalho já realizado no e para o Concelho e expunha alguns dos seus produtos para a construção civil.

Também estavam presentes representações de partidos, forças sociais, organizações unitárias e de juventude: sob a sigla "Viva o Internacionalismo Proletário!" a Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP apresentava uma exposição dedicada ao camarada Agostinho Neto e à República Popular de Angola; mais à frente a União dos Sindicatos de Santarém (USS-CGTP-IN) fazia uma amostragem fotográfica das principais lutas laborais conduzidas no distrito; o MDP/CDE, a UEC, a UJC, a organização das "Mulheres Unitárias" e dos Pioneiros de Portugal, o jornal "a Forja" completavam a exposição de *stand* no recinto da Festa.

Comício com Dias Lourenço

Na tarde de domingo realizou-se um Comício que contou com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do "Avante!". Usou da palavra, em primeiro lugar, Manuel Celestino Machacaz, elemento da Comisão Promotora da Festa e que fez o balanço da mesma, e em seguida Maria Odete Pereira, que falaria da importância da participação da mulher na luta pela democracia e pela defesa do 25 de Abril.

Na sua intervenção o camarada Dias Lourenço começaria por caracterizar a presente situação política do nosso país, tendo sublinhado que a saída constitucional encontrada (exoneração do governo MP/PPD/CDS, nomeação de um governo de gestão e marcação de eleições intercalares) constitui uma derrota para a direita pois **o próprio facto de ter sido possível esta saída para a crise, já significa um grande revés para as forças reaccionárias.**

Referindo-se ao governo da engenharia Maria de Lourdes Pintasilgo, o camarada Dias Lourenço enunciaria os dois campos de actuação onde este se terá de mover, restando a incógnita de como o fará: a preparação das eleições (onde deverá proporcionar as condições necessárias para que elas se processem com honestidade) e a resolução da "herança" deixada pelo governo fascizante de Mota Pinto PPD/CDS (que mantém "gente sua" no MAP, na Comunicação Social e em diversos organismos económicos, e ainda a outra parte da "herança" — as mais de 130 leis aprovadas já na fase da exoneração pelo Ministério MP, sendo a questão saber-se se o actual governo vai ou não aplicar essa gravosa legislação).

«A autodenominada "Aliança Democrática", verdadeiro cacharolete reaccionário»

Mais adiante o dirigente comunista deter-se-ia um pouco sobre a autoproclamada "Aliança Democrática" do PPD/CDS/PPM e "Reformadores" a que chamaria **autêntico cacharolete reaccionário**, que surgiu a tentar colmatar o enorme rombo que é a derrota da estratégia da direita e apenas traz à luz do dia a fraqueza real das forças reaccionárias e o seu terror face às eleições que se aproximam. **Qual é a força real da "Aliança"?** perguntou Dias Lourenço, para responder em seguida: **Esta "Aliança" surge na sequência da falência do projecto da direita, que pretendia desorganizar as instituições democráticas e a vida económica nacionais, para em seguida surgir como "salvadora"; com o falhanço destes objectivos, as contradições vieram ao de cima e fizeram estragos sérios nos partidos reaccionários: o PPD cindiu-se e o CDS perdeu força e influência de maneira visível. O reagrupamento da direita é um perigo para a democracia, mas a "Aliança" surge a alinhavar apressadamente uma verdadeira manta de retalhos para cobrir esta sequência de derrotas.**

Dias Lourenço aproveitaria ainda a oportunidade para se referir às especulações levantadas à volta dos católicos, afirmando com muita clareza que o PCP não divide a sociedade portuguesa em "católicos e não católicos" ou "nos que acreditam e nos que não acreditam" em Deus; essa é uma falsa questão pois os portugueses dividem-se, isso sim, em exploradores e explorados, independentemente do que pensam ou professam em matéria religiosa. **Por outro lado** — acentuaria ainda Dias Lourenço — **os bispos e padres portugueses têm direito de manifestar as suas opiniões políticas, como qualquer outro cidadão; só que é incorrecto usar os ofícios religiosos para tal fim. "A César o que é de César!..."** — concluíu o dirigente do PCP.

Dias Lourenço encerrou a sua intervenção afirmando a convicção e confiança dos comunistas nas opções democráticas do povo trabalhador de Alpiarça e na sua capacidade para derrotar os partidos da direita nas duas eleições de Dezembro próximo.

Agenda

Dia 28 Sexta-feira

Lisboa, às 21 e 30 horas, sessão de esclarecimento na Sociedade Boa União, no Beco das Cruzes, 9, em Alfama, com a participação do camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central.

Lisboa, às 21 e 30 horas, sessão sobre a vida e a obra de Agostinho Neto, na Escola Bento Gonçalves, com a participação de membros do Directório da Associação de Amizade Portugal-Angola.

Dia 30 Domingo

Sarilhos Pequenos, às 17 horas, Festa convívio, integrada na campanha de fundos para a campanha eleitoral, com intervenções políticas dos camaradas Ercília Talhadas, suplente do CC, e Fernando Madeira, presidente da Câmara da Moita, seguindo-se baile com o conjunto «Sol Vermelho».

A unificação das organizações da juventude comunista

A Direcção Central do Ensino Secundário da UEC divulgou em 24 de Setembro corrente, a seguinte nota, sobre a unificação das organizações da Juventude Comunista, UEC e UJC:

No passado dia 22 de Setembro, reuniu em Lisboa a Direcção Central do Ensino Secundário da UEC, para discussão de aspectos que se prendem com o processo de unificação das duas organizações da juventude comunista, a UJC e a UEC.

O Ensino Secundário foi ponto principal da discussão considerando-se as suas particularidades, a realidade actual do MA, os problemas da juventude estudantil daquele ramo de ensino, na perspectiva de uma boa inserção e activa participação na futura organização.

Tendo em vista definição dos objectivos, formas de acção e de organização da juventude comunista, junto dos estudantes do Ensino Secundário, a Direcção Central convocou para o dia 28 de Outubro uma Reunião Nacional de Quadros do Ensino Secundário da UEC, a realizar em Lisboa, em local a anunciar.

Concluiu-se também que em toda a organização está lançada a discussão em torno dos problemas da unificação, estando em preparação várias Assembleias e Encontros Regionais entre as duas organizações da juventude comunista, para estudo conjunto dos problemas orgânicos e uma definição clara dos objectivos políticos da nova organização.

Assim se prepara em todo o Ensino Secundário, o Encontro Nacional de Delegados da UJC e UEC a realizar em Lisboa nos dias 10 e 11 de Novembro de 1979.

O record voltará a cair!...

Na cidade do Porto, ali mesmo junto à sede do Banco Nacional Ultramarino, na Praça da Liberdade, a venda do número do «Avante!» da Festa foi um sucesso. Foram vendidos nada mais, nada menos, que 578 exemplares. Esta cifra pulverizou os anteriores recordes registados em anos anteriores naquela banca.

Embora seja electricista de profissão, o camarada Francisco Ribeiro aceitou estar à frente da «banca» instalada junto do BNU durante alguns dias. Dificilmente esquecerá o movimento ali registado há duas semanas. «Ao longo do dia», recordou, «havia sempre um grande ajuntamento. Uns trocavam impressões e outros confirmavam o sucesso da Festa vendo as imagens que o nosso "Avante!" incluia».

Os ecos e as imagens da inesquecível jornada vivida na «cidade-dos-três-dias» ali estavam naquela esquina da Praça da Liberdade. Os escaparates habitualmente cheios de publicações progressistas tinham, bem abertas, as 12 páginas do nosso semanário. A procura foi tal que, cerca das 18 horas dessa quinta-feira, já se tinham sumido três centenas de jornais. No dia seguinte, vieram mais duzentos, que também se esgotaram. Da centena que lhe foi entregue no sábado, o camarada Ribeiro só devolveria 22 na segunda-feira.

O interesse era muito grande. Ali como em muitos outros pontos do País, as pessoas buscavam a informação isenta e correcta da Festa que levou Portugal a Lisboa. Muitos foram aqueles que, depois de ouvirem testemunhos da jornada ou verem as imagens insertas no jornal, se abeiravam do camarada Ribeiro e perguntavam: «Quanto custa?».

Com o jornal escancarado ou dobrado debaixo do braço, lá iam pela rua fora os leitores do órgão central do PCP. Estamos certos que os que o leram pela primeira vez, voltarão a abeirar-se de uma banca ou de um camarada e, sem já perguntarem quanto custa, dirão – «dê-me o nosso "Avante!"». Para o ano, procurarão estar na nova edição da jornada mais bela, grandiosa e humana do Portugal de Abril. Na quinta-feira seguinte, comprarão o «Avante!». O recorde voltará a cair...

Reuniões importantes

● Camaradas do Concelho de Ansião

Promovida pela DORLEI, realiza-se no próximo sábado, às 16 horas, no Centro de Trabalho Vitória, Lisboa, uma reunião para a qual são convidados os militantes e simpatizantes do Partido naturais do concelho de Ansiães e residentes na área da capital.

● Camaradas dos concelhos do Norte no distrito de Leiria

Convocam-se os naturais dos concelhos do Norte do distrito de Leiria – Pombal, Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera – e residentes na área de Coimbra, a comparecerem a uma reunião que está marcada para o dia 2 de Outubro, às 21 e 30 horas, no Centro de Trabalho da DORBL, na Rua da Sofia, em Coimbra. Esta reunião é promovida pela DORLEI.

● Naturais da Guarda

Realiza-se no próximo dia 29 de Setembro, às 15 horas no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião para a qual estão convidados os camaradas naturais da Guarda e residentes na área de Lisboa.

Ainda a Festa

A escola do Alto da Ajuda ficou mais bonita

A escola primária do Alto da Ajuda, frequentada por cerca de 500 crianças daquela zona, principalmente do Bairro 2 de Maio, estava a necessitar de algumas reparações urgentes, como pinturas, arranjo no telhado, etc.

Pois bem: com alguns materiais e ferramentas da Festa e ainda telhas e tintas que os próprios participantes nos trabalhos compraram, um grupo de pessoas, pertencentes ao PCP e à APU, da zona da Ajuda, de Belém e de Alcântara, estiveram durante o dia 15 e manhã do dia 16 (domingo) na referida escola, procedendo aos mais diversos trabalhos tanto no exterior como em pinturas no interior e colocação de telhas, visto que chovia em algumas salas de aula.

A respectiva directora, que ali se deslocou, não pôde esconder o seu contentamento e estamos certos que as crianças que no ano escolar, prestes a iniciar-se, vão frequentar a referida escola a vão encontrar mais bonita devido a uma jornada de trabalho e de solidariedade maravilhosa neste Ano Internacional da Criança.

Satisfação do pequeno comércio da zona da Ajuda

Múltiplos foram os aspectos e as repercurssões da Festa do «Avante!», indiscutivelmente o maior acontecimento de massas, cultural e festivo do nosso país. Seriam precisas muitas páginas para dar conta de todos esses aspectos. Um exemplo mais apenas: a repercussão que a Festa teve no comércio, cafés e restaurantes, não só da Ajuda, mas até de Belém, Alcântara e mesmo Algés. Aconteceu que, segundo o próprio testemunho de comerciantes e trabalhadores de restaurantes e cafés, dificilmente se podem evocar momentos de tamanha movimentação nos referidos estabelecimentos. E isto, apesar dos milhares de quilos de carne e litros de cerveja com que previamente se muniram.

Na Ajuda aconteceu, frequentemente, que, dado o aglomerado de pessoas à espera de serem servidas em restaurantes, acabavam por se deslocar a locais como Alcântara e Algés.

Também devido a este facto, era visível a satisfação desses pequenos comerciantes com quem falámos e o seu regozijo pela realização da Festa no local em que ela este ano se efectuou.

Os aumentos das rendas não resolvem antes agravam os problemas da habitação

1. No momento em que o povo português vê agravadas as suas condições de vida por um brutal aumento de preços e pela constante desvalorização dos salários reais, acaba de ser publicado um Decreto-Lei do Governo Mota Pinto que vem permitir o aumento das rendas de casa.

Na verdade, a juntar ao aumento dos transportes, da alimentação, dos combustíveis, da electricidade, ao agravamento dos impostos – o povo português ver-se-á ainda a braços com o descongelamento das rendas de casa se este Decreto-Lei viesse a ser aplicado.

Para a esmagadora maioria dos portugueses a aplicação desta nova legislação implicará certamente novas e incomportáveis despesas o que é tanto mais grave quanto são conhecidas as carências habitacionais do País que a Primeiro-Ministro quantificou há dias num milhão de fogos.

2. O PCP não pode deixar de considerar grave que, em vez de se encontrar os caminhos que permitam solucionar o problema habitacional, se venha agravá-lo com a saída de um Decreto-Lei que, no seu próprio preâmbulo, reconhece explicitamente que a "actualização das rendas antigas poderá criar situações de ruptura na capacidade económica dos agregados familiares de menores recursos".

Este Decreto-Lei aprovado em Conselho de Ministros do Governo Mota PInto/PPD/CDS, quando já se encontrava demitido, visa satisfazer os partidos da aliança reaccionária e monárquica que de há muito reivindicavam o descongelamento das rendas de casa, sustentando que a solução do problema habitacional estaria em obrigar os inquilinos a pagar mais, comparando absurdamente a aplicação de capitais num sector social como a habitação, com a constituição de depósitos a prazo na banca e apontando para a equiparação das respectivas remunerações.

É por outro lado, conhecido o facto de os estudos preparatórios e de um articulado exactamente sobre o descongelamento das rendas de casa terem sido elaborados em primeira mão por ministros dos governos PS que abriram assim caminho, no seu fundamental, às graves soluções adoptadas pelo Governo Mota PInto e agora publicadas.

3. O PCP considera desde há muito que uma política democrática de habitação passa necessariamente pelo reforço da estabilidade, das garantias e dos direitos dos inquilinos através da publicação de legislação que respeite os princípios constitucionais de direito à habitação e da renda-rendimento, dando simultaneamente satisfação a interesses legítimos daqueles senhorios cuja grave situação não pode ser ignorada, dado que enfrentam sérios problemas para assegurar uma subsistência digna. Tal política devia ser, aliás, acompanhada de medidas eficazes que impedissem a especulação desenfreada que se verifica no sector.

Daí que o PCP se tenha oposto desde sempre à publicação deste Decreto-Lei do Governo Mota Pinto/PPD/CDS e, que, aquando do debate do programa do actual Governo na Assembleia da República, tenha sido exigida expressamente a sua anulação em diversas intervenções de deputados comunistas.

4. Apesar de muitos aspectos relativos à aplicação deste Decreto-Lei serem remetidos para posterior e complexa regulamentação, e de não serem exactamente quantificáveis em toda a sua dimensão os aumentos que dele decorrerão, é legítimo concluir que as rendas serão estabelecidas segundo uma avaliação baseada em critérios de área, de solo, de materiais, de remuneração de capitais, não constituindo critério de avaliação aquilo que é fundamental, isto é, as condições de vida e o rendimento familiar do inquilino.

Constatando-se, embora, que o fundamental e o mais gravoso de tal Decreto-Lei só entrará em vigor a partir de 1 de Março de 1980, **o PCP anuncia desde já que na Assembleia da República a eleger no dia 2 de Dezembro o seu Grupo Parlamentar, no exercício dos seus poderes constitucionais, chamará de imediato este Decreto-Lei a apreciação pela Assembleia da República, a fim de anular uma tão grave medida contra as classes trabalhadoras.**

5. O PCP condena firmemente, como injustas do ponto de vista social e irrealistas do ponto de vista económico, as concepções que pretendem supostamente resolver o problema da habitação na base do pretenso estímulo que o aumento de rendas representaria para a dinamização da construção de habitações.

Reconhecendo a complexidade que o problema da habitação assume em Portugal no presente momento da vida nacional, o PCP sublinha que a sua solução é inseparável, entre outros aspectos, da definição e execução de uma ampla e corajosa promoção pública de habitações sociais, da reorganização do sector da construção civil, do lançamento de uma nova política de solos, no quadro de uma nova política económica e social empenhada em responder aos graves problemas que hoje marcam a vida da população portuguesa.

Lisboa, 25 de Setembro de 1979

A SIP DO PCP

Novos salários mínimos

O alcance «limitado e temporário» das medidas recentemente tomadas pelo Governo em matéria de salários mínimos e subsídio de desemprego foi salientado oportunamente pela CGTP-Intersindical Nacional, que chamou a atenção do Executivo para a necessidade de aplicar efectivamente algumas medidas indispensáveis, como seja a garantia «efectiva e real» da vigência dos contratos colectivos durante 12 meses, «sem imposição de tectos salariais».

A contradição entre as intenções anunciadas pelo V Governo e as exigências do FMI, apoiadas e aplaudidas pelas forças políticas de direita, nomeadamente o PPD e o CDS, continua, porém, na linha de preocupações já divulgada pela Central unitária dos trabalhadores portugueses, que vê nessa contradição um sinal de possível agravamento dos «factores de instabilidade social e política».

Como já salientara anteriormente, a CGTP-IN continua a reclamar do Governo uma série de medidas que, com os mesmos objectivos dos novos salários mínimos (7500$00: indústria e serviços; 6100$00: rurais; e 4700$00: serviço doméstico) contemplem o abono de família, os subsídios dos reformados e pensionistas e a política de contratação colectiva.

Embora reconheça que as medidas aprovadas no Conselho de Ministros de 19 do corrente, e que deverão começar a ser aplicadas em Outubro próximo, «demonstram uma preocupação séria do Governo em atenuar para os sectores mais desfavorecidos dos trabalhadores, os gravosos efeitos dos aumentos de preços ultimamente decretados», a CGTP-IN reafirma que continua a ser «imperioso e urgente» acabar com a actuação conciliadora do Governo perante «a política de direita».

A «cedência à chantagem e às fanfarronadas da reacção, no que se refere à manutenção da escandalosa situação existente na comunicação social e à continuação da ofensiva ilegal contra a Reforma Agrária» prejudicarão decisivamente as atitudes positivas do Governo.

A CGTP-IN, que esclarece mais uma vez a sua posição quanto à estabilidade, sublinha que «a desestabilização social é contra os interesses dos trabalhadores» – facto que «não contradiz antes reforça a necessidade de os trabalhadores lutarem em defesa dos seus interesses e das suas conquistas e pela exigência de se aplicar uma política económica de desenvolvimento que, no respeito pela Constituição, promova a independência do país e o progresso social».

O Conselho de Ministros que aprovou os novos salários mínimos tomou algumas medidas tendentes à dinamização do sector nacionalizado da economia e no âmbito da contenção das despesas sumptuárias ou supérfluas.

Necessária e urgente a alteração da situação na Comunicação Social estatizada

1. Ao tomar pose, o actual Governo encontrou no sector estatizado da Comunicação Social uma situação extremamente grave, deixada em consequência da política seguida pelo Governo Mota Pinto e caracterizada por flagrantes violações à legalidade democrática, por ofensas sistemáticas do princípio de isenção, pluralismo e independência, numa ostensiva manipulação apoiada em inúmeras nomeações baseadas no sectarismo e no compadrio político e pessoal.

Contra a política de informação do Governo de Mota Pinto e as inúmeras e graves situações de ilegalidade e arbitrariedade por ele criadas na Comunicação Social, levantou-se um forte movimento de opinião que desmascarou com firmeza os objectivos reaccionários e golpistas dessa ofensiva e impediu o agravamento ainda maior dessa política voltada contra a liberdade de expressão em Portugal.

A reclamação duma rápida normalização da situação nos meios de Comunicação Social estatizados, designadamente com a reposição da legalidade e a rectificação das medidas e decisões afrontosas da isenção e do pluralismo, tornou-se uma exigência nacional colocada ao novo Governo, como condição para a criação de condições regulares para a realização de eleições democráticas.

O caso da RDP

2. É com profunda preocupação que o PCP constata que a situação deixada pelo Governo de Mota Pinto nos meios de Comunicação Social estatizados está longe de ter sido rectificada, ter sido normalizada. Mantém-se a manipulação ao serviço de forças reaccionárias. Não foram corrigidas muitas das mais graves situações de ilegalidade e arbitrariedade.

Esta situação regista-se com particular acento na RDP.

3. Na RDP são inúmeros os casos preocupantes quanto à sua orientação: desde a constante propaganda à aliança reaccionária até à intriga e provocação contra a República Popular de Angola e à publicidade a órgãos partidários de direita (como aconteceu, recentemente, com a propaganda, 24 horas antes da publicação, de uma entrevista de Freitas do Amaral ao órgão do PSD). Num rol que seria longo não deixe, porém, de sublinhar-se a emissão diária, à hora de maior audição radiofónica, de uma chamada «página política», verdadeiro insulto por um lado, à democracia, ao 25 de Abril, à Constituição; por outro, à competência, aos princípios deontológicos, às mínimas regras cívicas, à profissão de jornalista.

Esta informação como, de resto, a quase totalidade da programação visam a criação de um clima que dilua os valores, as ideias, os objectivos mais gratos ao povo português, com a criação de um cenário sonoro que enquadre, envolventemente, os milhões de ouvintes das horas de «ponta», condicionando, manipulando, as consciências dos cidadãos que, brevemente, vão participar em eleições.

4. O Governo tem obrigações relativamente à isenção com que devem decorrer todos os momentos e actos eleitorais. Terreno primeiro, questão prévia, é a da Comunição Social estatizada.

O adiamento de soluções cria legítimas inquietações. Estamos a semanas de eleições intercalares para a Assembleia da República. Não há sinais de rectificação da orientação dos órgãos estatizados, antes se acentuando, gritantemente, muitos dos seus aspectos mais significativos, revestindo particular gravidade a situação da RDP.

Joga-se, na Comunicação Social estatizada, uma questão que transcende os problemas de informação. É urgente, para o regime democrático e a sobrevivência das liberdades, que nesses meios de Comunicação Social seja reposto o cumprimento da Constituição e das leis.

A questão é grave e o centro das responsabilidades pelas consequências do prolongamento desta situação passa para o actual Governo e seu ministro da Comunicação Social.

A SIP do PCP sublinha a necessidade de urgente normalização democrática dos órgãos estatizados da Comunicação Social, com particular acuidade na RDP, para onde se impõe a aplicação de estatuto próprio e das medidas nele contidas.

5. Pela sua parte, o PCP não deixará de se bater, usando todos os meios que lhe são facultados pelo regime democrático, no sentido da reposição da legalidade democrática e da normalidade administrativa, de efectivas garantias de que estão salvaguardados o pluralismo ideológico, o confronto de diversas correntes de opinião, o rigor e objectividade de informação, a isenção dos órgãos estatizados.

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Colóquio com economistas soviéticos

Realiza-se amanhã, às 21 e 30, na sede nacional da Associação Portugal-URSS (Rua S. Caetano, 30 – 1200 Lisboa), um colóquio com a participação de dois economistas soviéticos, dr. Jutkov e dr. Fomin, do Instituto do Sistema Socialista Mundial, sobre «A organização do Conselho de Ajuda Mútua Económica e as perspectivas das novas relações económicas internacionais».

A entrada é livre.

Achados na Festa

Objectos perdidos na Festa do «Avante!» e achados na mesma, encontram-se à disposição dos respectivos donos que devem dirigir-se ao Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Entre muitos outros artigos encontrados na Festa contam-se casacos, camisolas, chaves de casas e de automóveis, óculos graduados, 1 relógio de homem, pulseira, 1 saco de dormir, documentos vários, 2 carteiras, cosméticos e um capacete.

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS

CURSOS DE RUSSO

ANO LECTIVO 1979-80

AULAS: R. S.CAETANO, 30
VOZ DO OPERÁRIO

PROFESSORES SOVIÉTICOS
LABORATÓRIO DE LÍNGUAS

Pioneiros de Oeiras convidam

Todos à Grande Festa no Domingo!

No próximo domingo, dia 30, no Parque de Estacionamento do Estádio Nacional, os Pioneiros de Portugal (Concelho de Oeiras) realizam uma Grande Festa integrada nas Comemorações do AIC para a qual convidam todas as crianças.

É o seguinte o programa da Festa:

10 horas – Abertura

● **10.05h às 12.30h** – Actividades Desportivas (gincana, futebol, voleibol, andebol, jogos tradicionais) e Actividades Culturais (pintura, modelagem, colagem, fabricação e montagem de brinquedos, fabricação e lançamento de papagaios).

● **12.30 às 14.30h** – Piquenique e Convívio.

● **14.30 às 18h** – Espectáculo com os núcleos de Pioneiros de Odivelas, de S. Bernardo, Brandoa e Oeiras, TIL – Teatro Infantil de Lisboa e ainda **José Barata Moura.**

No convite dirigido a todas as crianças, os Pioneiros de Portugal do concelho de Oeiras dizem:

«Vem, traz o teu almoço e um amigo!»

VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa

LIVROS ● DISCOS ● ARTESANATO ● MEDALHAS ● SELOS ● BUGIGANGAS ● JOGOS INFANTIS ●

SALDOS PERMANENTES

Semana

19 Quarta-feira

1871 – Morre em Lisboa o romancista e historiador Luís Augusto Rebelo da Silva.

Agentes da PSP dispersam vendedores ambulantes que se concentram frente à Câmara Municipal de Lisboa para reclamarem o direito de se instalarem no Largo Alferes Francisco Duarte, no Alto de S. João. ■ Nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, começa uma reunião internacional sobre temas florestais, no âmbito da reunião especial promovida pela Comissão Económica das Nações Unidas para os Países da Europa Meridional. ■ A Federação dos Sindicatos Portuários decide levantar a greve no porto de Leixões, que decorria desde o passado dia 10. ■ Recomeça no 2.º Tribunal Territorial o julgamento do «caso Humberto Delgado», após uma interrupção de 53 dias. ■ O Conselho de Informação para a RTP aprova, por unanimidade, uma proposta de recomendação aos responsáveis da RTP sobre a divulgação dos chamados «inquéritos de rua». ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, visita a exposição de artigos têxteis «Portex» que durante cinco dias decorreu no Palácio de Cristal, no Porto. ■ O Conselho de Ministros aprova o aumento das remunerações mensais mínimas aos trabalhadores por conta de outrém.

20 Quinta-feira

1540 – No largo fronteiro ao Paço da Ribeira, em Lisboa, realiza-se o primeiro auto-de-fé, cujo cortejo processional engloba 33 condenados.

Enrico Berlinguer

Num documento semiconfidencial, a confederação do grande patronato industrial, CIP, reconhece que a integração de Portugal na CEE seria desastrosa para importantes sectores da economia portuguesa. ■ A SIP do PCP informa que a convite do Comité Central, visitará o nosso país, de 2 a 7 de Outubro, o secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer. ■ Uma delegação das cooperativas agrícolas do Vale do Mondego avista-se com o secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas a fim de debater o problema do escoamento do arroz produzido na região. ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses contesta a legislação sobre as rendas de casa. ■ Tomam posse os novos administradores da RDP, RTP, e «Seculo-Popular». ■ No «Diário da República» é publicado o diploma que consagra o Estatuto de Jornalista, o qual deverá entrar em vigor a partir do próximo dia 30. ■ A Acção Social-Democrata Independente (ASDI) apresenta o seu programa político «para se alcançar a social-democracia» nos próximos dez anos.

21 Sexta-feira

1871 – Nasce em Setúbal o jornalista e compositor José Luciano de Carvalho, fundador do jornal republicano «Folha de Setúbal».

Reunião do Comité Central do PCP. No final, durante uma conferência de Imprensa, é revelado ter sido proposto ao MDP/CDE a constituição de uma coligação eleitoral para as eleições intercalares para a Assembleia da República que, sob a sigla e o símbolo «APU», concorrerá em todos os círculos eleitorais. ■ O «Diário da República» publica um decreto-lei subscrito por Mota Pinto e Proença de Carvalho que autoriza a RTP a dispor de aparelhos de detecção de televisores para aumentar a «eficácia» da cobrança de taxas. ■ Cinco indivíduos encapuçados assaltam à mão armada a agência do Banco Totta & Açores na Azambuja, donde roubam cerca de 1500 contos. ■ Representantes das cooperativas agrícolas e UCPs dos cinco distritos da Reforma Agrária avistam-se em Lisboa com o ministro da Agricultura e Pescas e o secretário de Estado da Reestruturação Agrária. O encontro destinou-se a debater a presente situação na zona da Reforma Agrária e as entregas de reservas ilegais, verificadas ultimamente. ■ Reunidos em plenário, os trabalhadores da Standard Eléctrica exigem a anulação dos 269 despedimentos que o governo Mota Pinto autorizou.

22 Sábado

1558 – Chega a Lisboa, depois de 20 anos de viagem pela Etiópia, Arábia, China, Japão e outros países orientais, Fernão Mendes Pinto, autor de «Peregrinação».

Ten.-cor. Costa Brás

«Produzir mais e melhor é a via que temos para nos defender e consolidar economicamente» – é uma das conclusões aprovadas por unanimidade pelos 750 delegados de 250 UCPs e cooperativas agrícolas da zona de intervenção da Reforma Agrária reunidos em Évora no Encontro das Culturas de Outono-Inverno deste ano. ■ O ministro-adjunto para a Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, anuncia, em comunicação oficial através da RDP e RTP, que o Governo marcou as eleições para os órgãos do Poder Local para o próximo dia 16 de Dezembro. ■ Na sua visita ao distrito de Viseu, o Primeiro-Ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo, preside a uma série de reuniões com os presidentes dos municípios do distritos. Durante a tarde desloca-se a Lamego fazendo uma pequena paragem em Castro d'Aire. ■ O insólito, para não dizermos mesmo o burlesco, acontece em Tomar onde cavalheiros e damas da alta sociedade, num total de trinta, são ordenados cavaleiros da Ordem dos Templários. ■ Nas instalações da Voz do Operário em Lisboa realiza-se o Encontro Nacional contra o Desemprego, pelo Direito ao Trabalho, no âmbito da Semana de Luta promovida pela CGTP/IN.

23 Domingo

1822 – As Cortes Constituintes elaboram o texto final da primeira Constituição portuguesa que passados alguns dias seria jurado por D. João VI.

O Encontro Nacional do MDP/CDE delibera «aprovar a proposta apresentada pelo PCP ao MDP/CDE, de constituição sob a sigla APU de uma coligação eleitoral para as eleições intercalares para a Assembleia da República». ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, informa que o Papa João Paulo II recebe no próximo dia 2 de Outubro, em Nova York, o Primeiro-Ministro português, Maria de Lourdes Pintasilgo. ■ Durante um comício na Festa da Liberdade, em Alpiarça, Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, salienta que «a campanha da direita, que envolve as listas conjuntas da Aliança Reaccionária, pretende esconder o amargo da derrota que representou a queda e a substituição do governo Mota Pinto/PPD/CDS». ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, homenageia no Porto o cientista Corino de Andrade, investigador da paramiloidose, doença de carácter hereditário e disseminada em regiões costeiras do País. ■ Um comunicado conjunto do PCP e do MDP/CDE salienta a importância da coligação Aliança Povo Unido como «importante factor para uma dinâmica unitária que irá congregar largos sectores que lutam consequentemente por uma viragem democrática na política nacional».

24 Segunda-feira

1834 – No palácio de Queluz, morre, com 36 anos, D. Pedro IV, rei de Portugal e primeiro imperador do Brasil.

Ângelo Correia

A Câmara Municipal de Lisboa presta homenagem ao jornalista e democrata Cândido de Oliveira dando a uma rua de Lisboa o seu nome. ■ Ângelo Correia, dirigente do PPD, declara que as afirmações do secretário-geral do CDS, Rui Oliveira, quanto a uma eventual fusão dos dois partidos podem «ser prejudiciais ao fortalecimento da Aliança Democrática». ■ Protestando contra a extinção da linha do Sabor, a população de Bruçó retém uma automotora.

25 Terça-feira

1975 – A CUF, grande monopólio e símbolo do fascismo, é finalmente nacionalizada.

A República Popular da China manifesta-se interessada em cooperar com Portugal no domínio da geologia e minas. ■ O director-geral dos Hospitais determina a revisão de todos os pontos das provas de admissão à especialidade dos médicos policlínicos do quinto ano.

Encontro Nacional pelo Direito ao Trabalho

Viragem político-económica é indispensável no combate ao desemprego

A Semana de Luta Contra o Desemprego, que terminou no último sábado com um Encontro Nacional, na Voz do Operário, em Lisboa, para além da recolha de elementos que permitiu, das perspectivas de luta que apontou e da condenação de uma política que os trabalhadores recusam e não estão dispostos a pagar com a perca de milhares de postos de trabalho, reafirmou, sem lugar a dúvidas, que os grandes problemas nacionais não podem ser resolvidos sem (e contra) os trabalhadores organizados na grande frente de combate unitário. As conclusões do Encontro Nacional Contra o Desemprego e pelo Direito ao Trabalho, organizado, como a Semana de Luta, pela CGTP-Intersindical Nacional trouxe a lume realidades que exigem sem adiamentos "uma viragem na orientação política e económica, firmemente assente no respeito pelo projecto constitucional".

A par do reforço da luta nas empresas contra a repressão patronal e os despedimentos que continua a verificar-se por todo o País com relevo para casos bem conhecidos como o da ITT/Standard Eléctrica, a Sorefame, empresas têxteis do Norte e para a generalidade das desintervenções MP/PPD/CDS, a Semana de Luta e o Encontro do último sábado apontaram medidas concretas e a curto prazo susceptíveis de combater o desemprego, como seja a alteração das leis dos despedimentos e dos contratos a prazo.

O auxílio às pequenas e médias empresas (PMEs) da indústria têxtil foi tónica dominante da Semana de Luta contra o Desemprego

FMI e desemprego caminham juntos

As 127 associações sindicais presentes no Encontro (415 delegados) aprovaram, com duas abstenções, um documento final que condena "a actual política económica, condicionada pelos acordos com o Fundo Monetário Internacional". No quadro dessa política, sublinha o documento, "não é possível resolver, nem sequer minorar, o nível de desemprego existente em Portugal".

O mesmo foi sublinhado em várias intervenções em empresas e em colóquios durante a Semana de Luta, nomeadamente na Região Norte, com destaque para o problema dos têxteis, no Funchal e no distrito de Lisboa.

Contra a submissão à política do FMI e das grandes multinacionais, a tónica é colocada no cumprimento integral da Constituição da República e na resolução do problema do desemprego como "eixo fundamental da política económica", conforme se declara no Programa de Acção da CGTP-IN aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

O desemprego aumentou com a recuperação capitalista em Portugal. Daí que, em vez das desintervenções selvagens à Mota Pinto, sem atender à salvaguarda dos postos de trabalho, seja necessária, como acentua o documento do Encontro, a "aplicação efectiva e controlada das leis que prevêem auxílios às empresas em dificuldades, a fim de manterem os seus postos de trabalho". Daí a necessidade do "alargamento e reforço dos meios e funções do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI)", a "aplicação controlada pelo Movimento Sindical dos dinheiros de Fundo de Desemprego" e a "exigência de apoio às empresas em autogestão e cooperativas, através da efectiva aplicação da legislação" respectiva. Daí a necessidade do reforço da luta nas empresas contra uma política que despreza as garantias e direitos mais elementares das massas trabalhadoras.

Desintervenções e desemprego

"Invariavelmente, os despedimentos, suspensões e castigos não têm qualquer justificação válida, aparecendo muitas vezes como vingança dos patrões prendados com as empresas intervencionadas", denunciavam, entretanto, no Porto, os dirigentes da Federação dos Sindicatos Têxteis, citando exemplos elucidativos: Mondorel, 63 despedimentos e cinco processos de suspensão; Jacinto, 71 processos disciplinares (posteriormente anulados, devido à luta organizada e à unidade dos trabalhadores); A. Alves de Figueiredo, vários processos disciplinares; Fiação de Tomar, casos graves de repressão patronal.

Em fins de 1977, foram registados na sede do Norte do Serviço Nacional de Emprego 6790 pedidos de emprego, cifra que atingiria os 10 505, em finais do ano transacto, o que representa um acréscimo de 17,5%. Também no mesmo período cresceu o número de trabalhadores têxteis despedidos, que foi de 3188, em 1978. Houve despedimentos em 224 empresas do sector, surgindo como a região mais atingida a do Porto, com 1318 despedimentos, logo seguida pelas de Lisboa (626), Covilhã (482); Famalicão (129), Guimarães (116), Mira D'Aire (115), Santo Tirso (101) e Setúbal (92). Nesta última região, a cifra diz respeito a despedimentos colectivos em duas empresas.

Dos 498 despedimentos individuais ocorridos em 1978, foram devidos à repressão 248 e a outros motivos 250. A percentagem mais elevada, no primeiro caso, verificou-se na região do Porto, onde representou 30,6% dos despedimentos individuais. Por outro lado, dos 2690 despedimentos colectivos verificados, 2131 foram provocados pela falência de empresas.

No plano do emprego, a proliferação e o uso e abuso dos contratos a prazo preocupam os dirigentes sindicais, que reclamaram a alteração da respectiva Lei, pondo fim ao arbítrio patronal. A propósito, foram citados vários exemplos de empresas, onde o número de trabalhadores contratados a prazo representa a esmagadora maioria do pessoal em actividade...

Além da revisão das desintervenções efectuadas, os dirigentes sindicais exigiram o respeito pela posição dos trabalhadores nos contratos de viabilização a efectuar; o apoio técnico e financeiro às PMEs e às fusões de pequenas unidades por parte do IAPMEI; a revisão do funcionamento das delegações do MT e IT; o apoio efectivo aos trabalhadores desocupados ou desempregados, através de subsídio de desocupação, equiparação e desemprego e medidas de apoio ao emprego, por parte da SEPE (Secretaria de Estado da População e Emprego).

300 mil trabalhadores afectados

O carácter conjuntural, precário e cíclico da actual situação do sector têxtil foi sublinhado por dirigentes da respectiva Federação de Sindicatos, durante a conferência de Imprensa que efectuaram no Porto. Defendendo os interesses dos cerca de 300 mil trabalhadores do sector e os próprios interesses nacionais, os sindicalistas exigiram uma reestruturação do sector que atenda à sua realidade económica e social e não aos desígnios de meia dúzia de grandes empresas.

Um Encontro Nacional para abrir novas perspectivas e rumos nà luta contra o desemprego

Como foi salientado, a reestruturação do sector "não tem nada a ver com os encerramentos e falências de empresas, com as desintervenções escandalosas e antieconómicas, com o aumento do desemprego, da repressão, da insegurança no trabalho, com a prática de salários miseráveis e o desrespeito dos direitos e regalias dos trabalhadores, com o trabalho a feitio e outros cancros que atingem o sector têxtil.

No quadro da Semana de Luta contra o Desemprego e pelo Direito ao Trabalho, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Sector Têxtil promoveu várias iniciativas, designadamente uma Reunião Geral de Sindicatos, para fazer um levantamento da situação do sector que lhes possibilitou tirar diversas conclusões importantes, nomeadamente a de que "a situação actual favorece, antes do mais, as grandes empresas e não garante o cumprimento dos direitos legais e contratuais dos trabalhadores, estando assente em realidades que exigem modificação urgente".

Foram inventariadas situações existentes e 29 empresas, com cerca de 13 mil trabalhadores. Dessas, dez foram desintervencionadas, com 6600 trabalhadores; uma é multinacional, com mil trabalhadores; 14 são médias empresas, com 2150 trabalhadores; quatro são grandes empresas, com 3150 trabalhadores. Nesta amostragem, foi possível detectar situações reveladoras e que mostram bem quanto é preocupante a situação na indústria têxtil.

Em primeiro lugar, o elevado montante das dívidas aos trabalhadores mostra como estes funcionam como autênticos financiadores de empresas, num montante que ultrapassa mais de meio milhão de contos: Valfar deve 50 mil contos; CIFA 50 mil contos; Companhia do Ferro e Têxtil de Fafe 80 mil contos; Têxtil Eléctrica 40 mil contos; Caneiro 41 mil contos; Crestuma 25 mil contos; Ernesto Cruz 30 mil contos; SIG (Sociedade Industrial de Gouveia) 20 mil contos.

Naquele grupo de 29 empresas, as dívidas à Banca à Caixa de Previdência e ao Estado atingem largos milhões de contos, o que significa o financiamento indirecto e, uma vez mais, involuntário pelo povo e pelos trabalhadores às empresas do sector: CIFA mais de 600 mil contos; Jacinto, 350 mil contos; Ernesto Cruz, 250 mil contos, etc. Entretanto, a Banca tem levantado problemas às empresas e dificuldades, com realce para o Português do Atlântico. De acordo com dados divulgados pelo COSEC, no ano transacto, o número de falências de empresas têxteis, de vestuário e couro foi de 22, mais 50% do que em 1977, correspondendo a cerca de 70% do total das falências verificadas nas indústrias transformadoras.

Perante realidades destas,de que nenhum trabalhador deve alhear-se, porque a todos toca a ameaça, perante exemplos variadíssimos e graves que nos é impossível inventariar na totalidade, ganha todo o seu peso e importância nacional a exigência da "viragem na orientação política e económica, firmemente assente no projecto constitucional", de que se fez eco firme e legítimo o Encontro Nacional pelo Direito ao Trabalho que culminou a Semana de Luta contra o Desemprego organizada pela CGTP-IN.

Das palavras aos actos na Corame

«É necessário que o Governo passe das palavras aos actos e tome em consideração as propostas realistas e patrióticas apresentadas pelos trabalhadores no sentido da resolução do conflito existente» na Corame, que «põe em perigo mais de 300 postos de trabalho e dá a um criminoso a contas com a Justiça a possibilidade de lesar o País em centenas de milhares de contos». Esta tomada de posição da Comissão Concelhia de Loures do PCP, que saúda os trabalhadores da Corame e condena «os golpes de alguns lacaios do patronato», segue-se ao «referendo-burla» promovido por 68 dos 273 trabalhadores da empresa, que a RTP e o «Diário de Notícias» se apressaram a designar por «plenário» de apoio ao regresso do ex-patrão, sem indicarem o número de presenças e limitando-se a falar de «três votos contra e três abstenções».

A CT e os Sindicatos representantes dos trabalhadores da empresa emitiam entretanto um comunicado revelando a espécie de gente que promoveu o «referendo»: um «grupelho de divisionistas e traidores de que fazem parte nazis confessos e legionários».

Enquanto a CT e os Sindicatos procuram junto do Governo uma solução que salvaguarde os postos de trabalho e a viabilidade económica da empresa, os trabalhadores mantêm a paralisação contra o despacho do governo MP/PPD/CDS que ordena a desintervenção sumária da empresa e a sua entrega ao ex-titular, recusando a simples audição dos trabalhadores como a lei ordena e o Governo actual se dispôs a cumprir.

A luta prossegue, entretanto. Um filho do ex-patrão, na sequência do «referendo» tentou entrar nas instalações da empresa, em Santo Iria da Azóia. Acompanhado de alguns apaniguados, depressa voltou para trás, muito mal impressionado com o acolhimento que a sirene da fábrica desencadeara junto da população que apoia a luta dos trabalhadores.

Na Corame a solidariedade é um gesto de todos os dias

Esse apoio é vasto e contraria a posição da imprensa reaccionária com relevo para as colunas de «O Dia» e o silêncio de outros órgãos de informação como a RTP-1 que só se lembra da luta na Corame quando lhe aparece na frente um «comunicado» onde são escamoteados os dados fundamentais de qualquer notícia que se preze, como seja o número de presenças num «plenário», se o mesmo merece tal nome e se quem o promove tem legitimidade ou representatividade para o fazer e falar em nome dos trabalhadores da Corame.

A UGT e os vermes

A UGT é uma agremiação que promete aos associados, sobretudo aos vindouros e menos precavidos, infantários, cantinas, cooperativas. A UGT, que apresenta como «o melhor dos mundos» o mundo capitalista, gostaria de aparecer aos incautos como um «Serviço Público» caudalosamente financiado pelas centrais do imperialismo.

Para a UGT, os sindicatos deixariam de ser organismos de defesa dos interesses dos trabalhadores para se transformarem em agremiações de promoção conciliadora de interesses de classe irremediavelmente antagónicos. A sua política de direita – de conciliação de classes, ou seja, a do corporativismo fascista com rótulo «democrático» – pretende substituir a luta contra o desemprego, a luta pela contratação colectiva e o combate geral dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, por promessas piedosas que é incapaz de cumprir.

A UGT/Gonelha/PPD não teve êxito nessa campanha. Era visível a sua fundamentação demagógica e irresponsável.

Os trabalhadores sentem diariamente a necessidade de cantinas, cooperativas, infantários e outros equipamentos sociais adequados às necessidades. Mas sabem que para os obter não podem fechar-se na concha do seu sindicato, conseguindo umas migalhas, uns pequenos privilégios profissionais, e abandonando a luta geral dos trabalhadores. Sabem que os sindicatos não podem nem devem substituir-se aos poderes públicos na responsabilidade de estes têm de criar e desenvolver os equipamentos sociais necessários à população trabalhadora em regime democrático.

A UGT também sabe isso. Mas como não lida, na maioria dos casos, com sindicatos, mas sim com «paralelos» e outras agremiações amarelas, tenta, através deles, desviar deliberadamente (e sempre fora do Movimento Sindical) parte dos trabalhadores, que alicia partidariamente, para projectos sem viabilidade.

Um caso exemplar

Vem esta introdução a propósito de um caso exemplar. O sr. António Janeiro, dirigente da UGT e do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, pilar da agremiação amarela, esteve durante uns tempos à frente de uma cooperativa de consumo – um dos modelos que a UGT/PPD propõe aos seus associados. Há cerca de 5 meses, a direcção desse sr. na tal cooperativa, no Largo Maria Isabel Aboim Inglês, em Pedrouços, encerrou sumariamente as portas, sem dar qualquer explicação aos 800 associados e sem se preocupar com o que aconteceria depois.

E o que aconteceu cheirava, pelo menos, muito mal. Apreciável quantidade de peixe em tempos congelado, frangos às centenas e irremediavelmente condenados ao lixo contaminavam a saúde pública em boa harmonia com a bicharada que nestes casos costuma inundar locais fechados e entregues à imundície, em frigoríficos e câmaras a apodrecer.

Estão perdidos centenas de contos. Uma brigada da Fiscalização Económica tomou conta do caso. As chaves da cooperativa já não estão em poder do dirigente amarelo António Janeiro.

Mas para que a memória não perdure só no olfacto dos agentes da Fiscalização Económica e da delegada de Saúde, que só lá conseguiram entrar de máscara aperrada, aí fica um breve perfil de uma «cooperativa» à moda da UGT/PPD e da ideia que um dos seus dirigentes máximos pode fazer do cooperativismo de consumo que a «central» amarela não se cansa de propor em troca do sindicalismo que não consegue fazer.

Lutas e Tarefas

● **Financiadores à força** – Em conferência de imprensa no Porto, um dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal recordou que as dívidas do patronato à Banca, ao Estado e à Caixa de Previdência «atingem largos milhões de contos, o que significa financiamento indirecto, e uma vez mais involuntário, pelo povo e pelos trabalhadores das empresas do sector» têxtil, credores directos, por salários e outras remunerações em dívida, que atingem mais de meio milhão de contos. O «bom período» económico do sector é, segundo a Federação, «precário e conjuntural». As pequenas empresas debatem-se com graves problemas financeiros, gestão deficiente e maquinaria ultrapassada. A indispensável reestruturação do sector deve excluir totalmente os encerramentos, as falências, as desintervenções «escandalosas e antieconómicas», a repressão, a insegurança e o desemprego, lembrou a Federação.

● **Reforço da capacidade de negociação** – Com a recente greve na Hotelaria «conseguiu-se o reforço da capacidade negocial da Comissão Negociadora». Esse reforço é necessário para que «o patronato recue em todas as suas veleidades de retirar regalias aos trabalhadores». As propostas de aumentos salariais avançadas poucas horas antes da greve (manobra evidente de algumas administrações) são «a comprovação, na prática e pelo próprio patronato, da comportabilidade e justeza dos salários reivindicados». O secretariado da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo, que acabámos de citar, acusou uma agremiação amarela para o sector de «um conjunto de manobras desestabilizadoras» que não chegaram a ensombrar por pouco que fosse o êxito da jornada de luta do dia 19.

● **Um fascista no Cachão?** – A Comissão Concelhia de Mirandela do PCP, ao tomar posição contra o despedimento abusivo de um trabalhador do complexo agro-industrial do Cachão, Alfredo Manuel Ribeiro de Mira, delegado sindical e membro da CT no ano findo, adverte contra «a vasta manobra em que este despedimento se insere: calar pelo medo todos aqueles que se opõem ao regresso do complexo às mãos do fascista Camilo de Mendonça». O despedimento, que vai contra a Lei Sindical em vigor, teve o aval de uma alegada «Comissão de Trabalhadores» e do ex-secretário de Estado Barreira da Ponte, membro do Governo Mota Pinto/PPD/CDS.

● **Há sete meses sem salários** – O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém divulga num comunicado a situação insustentável em que se encontram os cerca de 200 trabalhadores da Pracel e as suas famílias, há 7 meses sem salários devido à má administração da empresa. Desenvolvendo esforços para resolver a situação, o Sindicato condena «o alheamento dos poderes públicos perante estes graves problemas». Juntamente com «a política desastrosa dos últimos governos», esses poderes «são os responsáveis por estas situações, ao permitirem falências e encerramentos de empresas, depois de destruídas pelo patronato».

● **Repressão batida pelo diálogo** – O Sindicato da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal, apelando para a «solidariedade activa dos trabalhadores de outras obras e de outros sectores, por forma a que se atinjam os objectivos da luta na Turcopol e derrotem os saudosistas do passado», acusa o patrão daquela empresa de construção civil de ter chamado a Polícia na tentativa de obrigar trabalhadores a «furar» uma greve por salários que não recebem há mais de 4 meses. Mas, acrescenta o Sindicato, «a Polícia, após dialogar com os trabalhadores, soube compreender que o pedido de intervenção não tinha base legal e que a sua acção, neste caso, seria uma violência contra os trabalhadores e a própria Constituição da República».

● **«Um insulto à dignidade dos trabalhadores»** – O Sindicato dos Profissionais de Farmácia do Norte revelou em conferência de Imprensa que uma contraproposta patronal, apresentada fora do prazo legal e sem fundamentação económica, é «um insulto à dignidade dos trabalhadores» e representa uma tentativa do patronato para os arrastar para a greve. Na sede do Sindicato, no Porto, os trabalhadores efectuam amanhã um plenário na continuação da luta pela contratação colectiva.

O BESCL e Sá Carneiro – «um verdadeiro escândalo»

Os trabalhadores comunistas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, num comunicado dirigido aos seus companheiros de trabalho, afirmam que «é urgente saber quem sabota, quem rouba, quem cala e consente». Assim, os «trabalhadores do BESCL devem exigir dos responsáveis a todos os níveis, sobretudo do Conselho de Gestão e da Comissão de Trabalhadores, que informem com verdade, isenção e honestidade, acerca da situação económica e financeira da empresa». Acusando o Conselho de Gestão de não servir, «de facto, os interesses da empresa, dos trabalhadores e da economia nacional, à luz das normas constitucionais e da democracia», o comunicado, subscrito pelo Secretariado da Célula do PCP no BESCL, inventariaria uma série de «grandes problemas que existem no BESCL (como em toda a Banca)» e sobre os quais «há que pedir responsabilidades a quem faz esta gestão, a quem a permite e a quem cala e consente».

Nesse sentido, o comunicado, sublinhando as propostas constitucionais dos comunistas para a Banca, pormenoriza algumas questões relacionadas com a concessão do crédito e o controlo da sua aplicação (este, «quando se faz», só incide «de forma rígida se o crédito se destina a empresas nacionalizadas, cooperativas, ECP, UCPs e PMEs»). Depois de revelar alguns casos que exigem medidas severas e urgentes (entre outros, «Suporte», «Sacavém» e família Espírito Santo) a Célula do PCP no BESCL refere-se ao «verdadeiro escândalo» que constituiu o caso Sá Carneiro.

«As autoridades têm de averiguar quem são os responsáveis por esta situação» – frisa o comunicado que pergunta:

O BESCL perdoou a dívida do sr. Sá Carneiro? Como foram defendidos os interesses do Banco? Os valores das acções depositadas cobrem o valor da dívida? Como se vai processar o pagamento da diferença?

«O Conselho de Gestão tem de responder aos trabalhadores e ao País», reafirma o comunicado apelando para a unidade «de todos os trabalhadores honestos e conscientes», designadamente comunistas e socialistas, para se pôr termo a uma situação insustentável que continua a desmobilizar os trabalhadores da sua «participação activa no controlo de gestão e na vida sindical».

Concurso «A criança e o Futuro»

AIC

Até 16 de Novembro próximo, continua a recepção dos trabalhos (desenho, poesia e prosa) para o concurso promovido pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. Destinado aos filhos de todos os trabalhadores do sector, independentemente da sua profissão e aos dos que, trabalhando noutras actividades, estão inscritos nos Sindicatos metalúrgicos, o concurso, iniciado em 15 do corrente tem por tema «A Criança e o Futuro».

Integrado nas comemorações do Ano Internacional da Criança, (AIC) o concurso destina-se, segundo a Federação, a «estreitar os laços entre todos os trabalhadores do sector ou por nós representados, em torno de uma actividade que exprima os ideais de Abril e em que a criança, como futuro da vida e do mundo do trabalho, surge como intérprete das transformações vindouras».

O regulamento estabelece dois escalões etários para os concorrentes: até aos 8 anos e dos 9 aos 12 anos inclusivé. Os pais dos concorrentes têm de ser sindicalizados. Os trabalhos deverão ser identificados apenas com o primeiro nome e a idade do concorrente. Num sobrescrito fechado seguirá a identificação do concorrente (nome completo, idade, morada, nome do pai ou mãe) número de sócio e nome do Sindicato.

Os trabalhos deverão ser enviados para o Gabinete de Informação e Propaganda da Federação através dos Sindicatos do sector em cada distrito. Um júri a constituir oportunamente seleccionará os trabalhos. Os prémios vão ter, segundo a Federação, «um carácter de estímulo às aptidões demonstradas pelos concorrentes».

Todas as informações necessárias serão prestadas pela Federação e pelos Sindicatos. «O Metalúrgico», mensário da Federação, incluirá informações complementares sobre o concurso. A lista dos 36 prémios será divulgada na edição de Outubro.

Semear mais e melhor para

Encontro Culturas Outono/Inverno — Frente da produção, frente

«Produzir mais e melhor» eis a conclusão fundamental do Encontro para a Campanha de Culturas de Outono/Inverno 1979-80, que se realizou no sábado passado, em Évora.

Semear para quê se já mais de 200 000 ha de terras foram roubadas aos trabalhadores por anteriores equipas do MAP?

Para quê fazer alqueives, planificar, semear se as promessas de diálogo do MAP do V Governo ainda se não concretizaram e novas terras estão a ser retiradas às UCPs/Coop., na voragem da execução de despachos ilegais de Vaz Portugal e Goulão?

Esta, uma questão que, pese embora aos esquerdistas, os trabalhadores da Reforma Agrária não colocam: **porque o absentismo é uma arma de boicote dos agrários; porque o absentismo não é uma forma de luta dos trabalhadores; porque a frente da produção continua a ser uma linha de luta fundamental para a defesa das UCPs/Coop.; porque, como foi afirmado no Encontro das Sementeiras:**

«Produzir mais e melhor é a via que temos para nos defendermos e consolidar economicamente. Se não produzimos, não colhemos; se não colhemos não temos receitas; se não temos receitas não podemos manter as UCPs/Coop.

«Produzir mais e melhor, compensando o que nos roubam, aumentando os rendimentos por hectare, é uma resposta patriótica à ofensiva da reacção e dos inimigos da Reforma Agrária, granjeando-nos a estima e o respeito do povo português».

Por tudo isto, o Encontro fixou como objectivos principais da Campanha das Culturas de Outono/Inverno a alcançar pelos trabalhadores das UCPs/Coop. e pelos técnicos ao seu serviço:

Aumentar a produção por hectare.

Manter, e onde possível, aumentar as áreas cultivadas.

Terras prontas na 1.ª semana de Outubro!

Como concretizar os objectivos enunciados foi um dos aspectos prioritários da discussão no Encontro de Évora, no qual participaram 750 delegados representando 250 UCPs/Coop. e, como convidados, representantes da CGTP-Intersindical, da Cintura Industrial de Setúbal, da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Campo Maior, das Uniões de Sindicatos de Beja, Évora e Setúbal, de Trabalhadores Agrícolas do Sul, da Fenacoop, da EPAC, da CRA, da CRARA, do Tribunal Cívico da Reforma Agrária, de algumas câmaras municipais da zona de intervenção, dos sindicatos de trabalhadores agrícolas dos cinco distritos e dos secretariados das UCPs/Coop.

Quanto ao primeiro objectivo — «Aumentar a produção por hectare» — foram dadas diversas directivas para melhorar as técnicas de cultivo e a organização do trabalho relativamente aos cereais praganosos, às culturas forrageiras e à pecuária. Entre as conclusões destacam-se:

— A acção desestabilizadora da ofensiva tem atrasado a preparação das terras para as sementeiras em algumas UCPs/Coop. **Urge acelerar a preparação das terras para que se semei na altura mais favorável. Deve-se apontar para se terem as terras todas preparadas até à primeira semana de Outubro.**

— Nas melhores terras, fortes ou médias, aconselha-se semear o trigo evitando as terras mais fracas, delgadas ou muito inclinadas.

— **O incremento das culturas forrageiras é essencial** para o desenvolvimento da pecuária, para a protecção e melhoria de terras, para a melhoria das outras culturas com as quais entram em rotação.

— **Os efectivos pecuários constituem importante fonte de rendimento das UCPs/Coop.** Para [...] de se lhes assegurar uma alimentação adequada através de fenos, pastos e silagens de qualidade, importa garantir os cuidados sanitários indispensáveis ao seu bom rendimento.

—Devem ser dadas aos técnicos das UCPs/Coop. e dos Secretariados e Uniões a confiança e os meios indispensáveis à realização de um trabalho responsável. O apoio técnico é um importante meio para melhorar o nosso trabalho. Deve-se estimular e exigir dos técnicos a sua participação no esforço que estamos realizando.

Relativamente ao segundo objectivo da presente Campanha de Sementeiras — manter e, onde possível, aumentar as áreas cultivadas — concluiu em síntese o Encontro:

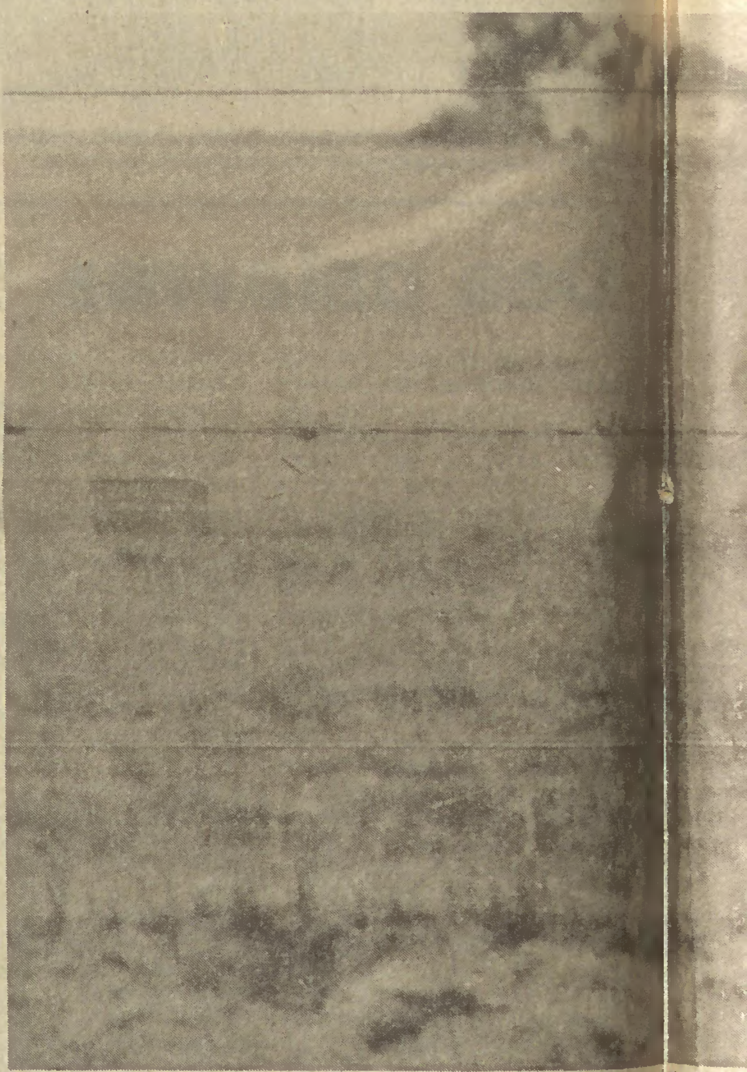
— Terá de ser cons[...]

Condições para o sucesso da campanha das sementeiras

A condição fundamental para que a campanha de sementeiras se concretize com bons resultados **é a suspensão imediata da ofensiva em curso contra a Reforma Agrária** que está a assumir aspectos graves com a aplicação de despachos de Vaz Portugal e Goulão.

Outras condições são ainda necessárias para que as culturas de Outono/Inverno resultem o melhor possível. O Encontro de Évora enunciou-as:

- Um grande empenhamento e esforço colectivos para procurar compensar as áreas que nos roubaram (200 000 ha das melhores terras), impedir que as áreas semeadas diminuam, aumentar os rendimentos por hectare e ultrapassar as dificuldades de planificação da produção resultantes da continuação da ofensiva.
- Combater o derrotismo, o demissionismo e a falta de entusiasmo.
- Combater a rotina, procurando melhorar as formas de organização, os processos e técnicas de cultivo.
- Estar vigilante e combater com firmeza aqueles que, por qualquer razão, se opõem ao aumento da produção e à introdução de novas técnicas.
- Ouvir e levar à prática as orientações dos técnicos ao serviço das UCPs e Cooperativas e dos secretariados e uniões.
- Melhorar o trabalho colectivo e democrático das direcções, distribuindo tarefas entre cada um dos seus membros.
- Organizar bem e de forma disciplinada o trabalho na UCP/Coop. e em cada sector da produção. Haver boa ligação entre cada sector e a direcção.
- Cuidar, conservar e preparar as máquinas, tendo-as em bom estado de funcionamento.
- Estabelecer um plano de trabalho para a campanha e controlar a sua execução através de reuniões periódicas das direcções com os responsáveis dos sectores.
- Debater o plano de trabalho nos plenários de todos os trabalhadores e, periodicamente, darem-se contas da sua execução.
- Exigir responsabilidades a quem não cumprir, sem razões válidas, as tarefas distribuída.
- Organizar a ajuda de umas UCPs e cooperativas agrícolas às outras.



O absentismo é forma de sabotagem dos agrários. São eles que deixam ao abandono as te[...] o Encontro decidiu: «Estar vigilante e combater com firmeza aqueles que [...] qualquer [...]

Porque a pecuária é uma importante fonte de rendimento das UCPs/Coop. é necessário: assegurar-lhe uma alimentação adequada através de fenos, pastos e silagens de qualidade e garantir os cuidados sanitários indispensáveis ao seu bom rendimento, realizando as vacinações e desparasitações aconselhadas, controlando a brucelose nos bovinos e caprinos, separando os animais doentes dos sãos e instalando redes mosquiteiras e pedilúvios nas instalações dos suínos. E ainda: prosseguir o trabalho de melhoramento dos efectivos através de cruzas com reprodutores seleccionados e assegurar o número de reprodutores machos necessários ao efectivo de fêmeas

Para as sementeiras de cereais praganosos, o Encontro apontou como uma directriz a realização de adubações correctas com base nas análises das terras. Para as culturas forrageiras, chamou a atenção que as adubações devem ser equilibradas tendo em conta o tipo de forragens a que dizem respeito

Sim ao diálogo Não às reservas

O Encontro das Sementeiras de Outono-Inverno, em Évora, reclamou do V Governo:

- Fim imediato da ofensiva contra a Reforma Agrária. Suspensão das operações em curso ou programadas;
- Revisão dos processos ilegais dos Governos Nobre da Costa e Mota Pinto;
- Abertura de um real, efectivo e verdadeiro diálogo entre os trabalhadores e as suas organizações e o Governo;
- Que sejam postas em funcionamento as linhas de crédito para investimentos anunciadas pelo IFADAP sem as restrições inaceitáveis que são impostas às UCPs e Cooperativas Agrícolas, simplificando o seu funcionamento e com baixas taxas de juros;
- Que seja concedido efectivo e competente apoio técnico, nomeadamente tendo em vista o necessário reordenamento cultural e o aumento dos rendimentos por hectare;
- Que sejam fornecidos, a tempo e horas, nas condições e quantidades necessárias, as sementes e os adubos necessários ao arranque da campanha;
- Que a Quimigal não coloque entraves ao fornecimento *directo* dos adubos às UCPs e Cooperativas Agrícolas e pequenos agricultores com condições, prazos e preços justos;
- Que seja posto termo aos aumentos incomportáveis dos preços dos factores de produção. Que, face ao novo preço do aumento do gasóleo, seja *concedido um subsídio de 25% por litro de* [...]

Derrotar a direita nas eleições pa[...]

Movimento sindical unitário: Reforço da solidariedade!

O apoio do movimento sindical unitário à luta em defesa da Reforma Agrária ficou bem claro no Encontro de Évora. O reforço deste apoio foi afirmado nas palavras de Álvaro Rana, representante do Secretariado da CGTP-IN:

«A CGTP-IN chamará uma vez mais todos os trabalhadores a levantarem-se e a combaterem intransigentemente as tentativas de prosseguimento das ilegalidades e das destruições das UCPs/Coop.

«A CGTP-IN, neste Encontro, em que mais uma vez fica claramente demonstrada a determinação exemplar dos trabalhadores agrícolas em aumentarem a riqueza do país, reafirma solenemente que mobilizará todo o Movimento Sindical Unitário, todos os trabalhadores para a tarefa patriótica de defender a Reforma Agrária e de lhe manifestarem toda a sua solidariedade activa.

«Se necessário for, a CGTP-IN convocará de novo grandes manifestações de rua onde os trabalhadores gritarão bem alto a sua inquebrantável disposição de defenderem e fazerem prosseguir a Reforma Agrária. Se necessário for, a CGTP-IN estudará as formas adequadas de luta sempre que se intente destruir a Reforma Agrária».

…a defender a Reforma Agrária

…de luta

…guido com a redução das áreas de pousio e com a utilização de terras mais fracas ainda não cultivadas ou impropriamente cultivadas com trigo. A redução das áreas de pousio deve fazer-se introduzindo nas rotações do trigo consociações de gramíneas e leguminosas ou prados temporários. Também as terras mais fracas podem ser utilizadas com vantagem para o cultivo de forragens.

– De uma forma geral as UCPs e Cooperativas dispõem de áreas mais que suficientes para a produção de alimentos de qualidade para os seus efectivos – pastos, fenos, silagem – e que substituem com vantagem os nascedios e os restolhos. **Há que intensificar esta linha de produção, aproveitando os pousios e alargando as áreas cultivadas.**

Estes os objectivos dos trabalhadores da Reforma Agrária nestas sementeiras de Outono/Inverno. Estes os seus projectos, a sua afirmação de avançar na frente produtiva com a consciência de que esta é também uma frente fundamental de luta. Mas estes objectivos e este projecto só poderão plenamente concretizar-se se o MAP do V Governo restabelecer de facto o diálogo para revisão de casos ilegais e para um apoio efectivo à agricultura.

Os trabalhadores avançam já. As terras devem estar todas preparadas até à primeira semana de Outubro. Para que jamais alguém os possa responsabilizar por trazerem a fome aos seus lares e a miséria ao povo. Os trabalhadores avançam e, por eles, as sementeiras de Outono/Inverno avançarão também, cobrindo mais extensas áreas, dando searas mais fortes, mais rijas do que as do passado ano.

Fim da ofensiva revisão das ilegalidades

Aprovada por unanimidade no Encontro de Évora, uma moção de repúdio pela ofensiva afirma perante todo o país a determinação dos trabalhadores em reforçarem a luta em defesa da Reforma Agrária e apela à solidariedade dos trabalhadores e democratas a esta frente de batalha pela consolidação das conquista de Abril. Alertando os trabalhadores da Reforma Agrária e as massas populares para a ofensiva destrutiva que continua atingindo a Reforma Agrária, o Encontro reclama nesta moção:

- *Fim imediato da ofensiva com suspensão das operações em curso ou programadas.*
- *Abertura de um efectivo diálogo com base no respeito pela viabilidade das UCPs/Coop.*
- *Resposta aos memorandos entregues em 16/8/79 e 21/9/79 ao ministro da Agricultura e Pescas.*
- *Revisão dos casos ilegais e restituição aos trabalhadores das terras e bens usurpados ilegalmente, com vista à reposição da legalidade democrática e da justiça.*
- *Inquérito aos serviços do MAP com a substituição dos inimigos da Reforma Agrária por técnicos isentos e sérios, que respeitem a Reforma Agrária e cumpram a Constituição.*
- *Revogação dos despachos e portarias ilegais sobre frutos pendentes, crédito para pastagens, subsídio para o trigo.*
- *Promulgação da Lei de Alterações à Lei Barreto.*

Nesse sentido, o Encontro decide:

- *Manter informados os órgãos de soberania, designadamente o Governo, através de diálogo franco.*
- *Reforçar as concentrações nas herdades entregues ilegalmente aos agrários com a realização de manifestações nas aldeias, vilas ou cidades.*
- *Reforçar a ida de fortes delegações dos trabalhadores aos órgãos de poder local e central.*
- *Reforçar a luta no campo jurídico.*
- *Dar plenos poderes às organizações – aos secretariados e uniões distritais das UCPs/Coop. e aos sindicatos de trabalhadores agrícolas – para desencadearem, no momento oportuno, as formas de luta superiores e necessárias a fazer parar a ofensiva.*

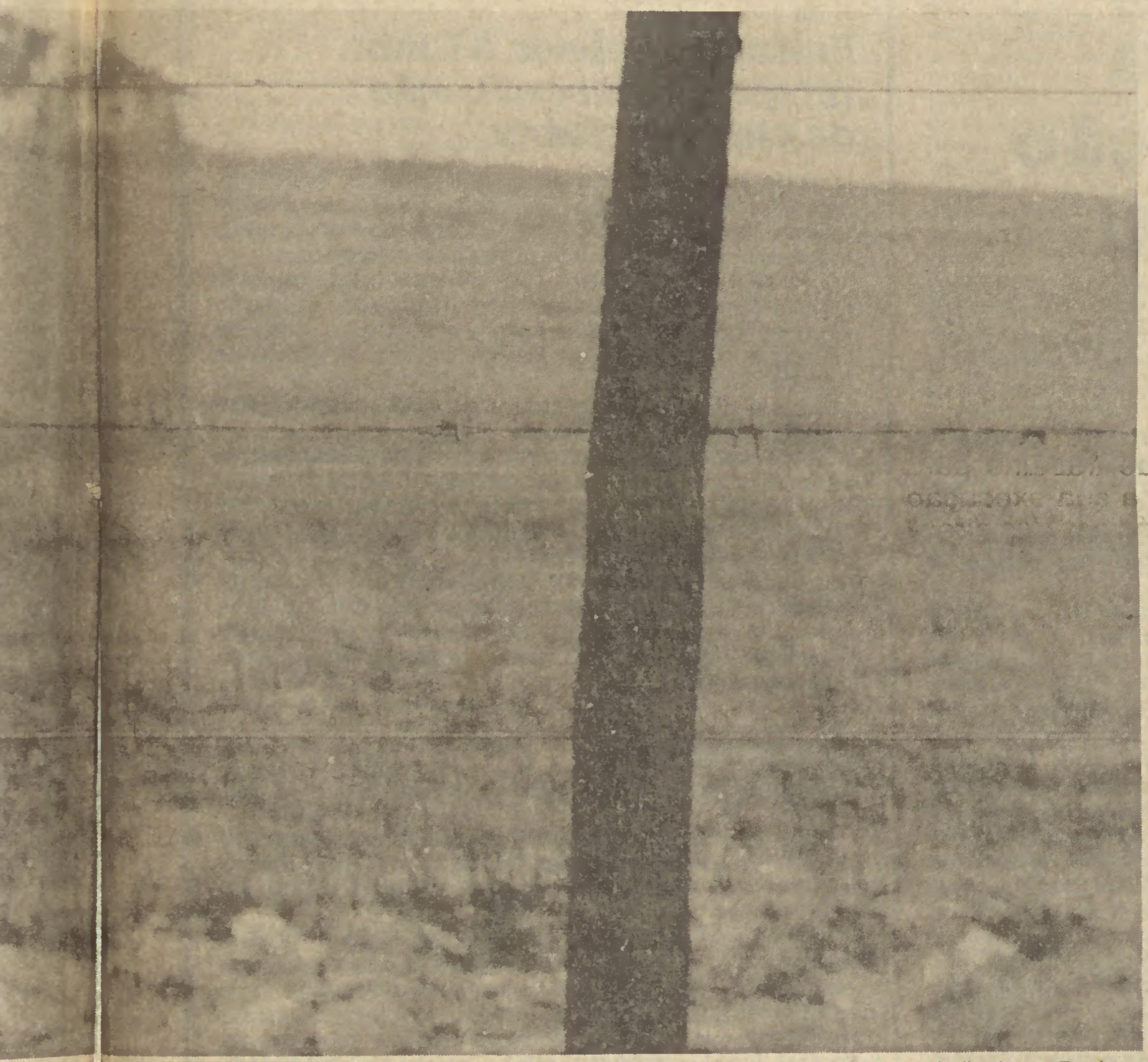
«Avançar para as terras que têm de estar todas prontas a receber a semente no fim da primeira semana de Outubro» – palavra de ordem do Encontro

Na seguência destas posições, o Encontro apela:

A todos os trabalhadores, ao movimento sindical unitário, às comissões de trabalhadores, às comissões de moradores, às autarquias, a todos os democratas para que pelas formas mais diversas façam ouvir o seu protesto e se solidarizem com a luta dos trabalhadores agrícolas em defesa da Reforma Agrária.

Em frente com a defesa da Reforma Agrária!

Em frente com a luta até parar a ofensiva!



…eixam ao a… as terras que ilegalmente lhes voltam às mãos. A produção é frente de batalha dos trabalhadores. Por isso, …ueles que… quer razão, se opõem ao aumento da produção e à introdução de novas técnicas»

Deter os fora da lei! Deter a ofensiva! –tarefa de todo o povo

Como denunciámos no último "Avante!", a CAP, organização de latifundiários, está instalada no MAP fundamentalmente graças às nomeações de Vaz Portugal, o ex-ministro Vaz Portugal, que preencheu 76% dos lugares de técnicos acessores – escalão mais alto da carreira técnica onde são recrutados os directores gerais e directores de serviço do MAP.

Como resultado desta realidade – o MAP minado por dentro pela reacção – homens da CAP nos ex-CRRAs e agrários seus apaniguados desenvolvem à-vontade acções criminosas contra UCPs/Coop., acções ilegais, absolutamente inadmissíveis num Estado de direito.

Estes são alguns dos factos ocorridos entre 8 de Agosto e 15 de Setembro, que dão bem imagem da actuação dos fora da lei no Alentejo. Factos que necessitam de ser conhecidos em toda a parte para que a opinião pública seja esclarecida e com maior determinação se ergam as vozes dos trabalhadores, das massas populares em defesa da Reforma Agrária.

Na Cooperativa de Casebres, em Alcácer, os trabalhadores foram impedidos de colherem o milho, tomate e arroz que se estavam a estragar. O agrário Júlio Azougado, na Herdade de Vale de Alcácer, sob escolta da GNR colheu 22 hectares de arroz que pertencem aos trabalhadores.

● Na UCP "TOC", em Pavia, GNR e agrários roubaram um tractor da Cooperativa.

● Na UCP 25 de Abril, em Sousel, no passado dia 10, agrários auxiliados pela guarda, arrombaram o celeiro na Herdade de Aravia e roubaram cereal.

● Na 1.º de Setembro, no Campinho, agrários protegidos pela GNR, roubaram 100 fardos e levaram 400 ovelhas adultas. Do inventário constavam 295 ovelhas e 105 bezerras.

● Em Ferreira, falsos agrários roubaram 15 camionetas de feno.

● Na "Terra de Pão", na Salvada, levaram 35 contos.

● Na Cooperativa "Defesas" do Alandroal, quando da entrega de uma reserva ao agrário Costa (que já havia recebido reservas nas Cooperativas 1.º de Setembro e na Bento de Jesus Caraça), um bando de agrários roubou, além de 70 vacas, 51 bezerros, 1 tractor borracheiro, 2 charruas. Alguns agrários estragaram pneus da Cooperativa, atirando-os dos montes e tentaram partir o banco de um reboque.

Perante estes e outros casos, os trabalhadores interrogam: **"Quem de direito, detém estes roubos, os estragos criminosos de culturas e material?".**

Deter a destruição da Reforma Agrária!

Durante o mesmo período, 2 de Agosto a 15 de Setembro, 24 UCPs e Cooperativas Agrícolas foram já atacadas nos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal. Destas, 5 foram destruídas e mais de duas dezenas estão notificadas para novas entregas de reservas. Isto porque a execução de despachos de autoria de Vaz Portugal e Goulão tem substituído o diálogo pelo qual os trabalhadores lutam e continuarão a lutar. Isto também porque, como denunciou o Encontro de Évora "os serviços do MAP continuam a estar recheados de agrários e filhos, lacaios de agrários e elementos da famigerada CAP, organizados, que interferem ou até preparam os próprios processos de reservas em que têm interesses pessoais directos (caso da UCP "TOC" e UCP "Comenda de Santa Justa") e que continuam a cometer as mais descaradas ilegalidades e prepotências e a GNR volta a ser mobilizada e a aparecer nos campos do Alentejo e Ribatejo".

Só nos três distritos do Alentejo, neste período, foram atacadas 19 UCPs/Coop. às quais foram usurpadas terras, gados e máquinas; outras quatro UCPs/Coop. foram atingidas com a usurpação de máquinas, gados e cereais.

As UCPs/Coop. completamente destruídas são as seguintes: em Beja: Cooperativa Cortes Baixo, na Vidigueira; Suratesta Coop. e Santa Luzia; Coop. Lagoa e Cardal e Comissão de Trabalhadores Sabino em Ferreira. A quinta situa-se em Montemor, Évora: Coop. "José Adelino dos Santos".

A serem concretizadas as reservas já notificadas, outras destruições de Cooperativas se verificarão, mais trabalhadores enfrentarão o desemprego, mais terras ficarão sem produzir para todo o país.

Contra esta destruição da Reforma Agrária de consequências gravíssimas não apenas para os trabalhadores alentejanos e ribatejanos, não apenas para a economia regional, mas para todo o país e para a economia nacional, lutam os trabalhadores. Lutam, continuando a insistir na necessidade de diálogo. Lutam, enfrentando as Sementeiras de Outono/Inverno, a frente da produção, como uma batalha a ganhar. Lutam, reforçando a defesa da Reforma Agrária, mobilizando para concentrações nas herdades entregues e para manifestações nas aldeias, vilas e cidades. Lutam chamando o movimento sindical unitário, as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores, as Autarquias, todos os trabalhadores e democratas à defesa da Reforma Agrária.

Os roubos de fardos de palha vêm-se multiplicando por acção de bandos de agrários. Na 1.º de Setembro em Campinho, agrários levaram cerca de 1000 fardos!

…construtivo! …s ilegais!

…gasóleo fornecido à agricultura;

a) Que seja revogado o despacho de Outubro/78 do ex-Secretário de Estado do Fomento Agrário, Francisco Borba, que impõe condições discriminatórias e inaceitáveis no fornecimento de crédito às UCPs e Cooperativas Agrícolas para o fomento das forragens e pastagens;

● Que sejam fixados preços justos e compensadores para as produções agrícolas, não se aceitando que se mantenha e agrave o progressivo desajustamento entre os custos de produção e os preços de venda dos produtos que leva a uma descapitalização e ruína do sector agrícola, das UCPs/Cooperativas Agrícolas e dos pequenos e médios agricultores.

Para o trigo da próxima campanha os custos de produção, a não haver novos aumentos de preços, oscilam entre 13$50 e 15$50 por quilo! — o preço a pagar pelo Estado tem que ter em conta estes valores!

Há que fixar também preços justos para cevadas, aveia e arroz.

● Que seja revogado o arbitrário despacho do ex-Secretário de Estado João Goulão que retira às UCPs/Cooperativas Agrícolas a possibilidade de receberem o subsídio de 2$20 por quilo de trigo referente à campanha de 1978/79.

A não serem tomadas medidas urgentes na definição de uma política de créditos e preços justos à agricultura, o País corre o risco de ver drasticamente diminuídas as áreas de produção de cereais e o próprio efectivo pecuário com sérios reflexos na economia nacional.

Propõe-se ao MAP a criação de um grupo de trabalho, com representantes das UCPs/Coops. Agrícolas e dos pequenos e médios agricultores, que em prazo curto apresentem um plano de apoio e desenvolvimento da agricultura.

Cumpre agora ao MAP do V Governo definir-se perante os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores, dando resposta às conclusões do Encontro.

Nós lutaremos, unidos e determinados, pela realização dos nossos objectivos!

Em frente por uma boa Campanha de Culturas de Outono-Inverno!

Em frente com o Aumento da Produção e dos Rendimentos por Hectare!

Em Frente com a Defesa da Reforma Agrária!

…ara consolidar a Reforma Agrária!

Alianças de direita em 1976 contra forças democráticas

• PS colaborou e também perdeu

O estudo dos resultados eleitorais para as Câmaras Municipais em 1976 revela com toda a clareza que o sistema de alianças da direita contra as forças de esquerda «já vem de longe».

Revela igualmente como o PS preferiu aliar-se ao PPD e ao CDS contra o «Povo Unido», em vez de defender os interesses do seu próprio eleitorado.

E ainda, o que é caso para o PS meditar, que a direita se alia sempre que pode contra os socialistas.

No quadro que publicamos junto dá-se conta que, em 1976, no que toca a Câmaras Municipais, se registaram alianças contra a APU (então FEPU) nos distritos de Beja, Évora, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal, num total de 42 Câmaras.

O PPD e o CDS, juntos ou alternadamente, desistiram de se candidatar para beneficiar o PS — o que é claro pelos resultados eleitorais —, na tentativa de prejudicar os candidatos do «Povo Unido».

Dessas 42 alianças contra a APU resultaram 13, enquanto as restantes 29 não resultaram.

Mas se o PS colheu aqui algum benefício, em Câmaras onde a direita não tinha força para vencer sozinha, outro tanto já não se verificou onde o PPD e o CDS, juntos, conseguiram mais votos que o PS sozinho.

Assim, como também se pode ver pelo mapa, PPD e CDS aliaram-se em Bragança, Castelo Branco, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, Viseu e Região Autónoma dos Açores, num total de 36 casos, **conseguindo desta forma arrebatar 14 Câmaras Municipais ao PS.**

Nos restantes 22 casos a aliança não resultou.

Conhecido o enfraquecimento do prestígio do PS junto do eleitorado — o que lhe está a provocar fortes dificuldades para a elaboração das listas para os órgãos de poder local — é de prever que a aliança reaccionária não deixará de tentar tirar partido daquele facto.

Nalguns lados, o PS parece ter-se lembrado agora que pode perder novas Câmaras para a direita e começa a manifestar preocupação. No entanto, continua a não querer fazer **alianças formais** com o PCP e o MDP/CDE, partidos que constituem a APU.

Donde é legítimo concluir que o PS prefere perder para a direita, a fortalecer a esquerda.

Sendo assim, o único voto útil de esquerda é na APU, que deverá continuar a fortalecer as suas posições até poder derrotar ela própria as forças de direita, tarefa em que o PS não mostra estar particularmente interessado.

Aliás, os resultados das sucessivas eleições suplementares para as autarquias locais demonstraram bem como esse fortalecimento se vem processando de forma cada vez mais segura, numa conquista gradual da confiança do eleitorado a nível local.

A teoria do voto útil no PS, nomeadamente nos locais onde a votação na APU é ainda pouco significativa, cai pela base quando se verifica que a política seguida pelos eleitos socialistas, na maior parte dos casos, é contra os interesses da população e de constantes cedências à direita.

Só a APU, a nível local, defendeu consequentemente uma política de esquerda, de defesa intransigente da democracia, de pleno respeito pelos programas apresentados ao eleitorado e de defesa dos interesses populares.

A conclusão é óbvia. Voto útil em quem?

	ALIANÇAS CONTRA A APU			ALIANÇAS CONTRA O PS		
	Alianças realiz.	resul-taram	Não result.	Alianças realiz.	resul-taram	Não result.
Aveiro						
Beja	13	4	9			
Braga						
Bragança				3	3	
C. Branco				2	1	1
Coimbra						
Évora	12	1	11			
Faro				10	1	9
Guarda				2	2	
Leiria	1	1		1		1
Lisboa				3		3
Portalegre	7	4	3	3		3
Porto						
Santarém	2	1	1	5	1	4
Setúbal	7	2	5			
V. Castelo						
Vila Real						
Viseu				3	2	1
R.A.Açores				4	4	
R.A. Madeira						
TOTAL	42	13	29	36	14	22

Calendário das eleições para as autarquias

Marcadas que foram as eleições para as autarquias locais, que no respeito pelos prazos legais se irão realizar a 16 de Dezembro do corrente ano, torna-se necessário começar a olhar para o calendário, pois há datas que têm de ser cumpridas.

Desta forma, convém recordar que **o prazo para a apresentação das listas de candidatos se inicia 70 dias antes da data das eleições,** ou seja, **no dia 6 de Outubro.**

O prazo para a entrega das listas termina no 44.° dia anterior às eleições, ou seja, **no dia 2 de Novembro.**

Isto significa que as listas de candidatos para os órgãos de poder local terão de ser rapidamente concluídas, de modo a não guardar para a última hora a respectiva apresentação perante «o juiz do tribunal da comarca com jurisdição na sede do município». Evitar-se-á assim que eventuais rectificações da documentação que é necessário apresentar provoquem dificuldades de maior envergadura.

A campanha eleitoral para as autarquias locais terá a duração de 10 dias, iniciando-se a 4 de Dezembro e terminando às 24 horas do dia 14 de Dezembro.

Número de candidatos e de membros dos órgãos autárquicos

No «Avante!» da semana passada publicámos o cálculo provisório do número de candidatos para todos os órgãos de poder local, bem como o respectivo número dos que serão eleitos. Feitas as rectificações, divulgamos hoje o mapa definitivo.

Temos assim que o número global dos candidatos a apresentar a todas as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia é de 72 284, dos quais serão eleitos 53 252 cidadãos.

Após as eleições, os membros das assembleias de freguesia elegerão ainda as respectivas Juntas de Freguesia, pelo que o número total de eleitos para os órgãos de poder local ascenderá, em definitivo, a 65 955.

Este grande número de eleitos, que terão a seu cargo a gestão das 305 Câmaras e Assembleias Municipais e as 4043 freguesias, revelam bem a participação popular na administração local portuguesa.

Por cada 103 eleitores haverá um eleito para os órgãos de poder local! Em nenhum outro país da Europa capitalista se encontra tão vasta participação popular, directamente escolhida pelo eleitorado.

DISTRITOS	N.° DE CONC.	N.° DE FREG.	ASSEMB. MUNICIPAIS		CÂMARAS MUNICIPAIS		ASSEMB. FREGUESIA		JUNTAS DE FREGUESIA	(1) CANDIDATOS A APRESENTAR	(2) CANDIDATOS A ELEGER	(3) MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUT.
			Efectivos	Suplentes	Efectivos	Suplentes	Efectivos	Suplentes				
AVEIRO	19	198	655	225	131	55	2388	890	620	4344	3174	3794
BEJA	14	90	390	138	78	32	1053	391	274	2082	1521	1795
BRAGA	13	511	597	204	95	37	4081	1679	1539	7413	5493	7032
BRAGANÇA	12	298	373	130	70	29	2187	739	898	3528	2630	3528
C. BRANCO	11	156	325	114	65	27	1611	571	472	2713	2001	2473
COIMBRA	17	193	525	184	105	43	2179	793	603	3829	2809	3412
ÉVORA	14	77	380	135	76	31	869	317	239	1808	1325	1564
FARO	16	71	500	174	100	42	957	357	241	2130	1557	1798
GUARDA	14	332	436	152	80	33	2402	818	1000	3921	2918	3918
LEIRIA	16	131	510	177	102	42	1644	616	415	3091	2256	2671
LISBOA(*)	15	191	645	221	129	49	3027	1104	778	5163	3802	4580
PORTALEGRE	15	82	405	144	81	33	915	333	252	1911	1401	1653
PORTO	17	382	694	236	137	54	4557	1647	1262	7325	5388	6650
SANTARÉM	21	165	665	231	133	54	1981	729	523	3795	2779	3302
SETÚBAL	13	54	485	166	97	38	883	327	224	1996	1465	1689
V. CASTELO	10	288	355	123	64	26	2329	799	866	3645	2748	3614
VILA REAL	14	264	436	152	84	35	2271	785	794	3763	2791	3585
VISEU	24	366	690	243	138	56	3264	1150	1099	5541	4092	5194
R. A. AÇORES	19	141	525	186	105	43	1437	515	425	2811	2067	2492
R. A. MADEIRA	11	53	325	114	65	26	646	238	179	1414	1036	1215
TOTAL	305	4043	9916	3449	1935	785	41 401	14 798	12 703	72 284	53 252	65 955
			13 365		2 720		56 200					

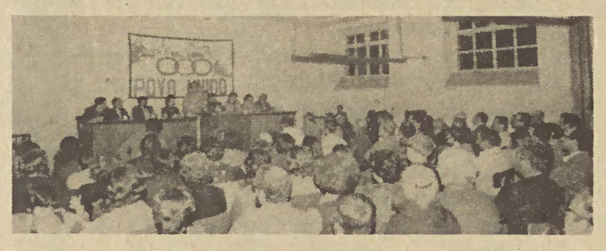
(1) CANDIDATOS A APRESENTAR: É o total de efectivos + suplentes das AM, CM e AF
(2) CANDIDATOS A ELEGER (no dia das eleições): É o total de efectivos das AM, CM e AF
(3) MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS: É o total de efectivos das AM, CM, AF e das JF
(*) NOTA: Considerou-se a constituição do Município da Amadora e das 8 freguesias em que foi subdividido

Plenário da APU em Tomar

POVO UNIDO

Convidam-se todos os activistas da APU para um plenário a realizar no sábado, 29 de Setembro, às 21 e 30, na Casa dos Passarinhos, na Travessa Gil da Avó, junto à Várzea Grande, em Tomar.

Estarão presentes Hilário Teixeira, da DORSA e suplente do CC do PCP, e Mário Xavier, da Comissão Técnica Eleitoral da DORSA do PCP.



Dias Lourenço em Portalegre na apresentação das listas APU

«Aqui, nestas listas, estão pessoas que em 1976 não estavam connosco e que agora estão dispostas a juntar os seus esforços aos nossos para lutar pela melhoria da nossa vida autárquica» – afirmou António Ventura na sua intervenção durante a sessão pública promovida pela Comissão Concelhia de Portalegre da Aliança Povo Unido (APU), onde foram apresentadas as listas candidatas aos diferentes órgãos autárquicos da cidade nas próximas eleições para as Autarquias. Esta afirmação reflecte bem o prestígio dos eleitos da APU na zona, grangeado ao longo dos seus mandatos e também traduzido nesta apresentação das listas de candidatos – as primeiras do distrito a serem apresentadas para as próximas eleições Autárquicas.

A sessão havia sido marcada para as 21 horas do passado sábado, no ginásio do antigo Liceu de Portalegre, e contou com a presença de Jorge Silva, vereador da Câmara Municipal de Évora, e António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!», tendo a parte de espectáculo musical ficado a cargo de Francisco Ceia e Adriano Correia de Oliveira.

Na sua intervenção, o camarada Dias Lourenço começaria por sublinhar a importância do trabalho realizado pela APU. Esta Frente Eleitoral, aliás, merecia observações mais detalhadas por parte do dirigente comunista que recordou, nomeadamente, a recente renovação do registo da «Aliança Povo Unido» para as próximas eleições autárquicas, bem como a recente proposta feita pelo PCP ao MDP/CDE para a formação de uma Frente Eleitoral para as eleições intercalares (proposta então já entregue, e presentemente já aceite pelo MDP/CDE). **Estes dois factos,** acentuaria Dias Lourenço, **vão abrir novas perspectivas às forças democráticas e reforçar e alargar o seu campo de acção.**

Caracterizando a situação política actual, o camarada Dias Lourenço consideraria que a solução constitucional encontrada constituíu uma derrota para a direita, recordando que **o nosso Partido, mesmo nas alturas mais sombrias dos ataques da reacção, afirmou sempre que era possível uma saída constitucional para a crise – isso veio a acontecer com a exoneração do governo fascizante de MP/PPD/CDS, a nomeação de um governo de gestão e a marcação de eleições intercalares dentro das normas e prazos constitucionais.**

Abordando ainda as divisões que grassaram tanto no seio do PS devido às suas contradições e ambiguidades políticas, como no campo da direita e ainda dos esquerdistas, o director do «Avante!» recordaria que o PCP foi a única força política que se manteve unida, devido à sua coerência e firmeza de princípios, tendo o MDP/CDE, com a sua permanência na APU, contribuido para o reforço da esquerda; um aumento de votação no PCP, no quadro da APU, será um corolário lógico e fundamental para a continuação da luta pela defesa e consolidação do regime democrático.

Dia do Reformado

O Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) comemora no próximo dia 6 de outubro, em todo o país, o «Dia do reformado».

Segundo aquele Movimento, as comemorações deverão ter um «carácter de grande jornada de luta e de convívio, pelos direitos dos reformados, pensionistas e idosos, contra a marginalização e o desprezo com que são tratados e condenados a viver, muito abaixo do mínimo de subsistência».

No próximo número divulgaremos mais pormenorizadamente as actividades do MURPI na passagem do «Dia do Reformado», entretanto anunciadas em conferência de Imprensa realizada ontem.

O dia 6 de Outubro será comemorado na Amadora, por sua vez, com uma festa promovida pela União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Amadora (URPIA), a realizar naquele sábado, às 15.30 horas, na Sociedade Filarmónica Recreio Artístico local.

Água imprópria para consumo

«A estação de captação e tratamento das águas, em Chaves, não satisfaz as condições mínimas exigíveis para o bom cumprimento do serviço a que se destina» – a afirmação foi feita pelo Delegado de Saúde daquele concelho, em relatório enviado ao Director de Saúde do distrito de Vila Real.

No mesmo documento afirma-se ainda que é «dificientíssimo o estado de conservação e asseio do edifício, bem como do terreno confinante; pavimentos apenas varridos (mal), detritos de várias espécies (desperdícios de algodão, vasilhame abandonado, restos de borracha, manchas de óleo, animais domésticos em liberdade), num aspecto geral de abandono».

«No mesmo edifício – salienta o relatório – fica a residência do encarregado. Porque a câmara de esgoto não funciona e está aberta, as águas sujas espalham-se logo à entrada. A fossa céptica, quase contígua à habitação, desagua no rio Tâmega a poucos metros (20 ou 30) de um poço da captação de água. Há edifícios habitados, fossas cépticas e pocilgas a 90 metros da estação de tratamento, e pontos de captação. (...) Em pequeno compartimento térreo, não rebocado sequer, e ainda com detritos da última cheia do Tâmega, está instalado o mecanismo de alimentação de cloro».

Notícias deste género surgem, preocupantemente, cada vez com mais frequência. Ainda no passado sábado a população de Paradela barricou a estrada que liga Trofa a Santo Tirso, como protesto pela inquinação da água dos poços com que se abastecem, provocada por uma pocilga.

Anunciar que a água é «imprópria para consumo» não basta. Há que tomar medidas, urgentemente, para acabar com tais situações, que põem em perigo a saúde pública.

Freixo de Espada à Cinta protesta contra extinção da Linha do Sabor

A decisão da CP em extinguir a Linha do Sabor que serve os concelhos de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Miranda do Corvo provocou a maior indignação entre a população daqueles concelhos.

Enquanto em Bruçó, na passada segunda-feira, a população retinha a automotora que fazia a última ligação entre as localidades Duas Igrejas e Pocinho, o povo de Lagoaças e da aldeia de Fornos cortava o trânsito na estrada 221, retendo uma camioneta de uma das duas empresas rodoviárias privadas que irão beneficiar com a extinção da linha ferroviária.

A desconfiança de que por detrás desta decisão estará uma negociata escandalosa (fala-se de luvas da ordem dos milhares de contos), em que estariam envolvidas figuras gradas do PPD e CDS locais, contribui ainda mais para a «revolta» da população.

A atitude assumida por responsáveis da CP, dando ordens de serviço ilegais para as estações, para que estas apenas vendessem bilhetes até uma parte do percurso (Pocinho), em nada contribui para a resolução do problema.

Homenagem a Cândido de Oliveira

O nome de Cândido de Oliveira, jornalista, homem de futebol e resistente antifascista passou a figurar desde segunda-feira numa rua da zona Sul do Bairro dos Olivais, em Lisboa.

Esta justa homenagem da cidade de Lisboa a Cândido de Oliveira, a que se associaram muitos populares e que os moradores dos Olivais assinalaram engalanando com colchas janelas e varandas, contou com a presença de diversas personalidades, entre as quais o provedor de Justiça, José Magalhães Godinho; o secretário de Estado da Juventude e Desportos; o presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Francisco Miguel, do CC do PCP; Raul Rego; João Faria Borda; Manuel Alpedrinha e António Vitorino de Almeida; e Jorge Vieira (um dos dois sobreviventes da primeira selecção portuguesa de futebol que foi capitaneada por Cândido de Oliveira, em 1921), entre outros.

Ao ser descerrada a lápide com o seu nome, Cândido de Oliveira foi recordado por Faria Borda, seu companheiro do Tarrafal, que o descreveu como «antifascista coerente» que se solidarizou sempre com os amigos, «mesmo depois de ter ultrapassado o arame farpado do Campo do Tarrafal».

Considerando que «dar o nome de um antifascista que o merece a uma rua é um acto de justiça», Faria Borda recordou que «ainda há nomes de fascistas a conspurcarem a toponímia da cidade».

Por seu turno, o jornalista Vítor Santos, chefe de redacção da «A Bola» – jornal de que Cândido de Oliveira foi um dos fundadores – anunciou que o ministro da Educação concedeu, a título póstumo, a medalha de Mérito Desportivo a Cândido de Oliveira.

Corrupção em Valpaços –um caso ainda em aberto

O PPD continua a tentar abafar o escandaloso caso de corrupção verificada na Câmara de Valpaços. Quando está no poder, a direita não governa, governa-se. Eis um ditado popular que os exemplos conhecidos em múltiplos órgãos dominados pelos apaniguados do professor Freitas e do chefe Carneiro continuam a confirmar.

De cabeça perdida com o escândalo de Valpaços, o PPD não cessou de manifestar o seu apoio ao chefe Sobrinho, presidente da Câmara que um vereador dissidente do PPD, Abílio Mourão, continua a considerar como autor de graves ilegalidades, tendo chegado mesmo a pedir um inquérito ao Governador Civil de Vila Real, que o encaminhou para o MAI.

Tudo começou quando dois vereadores do PPD, com a cumplicidade do Presidente da Câmara, se apropriaram de verbas atribuídas pelo Fundo do Fomento da Habitação no quadro do PRID (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados). Primeiro, esconderam da população a sua existência e, mais tarde, fizeram um arranjinho, com falsas declarações à mistura. Ao todo, foram atribuídas verbas do PRID a seis compadres do Sobrinho de Morais.

Habituados como estão a dar constantemente o dito por não dito, os pêpêdês foram forçados a fazer mil e uma cabriolas para responder ao enorme rol de acusações e provas documentais que têm sido divulgadas. Depois da demissão dos dois vereadores que se abarbataram com os dinheiros do PRID, de um vereador dissidente do PPD que não deu cobertura à negociata e perante a recusa dos respectivos substitutos, a Câmara caiu.

Perante esta situação, visando pressionar a Assembleia Municipal que teria de designar uma Comissão Administrativa, que gerisse a autarquia até às eleições, os dilectos seguidores de Sá Carneiro, encabeçados pelo chefe Sobrinho desencadearam uma movimentação para fazerem uma manifestação espontânea de apoio ao Sobrinho, abrilhantada com a presença do casal Roseta, para a mesma hora em que devia decorrer a sessão da AM.

As ilegalidades são como as cerejas; uma arrasta outras. Na verdade, além de ser duvidosa a realização de uma manifestação à hora da AM, além de na origem de todo este frenesim estarem actos do mais puro nepotismo, a cacicada não estava satisfeita. Na própria Assembleia Municipal participaram eleitos que já perderam o seu mandato, por terem excedido o número legal de faltas.

Para o Sobrinho se sentir em família, os caciques impuseram a designação de uma Comissão Administrativa integralmente composta por «homens de mão» do antigo presidente da Câmara, não faltando mesmo um elemento destacado da ANP que, agora, preside à Comissão Política Concelhia do PPD.

Na manifestação espontânea a participação ficou muito aquém dos esforços e desejos da cacicada, não obstante os meios colocados ao seu dispor para a mobilização da população, designadamente funcionários e veículos da Câmara. Sintomático que, a propósito de um caso que envolve dinheiros públicos, um dos Rosetas tenha querido acentuar: «o PPD e Sá Carneiro estão com Valpaços e o seu presidente».

Pois. Pois.

A arte e a cultura: presença de primeiro plano na Festa do «Avante!»

A importância artística e cultural da Festa do «Avante!» é um dos mais sólidos dados do lugar que os comunistas concedem no seu trabalho à elevação do nível cultural do nosso povo. O cuidado posto na elaboração dos espectáculos musicais, o convite dirigido a cinco grupos de teatro para que se exibissem no decorrer da Festa, a projecção de uma série de filmes clássicos do género cómico, as exposições de artes plásticas e de arte popular, a retrospectiva das obras do escultor Vasco da Conceição e do pintor António Domingues, a homenagem ao escritor Armindo Rodrigues, o justo lugar que tiveram as actividades desportivas e a grande importância concedida à vida e à obra de Luíz de Camões – tudo isto atesta bem esse grande esforço do PCP na defesa da cultura nacional e na sua fruição pelas mais amplas massas populares.

Hoje, quisemos registar aqui depoimentos de militantes comunistas e outros democratas acerca da importância de que se revestiram as actividades culturais na Festa do «Avante!». **Óscar Lopes**, membro do CC do PCP, escritor e investigador, professor catedrático da Faculdade de Letras do Porto, refere-se ao significado do lugar de destaque dado à obra de Luís de Camões no âmbito do programa cultural da Festa; **Isabel Rocha**, campeã nacional de badminton, escreve sobre o desporto; **Rui Mário Gonçalves**, crítico de arte e professor de pintura, fala-nos das artes plásticas; **António Macedo**, jornalista e crítico de música, analisa os espectáculos musicais; **José Pessoa**, técnico de fotografia aplicada à conservação e restauro de obras de arte, debruça-se sobre a exposição de arte popular; **Carlos Porto**, crítico de teatro, comenta as actividades teatrais; **Carlos Pinhão**, jornalista e autor de livros para crianças, narra a sua vivência de 3 dias na Cidade dos Pioneiros.

Sete vozes que se juntam e confirmam centenas de milhares de vozes, que ajudaram a fazer da Festa do «Avante!» um acontecimento cultural ímpar no nosso país.

A presença de Camões

Na sua primeira reunião plenária, realizada a 13 de Julho último, do então recém-eleito CC do PCP, foi aprovada uma moção recomendando à direcção do Partido "que encare medidas concretas para que o IV centenário de Camões seja condignamente celebrado pelos trabalhadores, os artistas e o povo de Portugal — legítimos herdeiros do grande poeta." Embora o falecimento se tenha verificado em 1579, Garrett faz-se eco de uma tradição segundo a qual a morte do nosso épico teria coincidido com a ocupação do País pelo exército filipino, e atribui-lhe uma profecia de futuro resgate nacional que, segundo o próprio Garrett explica em anotação ao seu poema "Camões", tanto poderia referir-se à Restauração de 1640 como à primeira revolução liberal vitoriosa de 1820. Como 1880 foi escolhido para as mais importantes celebrações camonianas até hoje realizadas, é para o ano próximo que se prevêem as comemorações do IV Centenário.

Camonistas e centros de estudos camonianos de vários países iniciaram já a publicação de trabalhos eruditos e preparam a realização de sessões públicas em 1980. O PCP mostrou-se, portanto, à altura das suas responsabilidades quando, no momento próprio, tomou a iniciativa de um trabalho de aproximação entre a obra de Camões e os trabalhadores, os artistas e o povo de Portugal, legítimos e mais directos herdeiros de hoje.

O significado mais importante da exposição bibliográfica e iconográfica e da sessão camonianas que se realizaram dentro do programa da Festa do "Avante!" reside na tomada de consciência popular que tais actos propiciaram, com uma extensão e uma autenticidade de participação que seria difícil propiciar noutro ensejo. É especialmente de notar que não se trata de um primeiro acto meramente comemorativo de cunho convencional, como tantas outras comemorações. Merecem por isso grande atenção, quer a parte acima transcrita da moção aprovada a 13 de Junho, quer as palavras dedicadas a Camões no discurso de Álvaro Cunhal proferido na altura em que a Festa do "Avante!" culminava: "Nenhuma classe mais que a classe trabalhadora e nenhuma força política mais do que o PCP têm o direito e o dever de comemorar Camões, o genial poeta, poeta do povo e da pátria portuguesa".

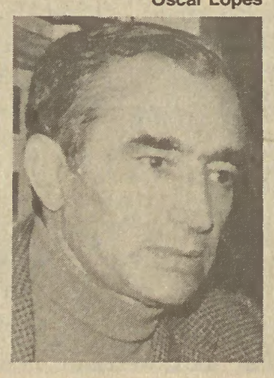
De facto, a obra de Camões é um símbolo patriótico e um símbolo de humanismo progressista. Foi frequentemente editada, comentada e exaltada como elemento integrante da consciência pátria nos anos em que os portugueses estiveram sob o domínio da monarquia filipina, com grave risco de ser reduzido a simples vítima de tributos e de recrutamentos militares destinados a aguentar um império caduco. Os liberais exilados, como Garrett, viram em Camões o representante de todo um povo reduzido (como ele, Camões) à miséria e sujeito à repressão obscurantista do absolutismo monárquico. Em 1880 Camões foi posto em destaque pela propaganda republicana, em oposição à falência das promessas do liberalismo monárquico. Mas os orientadores dessas comemorações de há um século não souberam e não quiseram ver o autêntico humanismo progressista do poeta e contribuiram, afinal, para o amesquinhamento e a desfiguração em que a sua extraordinária figura viria a cair com o fascismo, identificando Camões com a ideologia da rapina ultramarina que a sua obra precisamente questiona e supera com um inaudito talento e até com uma coragem que só esse talento fez vingar. Esse amesquinhamento, essa verdadeira conspurcação de Camões teve nos nossos dias estas manifestações depravadas: a utilização do dia 10 de Junho, dito o "dia da raça", como oportunidade de propaganda do colonialismo e das guerras coloniais e, já depois do 25 de Abril, como pretexto para concentrações ridículas mas carregadas de provocação à violência, de incitamento à desestabilização e à liquidação da democracia constitucional.

O colóquio e os recitais consagrados a Camões no Auditório 1 da Festa do "Avante!" puseram em evidência que "Os Lusíadas" são, acima de tudo, a epopeia da abertura das relações transoceânicas entre todos os povos que, através de um processo histórico complexo, ainda hoje não findo, iniciou (como Karl Marx explica) a fase expansiva do capitalismo, a transformação no carácter das lutas históricas de classe e (mesmo por meio de actos contraditoriamente progressivos e inumanos) o surto, finalmente, de uma concepção científica de socialismo e aos seus primeiros passos (ou até mesmo, nalguns povos, a uma fase já adiantada) da sua efectivação em grande parte da Terra. Só por uma leitura superficial pode esse poema ser identificado com a ideologia oficial a que, tanto quanto possível, reage de um modo eficaz, pois todo o maior entusiasmo do poeta se liga com as maravilhas naturais que o saber experimental e a coragem de simples homens mortais, em carne e osso, arrancam a domínio anteriormente reservado ao mistério religioso; além disso, o poema reprova a "austera, apagada e vil tristreza" cultural da camada dirigente, adverte o rei impulsivo (D. Sebastião) contra o fanatismo hipócrita dos seus maus conselheiros, e exige que se façam e cumpram "leis constantes/que aos grandes não dêem o dos pequenos". O modo mais flagrante de compreender o significado humanista fundamental de "Os Lusíadas", o significado que justamente dignifica o poema perante o seu mais largo público universal é o de lembrar que os seus heróis centrais, os marinheiros de Vasco da Gama, ao inaugurar uma náutica transoceânica ligando três continentes através de dois oceanos, deram um passo precursor do da primeira viagem humana astronáutica, a de Gagárine.

O conjunto dos interventores na discussão do tema camoniano da Festa do "Avante!", discussão livremente e popularmente participada, ficaram a sentir muito compenetradamente que a vasta obra de Camões, ainda hoje carecedora de um profundo estudo, tem de ser conhecida e discutida pelos trabalhadores portugueses, mas desde já se torna evidente que essencialmente, Camões não é um poeta da guerra, do colonialismo, do imperialismo "ocidental", da rígida hierarquização social e da cruzada intolerante, inquisitorial e racista a que o pretenderam reduzir os fascistas, e até, em parte, uma certa tradição liberal burguesa marcada pelo colonialismo. É um poeta que exalta as possibilidades mais belas e audaciosas da humanidade e desta vida individualmente mortal. A ele, em grande parte, se deve o prestígio da língua portuguesa, uma língua que, por decisão livre de quatro povos africanos libertados com o 25 de Abril, hoje se impõe em grandes assembleias internacionais e em que irão alfabetizar-se milhões de pessoas emancipadas mas ainda há poucos anos condenadas à mais obscurantista servidão colonial. Luanda tem o nome de Camões em uma das suas praças, e o governo de Maputo tomou a peito a boa preservação da fortaleza da Ilha de Moçambique onde o grande poeta viveu longos meses.

Só se pode ver Camões e todas as suas condignas dimensões humanas se colocarmos a sua obra na perspectiva de vários séculos de luta, quer do povo português, quer de muitos outros povos, contra a exploração feudal, capitalista e capitalista-imperialista, luta pela autodeterminação real, inclusivamente económica e cultural, do povo português e de todos os povos que com ele podem hoje livremente dar-se as mãos, num combate que continua, e agora inequivocamente em comum.

Óscar Lopes



Artes plásticas: um saldo francamente positivo

Uma quantidade enorme de visitantes observou muitas obras de muitos artistas portugueses. O Partido Comunista Português está a ser o partido que mais revela ter consciência da necessidade da arte. A Festa do «Avante!» demonstrou-o mais uma vez.

Este ano tornou-se mais nítido, no domínio das artes plásticas, a coerência do Partido em relação a princípios declarados na I Assembleia de Artes e Letras da ORL, em 1978, na Faculdade de Letras de Lisboa. A exposição de reproduções, realizada logo a seguir à Assembleia, no ano passado, não era tão convincente como a deste ano. Todavia, já a primeira Bienal, há dois anos, com originais de artistas portugueses, militantes ou não do Partido, anunciava o que seria expresso na Assembleia. Nessa primeira Bienal, destacavam-se as pinturas de João Hogan, as esculturas de Jorge Vieira, as gravuras de Bartolomeu Cid e as artes gráficas de Rogério Ribeiro, o que me parece que foi correcto estetico-ideologicamente.

Este ano, embora pessoalmente me interessasse ver um conjunto significativo da obra do Escultor Vasco da Conceição, não creio que a acentuação da presença deste artista possa equivaler à dos quatro anteriores. Nesta parte útil do programa, que consiste em ir apresentando pequenas retrospectivas, houve deficiência. Será sem dúvida corrigida, a partir da experiência que se está adquirindo. E convém que não demore, pois é uma das partes do programa das Bienais (e porque não incluí-la também nas realizações culturais intercalares?) em que se toma mais sensível o critério estético dos organizadores.

Mas a participação de mais de uma centena de artistas veio demostrar, por si mesmo, a simpatia, que as iniciativas culturais do Partido Comunista Português despertam no meio artístico. Veio demonstrar também a vontade política de difundir, junto do grande público em geral, e junto dos simpatizantes dos ideais comunistas em especial, a actual diversidade de concepções estéticas, figurativas e abstracionistas, conceptuais e objectualistas.

Milhares e milhares de espectadores observaram as obras expostas. Dado o clima fraternal e alegre que existe sempre nas Festas do «Avante!», os diálogos surgiam espontaneamente. Perguntas sinceras, explicações despretensiosas, curiosidade e entusiasmo.

Pareceu-me, pelo que pude observar enquanto estive no meio do «cortejo» de visitantes (pois era necessário, em certas horas, fazer «bicha»), e pelo que ouvi nas conversas, que saudavelmente ninguém do público se preocupava em que lhe indigitassem quem era o melhor ou o pior. Muito simplesmente, manifestavam as impressões, que iam colhendo enquanto olhavam.

Esta simplicidade de comportamento é uma lição. Não se preocupando com a possível classificação para mais do que, ou para menos do que... aproximavam-se da essência das obras, individualmente, sem preconceitos.

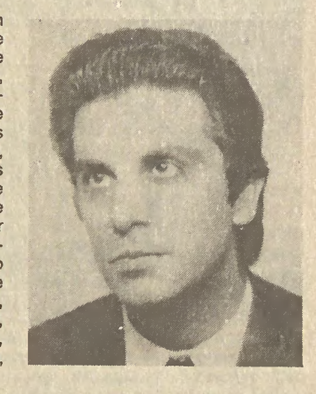
Em suma: adesão de muitos artistas, curiosidade de um público vasto. Isto é: um saldo francamente positivo.

Sendo assim, há que dar um passo em frente. Não deixar que a Bienal seja, para a grande maioria do público, um acontecimento efémero, sem consequências na sua informação e formação estética. É um público que merece muito.

O catálogo pode ser um excelente meio de servir esse público. Proponho que se diminuam os dados biográficos, tão enfadonhos. Mas acrescentem-se informações sobre o que são as tendências artísticas manifestadas na exposição, façam-se boas reproduções das obras expostas, acompanhadas de depoimentos de artistas e de críticos. Que bom seria auxiliar o grande público a recordar visualmente, não só as obras de Vasco da Conceição, mas também as de Alice Jorge, Artur Rosa, Bartolomeu Cid, Carlos Botelho, Natividade, Dourado, Eurico, Gil, Helena Almeida, Henrique Ruivo, Hogan, Jorge Vieira, Pomar, Moniz Pereira, Querubim, Rogério Ribeiro, Sá Nogueira, Virgílio Domingues, etc., etc.

De qualquer modo, é pelo contacto directo que se deve começar. Tudo o que se faça tem que estar relacionado com esse contacto directo, e isso está-se fazendo com sucesso.

Rui Mário Gonçalves



Os ouvidos cheios de liberdade!

U músico norte-americano muito estimado, que por simples e mais do que circunstancial acaso, se encontra presentemente em Portugal, costuma dizer, não tão lapidarmente quanto ele próprio, por certo, gostaria, se «a música uma luta pela liberdade». Pela minha parte, prefiro pensar que a música pode (e deve) ser um meio de luta pela liberdade (e pela libertação) e, sobretudo, a expressão mais espontânea, envolvente e comunicativa, dessa liberdade.

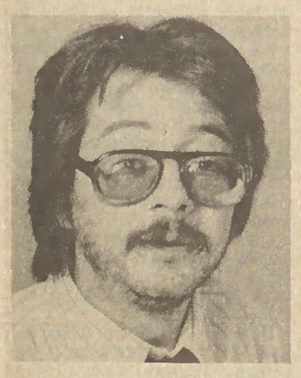
Assim foi em Portugal ao longo de muitos anos. Escusado é chover no molhado, não são poucos (porque são quase todos) os que conhecem a luta pela liberdade de inúmeros músicos e cantores, compositores e poetas, mas convém não esquecer que a música não é tudo, apenas um dos muitos meios que temos ao nosso alcance, especialmente quando, como espectadores, nos propomos participar e nos deixamos voluntariamente envolver. Viu-se na Festa do «Avante!», uma vez mais, aquilo que acontece.

Acontece música de enorme qualidade, mas acontece também o toque a rebate, o sinal de alerta, a ordem a (re)unir. A música como processo de luta pela libertação no canto vigoroso de Mercedes Soza e de Richie Havens, na espontaneidade criativa de Mike Glick e de Tomasz Stanko, no «imediatismo» político de Sergio Ortega e do «seu» Taller Recabarren, mesmo no primarismo pouco aliciante de sul-africanos talvez demasiadamente afastados de uma realidade que tentam, louvavelmente, denunciar.

E nunca deixa de acontecer o canto português, o grito português, não com o pensamento, as harmonias e harmonizações, o verbo e as gargantas, olhando o triste passado, mas trilhando sempre os caminhos do futuro, da dignidade e da dignificação, no recurso popular à simplicidade (com a Brigada Vitor Jara) ou na elevada integridade de muito (e por vezes mal tratado e mal baratado) «show» internacional (com Carlos do Carmo).

Sempre acontecerá, por muitos e bons anos, na FIL ou no Jamor, na Ajuda ou em qualquer outro local. Sempre acontecerá isto mesmo, a evidência de 1979, a evidência de 1978 e doutras duas ocasiões: independentemente do «posicionamento» partidário de cada um, a verdade é que ninguém tem capacidade para esconder o significado da Festa (musical) do «Avante!» – jamais a direita poderá cantar a liberdade, não só porque!, mas também pela rima que se impõe – a qualidade encheu os ouvidos de liberdade!

António Macedo



A Festa dos Pioneiros fizeram-na os Pioneiros

Quando planificámos esta página e ficou decidido integrar um depoimento sobre o Desporto, o nome escolhido foi, desde logo, o do jornalista desportivo Carlos Pinhão. Só que, quando contactámos com o Carlos, ele disse-nos:

— Gostava muito, mas passei os três dias da Festa na Cidade dos Pioneiros. Portanto, amigo, de desporto, "nicles"... Só se vocês quisessem que eu escrevesse sobre os miúdos!

Acontece que o Carlos Pinhão, além de prestigiado jornalista desportivo, é também autor de livros para crianças. Foi por isso que, logo, lhe pedimos um depoimento, já não sobre Desporto, mas sobre as actividades para Pioneiros na Festa deste ano. É que estar a falar sobre os espectáculos, o teatro e o cinema, as artes plásticas e a arte popular, a literatura e o desporto, é também estar a falar do futuro que se constrói no passado e no presente. E que futuro mais vivo que aquele que os Pioneiros ergueram no Alto da Ajuda? Por isso, o depoimento do Carlos Pinhão, que se segue:

A Festa dos Pioneiros fizeram-na os pioneiros, porque aquilo não é gente para ficar ali especada, à espera do que há-de vir.

É certo que tudo lhes foi preparado, a Cidade dos Pioneiros estava muito bonita mas, sem aquele rebuliço todo, sem aquela algazarra, sem aquela querida desordem, nada daquilo teria graça. Só me lembro de os ver assim alinhadinhos, direitinhos, o lenço vermelho muito no seu lugar, quando formaram aquela grande roda em torno do mastro maior, enquanto aguardavam a chegada dos Camaradas que vieram inaugurar a Cidade. Cantaram, içaram as bandeiras, entregaram as prendas ao camarada Álvaro e, depois, foi um ver-se-te-avias, sobretudo no Bosque das Surpresas, onde havia para eles todo o tipo de diversões, desde o baloiço às máscaras de tirar e pôr (como, aliás, o "Avante!" já contou e muito bem).

No palco, os artistas em maior número foram os próprios Pioneiros e assim é que está certo, exibindo-se em danças e cantares dos Núcleos de quase todo o País. De resto, até mesmo quando se tratava dos artistas crescidos, a participação das crianças continuava a ser muito grande, principalmente na hora de acompanhar o José Barata Moura. Aí ficávamos até com a ideia que eram mais os pais a cantar do que os filhos.

Aliás, os adultos tinham muito que ver na zona dos Pioneiros: a exposição, os "stands" dos vários núcleos, a biblioteca onde pais e filhos emparceiravam nas leituras. E houve passagem de filmes e "slides". E, na cabina de som, os Pineiros de serviço davam informações sobre as suas leis e as suas actividades e aceitavam inscrições de novos Pioneiros.

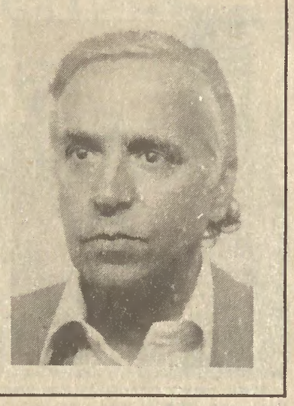
— Não, amigo — explicavam — não é preciso ser comunista, nem filho de comunista.

A "Mesa dos Ofícios" voltou a proporcionar momentos muito giros, como aquela pergunta que uma Pioneira pequerrucha fez a um camarada dentista: "Quando arrancas os dentes à gente também te dói?"...

E ele confessou que lhe doía muito, porque nunca seria preciso arrancar dentes a crianças, se elas fossem tratadas convenientemente desde o berço.

... Ora é isso mesmo que se quer, Amigos! Que todas as crianças tenham o tratamento que lhes é devido, em todos os aspectos da sua formação. É isso mesmo que se quer, com unhas e dentes!

Carlos Pinhão



O Teatro na Ajuda: festa na Festa!

Sempre que o teatro fala dos problemas dos homens e sempre que o faz com o sentido de jogo que há em todos nós – é o teatro uma festa. Mesmo quando nos revolta pela realidade que nos mostra e que urge transformar – é o teatro uma festa.

Ora a nossa Festa, esse maravilhoso espaço e esse maravilhoso tempo da fraternidade, esse encontro do trabalho, da imaginação, da solidariedade dos trabalhadores portugueses, mas também reflexão, acto de conhecimento e de reconhecimento da sociedade em que vivemos, a Festa do «Avante!» é o lugar natural para o teatro.

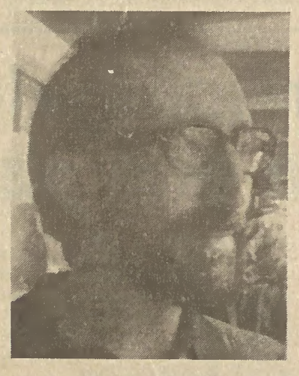
Festa na Festa nessa zona aberta e habitada pelas multidões de comunistas, amigos e até, quem sabe, de alguns inimigos, o teatro, discurso com que os homens aprenderam a confrontar-se há muitos séculos, transforma-se numa forma forte, apertada e amigo de dar as mãos.

Este ano, cinco dos nossos melhores grupos estiveram na Festa com os seus actores, os seus técnicos, as suas personagens, as suas histórias, os seus recados mais ou menos transparentes. Através do riso, do sorriso, da voz poética, do sarcasmo implacável, da análise dialéctica – o teatro foi à Festa dizer aos trabalhadores que está com os trabalhadores porque é dos trabalhadores.

«D. João VI», pela Barraca; «Bão», pela Comuna, cenas de revista pelo Ádóque, «O Chá dos Generais», pelo Grupo 4, «O Pequeno Círculo de Giz», pelo Teatro de Campolide, – outras tantas diferentes maneiras de dizer, com as palavras e os gestos dos homens, coisas parecidas. Que o teatro é também uma forma de combate, que também o teatro – ofício de trabalhadores, com eles feito – está com o 25 de Abril, está com as lutas das classes trabalhadoras, está com a Revolução.

Deste modo, ao aplaudirem estes espectáculos, os milhares de espectadores – protagonistas da Festa – confirmaram essa certeza de que o teatro português e a Festa do «Avante!» são realidades de um país em transformação para o futuro por que lutamos. Este encontro, necessário e útil, entre a Festa e o teatro é, pois, uma forma de enriquecimento mútuo – e, por fim, de enriquecimento de todos os que não se dispensam de acreditar nesse futuro.

Carlos Porto



Um direito do povo na Festa – o Desporto

Não há dúvida que a presença do desporto na Festa do «Avante!» foi um acontecimento. A dimensão que essa presença assumiu revela a importância que o nosso Partido atribui à prática desportiva encarada como fenómeno cultural, e buscando inclusivamente raízes populares na sua divulgação.

A exibição do jogo do pau e o torneio de chinquilho, jogos tradicionais portugueses, com larga participação, são disso prova. O futebol, um desporto tão válido e importante como qualquer outro, desde que devidamente desmistificado, as corridas, a ginástica, tiveram lugar de destaque na «Festa». Aliás, a participação internacional que se verificou na ginástica, e também no halterofilismo e no xadrez mostram como a amizade e a solidariedade de outros povos para connosco não são palavras vãs. E se pensarmos que nesses países o desporto é efectivamente **um direito do povo**, logo, a massificação desportiva é uma realidade, mais significado tem a presença entre nós dos nossos amigos da Bulgária, da RDA, da Hungria, da URSS, que com a sua presença nos estimularam e nos apoiaram.

Além disto gostaria ainda de referir que foi bom ver o interesse de quem seguiu o colóquio sobre desporto, realizado no Auditório 2, significativo da força que o fenómeno desportivo pode atingir numa sociedade construída para todos e não só para alguns. Também a existência, pela primeira vez este ano, do Stand do Desporto foi ponto altamente positivo, pelo interesse demonstrado por quem o visitou e sobretudo pelo convívio que proporcionou entre todos.

Por tudo isto considero ponto alto desta Festa o «Desporto» que aí se viveu. A presença, em todos os pormenores das várias organizações, de amigos e simpatizantes do nosso Partido mostram-nos que seguimos o caminho certo e que só desta forma vamos poder chegar a todo o País: sensibilizando, divulgando, apoiando iniciativas. Na Festa do «Avante!» só não viu quem não quis ver. Os comunistas, os democratas, os homens e mulheres progressistas deste País não param mais. Há-de ser uma realidade o «Desporto – Direito do Povo».

Isabel Rocha

Arte popular – um museu vivo!

Se pensarmos que os museus registam um desolador número de visitantes, alguns encerrados há vários anos e na ausência quase total da investigação e divulgação da verdadeira arte popular, fácil se torna avaliar a importância cultural que teve o contacto de muitas dezenas de milhares de pessoas, vindas de Norte a Sul do País, com alguns exemplos autênticos da criatividade do nosso povo.

Para além da quantidade há que salientar o diálogo intensamente vivo que se travou à volta das peças expostas e o entusiasmo que muitos experimentaram na descoberta de uma riqueza ignorada que todos pressentem sua.

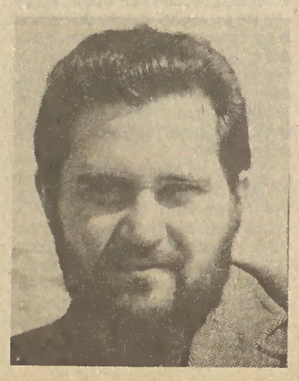
Durante os três dias da Festa uma "chuva" de perguntas, de ofertas de colaboração e de propostas de empréstimo de peças "desabou" sobre os camaradas de serviço ao pavilhão, tornando a sua tarefa muito agradável e rica.

Para mim, trabalhador ligado à conservação e restauro de obras de arte, foi uma grande alegria poder testemunhar um museu vivo, em que não existiu uma muralha entre a obra exposta e o visitante mas sim uma comunicação intensa e um inegável reencontro!

Esta exposição foi, também, uma prova simples mas muito clara da vontade firme dos comunistas em participar na luta pela defesa das manifestações artísticas populares e, consequentemente, na defesa e conservação de todo o património cultural.

Aliás, toda a Festa do "Avante!" era uma gigantesca exposição de arte popular, insofismável prova do poder criador dos trabalhadores portugueses.

José Pessoa



Temas vários

RDA: 30 anos de vida a construir o futuro

A RDA faz trinta anos no próximo dia sete de Outubro. Dia que não só o povo da República Democrática Alemã festeja, mas que é celebrado pelos trabalhadores e pelos movimentos progressistas do mundo inteiro.

Data significativa, se atentarmos, não apenas à radical modificação da sociedade e das suas estruturas, à abolição da exploração do homem pelo homem, como também às conquistas possíveis desde aí, no prosseguimento de uma política de paz e amizade com todos os povos e na garantia de uma ordem democrática e antifascista.

Hoje, com 17 milhões de habitantes para uma superfície de cerca de 108 mil quilómetros quadrados, a RDA figura entre os dez primeiros países industrializados do mundo, com uma agricultura altamente desenvolvida. Em comparação com o ano da fundação da RDA, o rendimento nacional será, em 1980, oito vezes superior. Entre 1970 e 1980 a produção industrial aumentará 184 por cento. Realiza-se um grande programa de construção de habitações. No período de 1971 a 1977 foram construídas ou modernizadas 922 mil casas, beneficiando as condições de habitação de mais de três milhões de pessoas.

Estes êxitos foram alcançados, sublinhe-se, em condições de grandes dificuldades à partida — destruições provocadas pela guerra, falta de matérias-primas, tentativas de sabotagem económica da parte das forças reaccionárias.

Os trabalhadores da RDA conseguiram vencer as graves dificuldades levantadas ao seu trabalho, graças também à ajuda fraternal dos países socialistas e sobretudo à União Soviética.

O ambiente de festa que hoje se vive, nas vésperas da comemoração do trigésimo aniversário da fundação da RDA, está patente nas várias acções que se preparam.

Enquanto os meios de comunicação social divulgam as muitas notícias sobre a emulação socialista que se desenvolve nas colectividades produtivas de todas as empresas industriais, torna-se cada vez mais sólida a cooperação entre os trabalhadores da RDA e dos outros países socialistas. Designadamente da URSS: montadores de ambos os países erguem em conjunto uma empresa de construção habitacional em Dassau e realizam-se preparativos para "fundições de amizade" conjuntas que os metalúrgicos vão efectuar.

Na RDA, 53,5 por cento da população são mulheres, as quais desempenham um papel muito activo na vida política, económica e social. Basta dizer que 86,5 por cento de mulheres em idade activa exercem uma profissão; 168 mulheres e raparigas são deputadas à Câmara do Povo, o que corresponde a 34 por cento dos membros eleitos do órgão de poder supremo; 47,7 por cento dos alunos dos cursos superiores e 69 por cento dos cursos técnicos são do sexo feminino

A Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936

8 de Setembro de 1936: dez anos depois do golpe fascista, dois anos e meio depois da tentativa de greve geral revolucionária de 18 de Janeiro, as forças antifascistas desferiram novo golpe na ditadura. Desta vez os protagonistas eram os marinheiros dos avisos «Afonso de Albuquerque» e «Bartolomeu Dias» e do contratorpedeiro «Dão», unidades da Marinha de Guerra fundeadas no Tejo, frente a Lisboa.

Na organização deste episódio da longa luta da resistência antifascista do povo português estiveram os comunistas, através da ORA (Organização Revolucionária da Armada), organismo que englobava os militantes comunistas da Marinha de Guerra.

Ao alvorecer do dia 8 de Setembro de 1936, as guarnições destes três navios sublevaram-se. Como causa próxima, a luta contra a onda repressiva que se vinha abatendo contra os marinheiros patriotas e democratas; como pano de fundo, a luta do povo português contra o fascismo.

Em Setembro de 1974, 38 anos depois da jornada de luta dos marinheiros portugueses, três dos seus protagonistas contavam para o «Avante!» a história desses dias. O camarada Joaquim Gomes Casquinha narrara então: **Pode dizer-se que a coisa começa toda com a ida a Espanha. Saímos daqui de Lisboa e fomos a Málaga, Alicante e mais uns portos buscar emigrantes portugueses que fugiam da guerra. Mas entretanto já tinha havido problemas a bordo porque havia ordens para não desembarcamos quando atracávamos em portos republicanos, ao passo que podíamos desembarcar nos portos fascistas. Aí, a malta decidiu que não se descia em porto nenhum, o que deu burburinho. Quando chegámos a Lisboa, aí no fim de Agosto, licenciaram uma série de marinheiros do «Afonso de Albuquerque», o que desencadeou o problema.**

Porém, a resistência dos marinheiros à ditadura já era antiga. A ORA tinha sido fundada em 1932 e, desde então, editava um órgão de grande penetração entre os marinheiros, «O Marinheiro Vermelho». Apesar da repressão que desde logo contra eles se abateu, os marinheiros comunistas continuaram a organizar-se e, mesmo na prisão – conforme revelou o camarada Manuel Guedes, na citada entrevista ao «Avante!» – era editado um pequeno jornal que tinha por título o nome do couraçado no qual, em Junho de 1905, marinheiros russos se tinham revoltado contra a tirania czarista: «Potemkine».

A revolta dos marinheiros de 1936, tal como a revolta dos marinheiros do Couraçado «Pontemkine» foi esmagada. Os três navios sublevados foram bombardeados pelas forças fiéis ao regime fascista e, logo de seguida, 34 marinheiros foram deportados para o Tarrafal, onde 5 deles viriam a morrer.

Porém, tal como nas anteriores e posteriores acções contra o fascismo, o exemplo de patriotismo dos marinheiros em 1936 se sublevaram frutificou e ainda hoje, passados que são 43 anos, a memória democrática lhes reserva um lugar de destaque na nossa História contemporânea.

O SECULO

Ao alvorecer de ontem, sublevaram-se simultaneamente a bordo do "Afonso de Albuquerque" e do "Dão"

Algumas praças da Armada, conjuntamente outros elementos suspeitos, a fim de se juntarem aos marxistas espanhois

O Governo, que conhecia tais intuitos, deu energicas ordens à Força Armada, e os fortes de Almada e do Alto do Duque, fieis defensores da ordem e da prosperidade nacional, obrigaram-nos, com certeiros tiros, a render-se

O País inteiro engrossa para reprovar a miseravel aventura

...da vez mais critica a situação de San Sebastian, onde tem havido tiroteios

A repressão à Revolta dos Marinheiros assumiu aspectos diversos: enquanto os seus protagonistas eram enviados para o Tarrafal, o povo português era impedido de conhecer a verdade dos acontecimentos

20 milhões de pessoas estudam a língua russa em 91 países

O interesse pelo estudo da língua russa aumenta de ano para ano em todo o Mundo. As grandes realizações da União Soviética no plano político, social e económico, o interesse pela experiência soviética no domínio da ciência e da técnica, o desejo de entendimento directo com um povo que marcha na vanguarda das grandes transformações históricas da nossa época, a atracção da cultura russa e soviética para milhões de pessoas no nosso planeta tornam o conhecimento do russo não só uma necessidade cada vez maior como um meio poderoso de conhecimento e compreensão mútua entre os diferentes povos do mundo e o povo soviético.

Para se poder fazer uma ideia do interesse pelo estudo da língua russa, basta recordar que fora do território da União Soviética ela é estudada e utilizada por mais de 20 milhões de pessoas em 91 países.

No decorrer do mês de Agosto realizou-se em Berlim, capital da República Democrática Alemã, o IV Congresso da Associação Internacional dos Professores de Língua Russa e Literatura, organização fundada em 1967 e que é reconhecida pela UNESCO. Neste Congresso, em que participaram professores de 56 países e onde se realizou uma profunda troca de experiências sobre o ensino da língua russa a estrangeiros, participou pela primeira vez uma representante portuguesa, a Drª Tereza Alpiarça, professora de russo na Faculdade de Letras de Lisboa e na Associação Portugal-URSS, cujo Departamento de Língua Russa é membro daquela Associação internacional.

Na difusão do estudo da língua russa no mundo desempenham um grande papel as Associações de Amizade com a União Soviética. Somente em cursos e círculos de estudo da língua russa organizados pelas associações de amizade em 74 países do mundo estudam mais de 600 mil alunos.

O ensino do russo em Portugal

Em Portugal, na continuidade de algumas iniciativas muito meritórias de difusão da língua russa feitas com muitas dificuldades ainda nos tempos do fascismo, só depois do 25 de Abril foi possível iniciar os estudos da língua russa numa base verdadeiramente científica. Assim, a par de cursos de russo que começaram a funcionar nas Faculdades de Letras de Lisboa e do Porto logo depois do 25 de Abril, a Associação Portugal-URSS tem vindo a desenvolver um persistente trabalho de difusão da língua russa em Portugal, no que tem tido um apoio pedagógico inestimável da parte da sua congénere soviética, a Associação URSS-Portugal. Hoje encontram-se a leccionar em Portugal três professores de língua russa enviados pela Associação URSS-Portugal, que sob a direcção pedagógica do Instituto Pushkin, de Moscovo, ensinam russo ajudados por vários professores soviéticos e portugueses, em diversos locais do país, apesar das enormes dificuldades de toda a ordem, nomeadamente pela falta total de apoio oficial a este trabalho e a enorme falta de material didáctico adequado. Basta dizer, por exemplo, que os livros de estudo têm que ser ainda hoje, no início do sexto ano lectivo de ensino da língua russa, reproduzidos em folhas copiografadas...

Mas apesar de todas estas dificuldades, o ensino do russo é hoje uma bela realidade em Lisboa, Porto, Coimbra, Viana do Castelo, Faro e vários outros pontos do país.

O ensino do russo vai sofrer um grande e novo impulso neste novo ano lectivo de 1979/80.

Em Lisboa, além do início de aulas de russo nas instalações da «Voz do Operário», vai ter realidade uma velha aspiração – o começo do funcionamento de um laboratório de língua russa devidamente apetrechado com a mais moderna técnica de ensino audio-visual, em que os alunos poderão ouvir lições gravadas em russo, aperfeiçoar a sua pronúncia e desenvolver a capacidade de falar em russo.

Em Coimbra, além das aulas na Associação será criada uma cadeira de russo, de opção, na Faculdade de Letras, sob a direcção do professor de russo da Associação. Espera-se ainda começar aulas de russo em Almada e em Évora e manter e consolidar os círculos de estudo da língua existentes em Viana do Castelo, Caldas da Rainha e Faro.

Além da actividade de ensino, o Departamento de Língua Russa da Associação Portugal-URSS tem promovido o envio de alunos de russo para estagiar no Verão, em Moscovo, a participação de jovens portugueses nas Olimpíadas de Língua Russa (em que jovens portugueses ganharam prémios em 1975 e 1978), a formação de professores portugueses de língua russa, a criação de grupos de teatro e de canto coral, entre os alunos, a difusão do filme didáctico, etc.

Espera-se que em todas as secções do Departamento de Língua Russa se venham a inscrever este ano para cima de cinco centenas de alunos.

A festa de encerramento dos cursos de língua russa na Associação Portugal-URSS

Festa de «l'Unità» – uma grandiosa festa popular

Após seis anos, a Festa de «l'Unitá» – órgão central do Partido Comunista Italiano – regressou à cidade de Milão, onde durante dez dias, de 6 a 16 de Setembro, reuniu milhares e milhares de pessoas. E diziamos que regressou a Milão porque na Itália, a Festa de «l'Unitá» realiza-se todos os anos numa cidade diferente.

Tradição com mais de 30 anos, a Festa este ano repetiu, melhor dizendo, aumentou o êxito que a vem caracterizando. No grande Parque Sempione, na parte antiga da cidade, ergueram-se os «stands», os restaurantes, os diferentes palcos. Também o estádio e o antigo castelo ali existentes foram aproveitados respectivamente para as realizações desportivas e culturais.

A exemplo do que vem sucedendo há muitos anos, o nosso jornal esteve ali representado juntamente com as dezenas de delegados de órgãos de partidos irmãos e da imprensa operária e progressista de todo o mundo.

O pavilhão do «Avante!» – que foi bastante procurado por todos os que visitaram a Festa, esgotando praticamente todos os artigos que tinha para vender (artesanato, vinho do Porto, discos, livros e cartazes) – incluía uma exposição política abarcando os momentos mais importantes desde o 25 de Abril até hoje e a actividade do PCP na luta pela democracia e pela liberdade.

A delegação do nosso Partido era composta pelos camaradas António Abreu, membro do Comité Central e João Rodrigues.

Este ano, a Festa de «l'Unitá» caracterizou-se por uma ampla campanha de solidariedade para com os povos oprimidos da América Latina, nomeadamente do Chile, povo mártir cujo destino todos os comunistas e restantes democratas sabem não poder esquecer nem abandonar à sua sorte.

Se durante os primeiros dias da Festa esta é destinada quase exclusivamente aos habitantes da cidade onde se realiza, já o mesmo não sucede nos dois últimos dias, que invariavelmente coincidem com o fim-de-semana. De toda a Itália chegam as excursões, a exemplo do que sucede, cá, com a Festa do «Avante!», e a iniciativa ganha carácter nacional.

A Festa encerrou com grande comício, como habitualmente, no qual falou o camarada Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano perante uma imensa multidão. Centenas de milhares de pessoas participaram nesta última jornada da Festa de «l'Unitá».

Aspecto do comício da Festa do "L'Unitá", durante o qual usou da palavra o camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI

A «Revista Internacional»

Tribuna colectiva dos partidos comunistas e operários

Konstantin Zaródov, director da «Revista Internacional», respondeu recentemente a questões que lhe foram postas por um grupo de jornalistas sobre o carácter e o papel da revista no esforço por uma informação objectiva e verdadeira da imprensa operária e comunista internacional. O «AVANTE!», dado o interesse do depoimento de K. Zaródov, transcreve a seguir a entrevista por ele concedida.

P. — Surge actualmente em todo o mundo uma infinidade de publicações que abordam problemas económicos, políticos e ideológicos. A humanidade assiste a uma verdadeira explosão informativa. Que lugar ocupa a Revista Internacional nesta diversidade de informação e quais são os traços principais que a distinguem?

R. — Em primeiro lugar, a revista é editada por comunistas e o movimento comunista desempenha um papel muito particular na vida social do nosso planeta.

Há, evidentemente, numerosas publicações nacionais dos partidos comunistas e operários que tratam da mesma problemática que nós tratamos. O que distingue a nossa revista é que ela é elaborada graças aos esforços internacionais de comunistas de diferentes países e que todas as questões são abordadas de maneira colectiva.

Por outro lado, a revista existe para que os seus colaboradores proporcionem a um vasto círculo de leitores, de várias línguas, a possibilidade de compreender o pulso da vida social e política contemporânea, conhecer a experiência da luta da classe operária internacional e da sua vanguarda comunista e obter respostas para os novos e complexos problemas com que deparam as forças revolucionárias. A internacionalização da vida social e política contribui para aumentar o interesse por acontecimentos e processos que ocorrem a milhares de quilómetros de distância e que só podem ser compreendidos correctamente à luz do pensamento criador e colectivo marxista-leninista.

Finalmente, outra particularidade da revista é o lugar que ocupa no movimento comunista internacional.

Como é sabido, não existe no nosso movimento um centro dirigente. Assim, a revista não é um órgão que publique directrizes com carácter vinculativo de uma organização comunista internacional. É uma tribuna colectiva criada voluntariamente por partidos comunistas e operários para proceder a um intercâmbio de opiniões e de informações sobre questões relacionadas com a teoria e a prática revolucionárias.

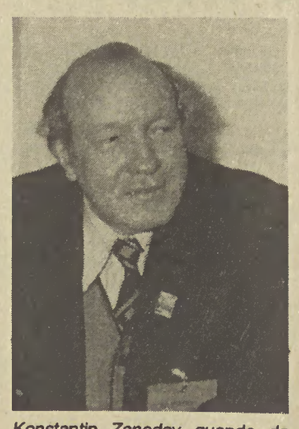
Tais são, em meu entender, as particularidades que fazem da nossa revista uma publicação única no seu género. Por isso se diz, com razão, que a **Revista Internacional** é a voz dos comunistas de todo o mundo, dos dirigentes de quase 90 partidos irmãos.

Trabalho colectivo

P. — Naturalmente, a redacção tem de contemplar um leque muito amplo de temas e os diferentes pontos de vista dos autores dos artigos publicados. Em tais condições, como se organiza o trabalho de modo a que possa manter-se uma estrutura definida e uma linha geral?

R. — Com efeito, tanto entre os participantes na luta revolucionária como no seio do movimento comunista, há diversos pontos de vista sobre diferentes questões. Isso é natural. O processo revolucionário internacional é multifacetado e muito complexo. Ao reflectir a experiência dos diferentes partidos, a revista tem necessariamente de reflectir pontos de vista distintos e diferentes opiniões. Mas há que dizer que se no decurso do nosso trabalho surgem dificuldades inevitáveis, como é natural, em qualquer órgão internacional —, elas são sempre superadas por via democrática, na base de uma discussão de camaradas.

Na redacção, o respeito pela opinião de cada partido é lei. Todo o trabalho dos seus organismos colectivos — o Conselho de Redacção, integrado pelos representantes de todos os partidos na revista, o corpo redactorial e as comissões para os problemas gerais, regionais e teóricos — assenta em um rigoroso cumprimento das normas de trabalho aprovadas. O estilo colegial da direcção da revista é, justamente, o que permite um entendimento recíproco e ajuda a encontrar soluções mutuamente aceitáveis quando os pontos de vista não são coincidentes.



Konstantin Zanodov quando da sua estada em Portugal, em Novembro de 1976, para assistir ao VIII Congresso do PCP

Os planos de trabalho anuais e correntes da redacção são também elaborados e aprovados de forma colegial. A linha geral é determinada e concretizada pelas conferências internacionais dos partidos comunistas e operários para examinar o trabalho da revista, que se realizam, regra geral, de três em três anos. A última, em que participaram representantes de 75 partidos irmãos, realizou-se em Praga, em Abril de 1977.

É assim que funciona a redacção. O confronto entre os diferentes pontos de vista é facilmente visível nos materiais de cada número. Tal como ficou convencionado entre todos os partidos que editam conjuntamente a **Revista Internacional**, todo e qualquer artigo é aprovado considerando, no máximo grau, as opiniões de todos os representantes que, com toda a franqueza, expõem e defendem a sua posição nas reuniões do Conselho de Redacção.

Intenso debate

P. — Quererá isso dizer que há aspectos da actividade da revista — os debates, as discussões — que não se reflectem nas suas páginas?

R. — De modo algum. Na revista, não há nenhuma actividade secreta. No que se refere às discussões de camaradas e aos debates teóricos, dificilmente poderia imaginar-se, sem eles, a nossa redacção. Mais ainda, eu diria que uma das formas mais características do trabalho da revista são as conferências teórico-científicas, os simpósios, os intercâmbios de opiniões, as mesas-redondas e as reuniões dos grupos de trabalho.

Os partidos irmãos atribuem uma grande importância a estas formas colectivas de trabalho. Só nos últimos anos, realizaram-se vários colóquios deste tipo organizados em Praga pela revista ou, conjuntamente, pela revista e pelos Comités Centrais dos respectivos partidos irmãos, na Bulgária, Hungria, Suíça, Índia, RFA, Áustria e outros países.

Esta grande atenção que os partidos irmãos concedem aos debates é um reflexo do espírito criador da doutrina marxista-leninista, da constante ânsia dos comunistas pelo conhecimento da verdade, pela concretização dos postulados da nossa teoria, de acordo com condicionantes sempre em transformação e cada vez mais complexas. No decurso de discussões criadoras, realizadas com espírito de camaradagem, perfila-se um ponto de vista comum perante a solução dos problemas debatidos, os quais, na generalidade, são problemas muito agudos. Poderíamos citar, a título de exemplo, os debates «A construção do socialismo e do comunismo e o desenvolvimento mundial», «Dialéctica da economia e da política no período de transformação revolucionária da sociedade», «Revolução e democracia», «Valor da actualidade do internacionalismo proletário», etc. Estes e outros debates, em que com frequência participam não apenas comunistas mas também sociais-democratas, democratas-cristãos, cientistas e personalidades sociais de diversas convicções, mostram a possibilidade de desenvolver nas páginas da revista um debate amistoso e de chegar a um entendimento mesmo quando os participantes no diálogo tenham pontos de vista diferentes e inclusivamente opostos. Estes debates têm um amplo reflexo na revista, de forma a que os nossos leitores possam formar uma opinião sobre os critérios expostos.

Creio não errar se disser que a palpitante actualidade dos artigos publicados e o constante esforço da redacção em defender os interesses e os objectivos comuns do movimento comunista mundial e em adiantarmo-nos aos nossos adversários ideológicos na abordagem dos novos problemas colocados pelo desenvolvimento social, é justamente o factor que desperta o crescente interesse dos leitores pela revista e amplia o número de partidos comunistas e operários nela representados. Eis alguns dados: em 1958, ao ser fundada a revista, participavam nos seus trabalhos 18 partidos; actualmente, o número de partidos representados eleva-se a 58. Além disso, são mantidas formas diversas de relações sólidas com outros 20 partidos comunistas e operários, assim como com movimentos e organizações democráticas e revolucionárias e de libertação nacional. A revista, que começou por publicar-se em 19 idiomas, surge agora em 36. Nos primeiros anos era difundida em 80 países; hoje, em 145.

P. — Muitos leitores quererão saber onde podem assinar a Revista Internacional.

R. — Para a edição em língua portuguesa podem fazê-lo através da CDL-Departamento de Assinaturas, Av. Santos Dumont, 57-2.º, 1000 Lisboa. Se lhes interessam as edições em outras línguas, podem fazer a sua assinatura dirigindo-se à Editora Internacional **Paz e Socialismo**, Thákurova 3, Praga 6, Checoslováquia.

Semana

19
Quarta-feira

1931 – Os japoneses ocupam a Manchúria.

É divulgado em Luanda um comunicado do ministro da Defesa angolano, Iko Carreira, onde se informa que as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) concluiram no passado domingo uma operação ofensiva de restabelecimento do controlo e segurança da fronteira sul na província de Kuando-Kubango. ■ A polícia turca informa, em Ankara, que foram assassinados seis professores de uma escola técnica, por dois mascarados, na cidade de Adana, no sul da Turquia. ■ A Casa Branca anuncia que o presidente Carter vai candidatar-se a um segundo mandato. ■ Seguindo na esteira de altos chefes militares norte-americanos, o secretário da Defesa dos EUA, Harold Brown, defende a constituição de uma «força de rápida colocação» de 100 000 soldados que possa ser enviada desde as Caraíbas até ao Golfo Pérsico «em caso de emergência». ■ São assassinados em Bilbau (País Basco) o coronel Aurélio Perez Zamora e o major Julian Esquerro, o que provoca a difusão de um comunicado do chefe do Estado-Maior do Exército Espanhol, general José Gabeiras Montero, exprimindo «a sua mais viva repulsa pelo vil assassinato de membros do Exército». ■ Alastram os motins de estudantes que começaram na segunda-feira na cidade de São Ruiz, no nordeste do Brasil, ficando feridas cerca de 200 pessoas e tendo a polícia feito centenas de prisões ■ A Comissão de Credenciais da Assembleia Geral da ONU recomenda, por seis votos contra três, que seja aceite o governo derrubado de Pol Pot como representante do Kampuchea nas Nações Unidas. ■ Após dois dias de negociações entre os EUA, Israel e Egipto, é acordada, em Washington, a criação de uma «força combinada provisória» para supervisionar a retirada israelita no Sinai, tendo o Egipto e Israel que concordar ainda formalmente com este plano. ■ Um sismo sacode a Itália Central, desde o Adriático ao Mediterrâneo, vitimando pelo menos cinco pessoas e deixando um milhar sem abrigo.

20
Quinta-feira

1957 – Morre em Helsínquia, com 91 anos, o compositor finlandês Sibelius.

Palhaço até na queda

O novo presidente do Afeganistão, Haffizullah Amin, anuncia uma amnistia geral para todos os que deixaram o país após a revolução de Abril de 1978. ■ Os guerrilheiros da Frente Polisário afirmam, através da sua Rádio, que mataram mais de 650 soldados marroquinos no domingo passado, no Sul de Marrocos. ■ Morre, com a idade de 83 anos, o antigo presidente da Checoslováquia, Ludvik Svoboda. ■ Em golpe combinado em França e com o assentimento do próprio, é «derrubado» o ditador do Império Centro-Africano, Bokassa, que é substituído pelo antigo presidente centro-africano David Dacko. ■ A Câmara dos Representantes rejeita inesperadamente o texto da lei sobre o tratado da transferência do canal do Panamá. ■ Os 32 sindicatos do Estado de S. Paulo, Brasil, que iniciaram há um mês uma campanha unificada de reivindicações salariais, decidem formar um comando de coordenação intersindical.

21
Sexta-feira

1933 – Começa «o processo de Leipzig» contra o dirigente comunista búlgaro George Dimitrov.

José Eduardo dos Santos

O Ministério francês da Cooperação anuncia que a França decidiu enviar, na sequência da «queda» do ditador Bokassa, um destacamento militar para Bangui, capital da República Centro-Africana. ■ O governo do Iraque rejeita uma proposta de Oman para protecção do Golfo Pérsico com o «apoio» dos EUA, Grã-Bretanha e RFA. ■ José Eduardo dos Santos, membro do Bureau Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, é investido no cargo de presidente da República Popular de Angola. ■ Carlo Ghiglieno, um dos principais administradores da «Fiat», é assassinado por um grupo de terroristas. ■ A República Popular Democrática da Coreia (Norte) acusa os EUA de enviarem aviões sobrevoar o seu território em missões de espionagem. ■ Abel Muzorewa, o chefe fantoche do governo racista da Rodésia, anuncia que está disposto a aceitar a nova «Constituição» proposta pelo governo conservador britânico a troco do levantamento das sanções económicas contra o seu regime. ■ Dois oficiais superiores do Exército paquistanês anunciam a sua demissão dos respectivos cargos em protesto contra a imposição da lei marcial no país pelo ditador-presidente, o general Zia Ul-Haq. ■ Chega ao Rio de Janeiro José Sales, membro do CC do Partido Comunista Brasileiro e o primeiro comunista a regressar do exílio na sequência da amnistia parcial promulgada pelo ditador Figueiredo. ■ O «ayatollah» Ali Montazeri, um dos mais importantes clérigos do Irão, afirma que as oposições às decisões do governo num Irão teocrático serão consideradas pecado.

22
Sábado

1860 – Morre o filósofo alemão Artur Schopenhauer.

É anunciado na imprensa que a Assembleia Geral da ONU decidiu ontem à noite por 71 votos contra 35 e 34 abstenções, manter o estatuto da delegação fantoche khmer vermelha, chefiado por Ieng Sary, como representante do Cambodja na ONU. ■ O presidente do Panamá Aristides Royo anuncia que o povo do Panamá entrará na Zona do Canal em 1 de Outubro, com ou sem legislação que ponha em vigor os tratados.

23
Domingo

1973 – Morre o poeta Pablo Neruda em Santiago do Chile.

Batalha aérea entre Israel e Síria

A Rádio Beirute anuncia que vários veículos blindados de Israel cruzaram a fronteira, dirigindo-se para o Sul do Líbano. ■ Terroristas bascos assassinam a tiro o governador militar da província de Guipuzcoa, no que as autoridades espanholas consideram ser uma nova tentativa para destruir os planos de conceder aos bascos um grau de autonomia. ■ O Partido Comunista Italiano e o Partido Socialista Italiano divulgam um comunicado conjunto onde se afirmam de acordo em melhorar as relações entre os dois partidos de modo a combater as pretensões hegemónicas da Democracia Cristã. ■ O ex-ditador Bokassa do ex-«Império Centro-Africano» chega à Costa do Marfim, onde o governo francês lhe arranjou asilo. ■ A Síria anuncia ter perdido quatro aviões de combate e abatido dois caças de Israel num combate aéreo sobre o Líbano. ■ Realiza-se em Nova Iorque, com a participação de mais de 200 000 pessoas, a maior manifestação antinuclear de sempre nos EUA e contra o programa energético da administração Carter.

24
Segunda-feira

1950 – Realiza-se o 1.º Congresso Mundial dos Partidários da Paz.

O novo presidente da restaurada República Centro-Africana, David Dacko, declara que está disposto a estabelecer relações diplomáticas com o regime racista da África do Sul, independentemente do que os outros países africanos possam dizer. ■ Três milhões e 200 mil funcionários italianos observam quatro horas de greve, para protestarem contra as condições materiais em que exercem as suas funções. ■ A Frente Patriótica aceita a proposta britânica no sentido de a minoria branca de 230 000 brancos rodesianos dispor de 20% dos lugares no Parlamento, durante uma transição para a independência.

25
Terça-feira

1949 – A agência TASS anuncia os ensaios da bomba atómica na URSS.

Começam em Moscovo as conversações sino-soviéticas tendentes à normalização das relações entre a URSS e a China. ■ O governo ditatorial da Indonésia liberta 2000 presos políticos, retidos há 12 anos, sem julgamento, numa prisão remota. ■ Os paquistaneses votam em «eleições» para as autarquias locais em três das quatro províncias do país, pela primeira vez desde que os militares assumiram o poder num golpe dirigido contra Ali Bhutto; os partidos foram proibidos de participar.

Angola: novo presidente, as mesmas perspectivas

José Eduardo dos Santos é o novo presidente da República Popular de angola. Eleito por unanimidade e aclamação, numa sessão especial do CC do MPLA-PT, presidente do Partido, José Eduardo dos Santos foi assim nomeado – de acordo com os preceitos constitucionais – Presidente da República e comandante-em-chefe das Forças Armadas Populares de Libertação. Esta decisão do CC do MPLA-Partido do Trabalho, manter-se-á até à realização do próximo Congresso do Partido.

O novo presidente assume as responsabilidades inerentes ao seu cargo num momento complexo para o povo angolano, que acaba de perder um dirigente ímpar, que lançou os alicerces do movimento de libertação e a base da independência, mantendo em circunstâncias particularmente difíceis a unidade do partido e do povo, uma sólida e coerente linha de orientação político-ideológica.

Momento complexo porque a reacção interna e externa não deixará de aproveitar uma altura que pensa propícia para reactivar a acção provocatória. Desde já são claras as movimentações dos grupos clássicos de provocação em Portugal, com passagem – de treino – na África do Sul.

Temperado em duas guerras e nas imensas dificuldades de superação do atraso imposto pela dominação colonial, a que se somaram as derivadas do fomento do divisionismo num país que se pode considerar como a maior perca do imperialismo em África, o povo angolano manifesta claramente estar à altura das circunstâncias. O luto sentido pela perca do camarada Agostinho Neto, não se exteriorizou só nas profundas manifestações de pesar, como impressionante expressão de massas. Porque aquele que se perdeu continua vivo numa obra imortal, a dor não é estéril. Aponta de imediato para o futuro. Quer no domínio necessário da defesa, também pelas armas, da revolução, quer no plano do urgente desenvolvimento económico. Como informa um comunicado do ministro da Defesa, Iko Carreira, as Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA), concluiram uma operação ofensiva de controlo da fronteira sul. Simultaneamente, reforçam-se as bases do desenvolvimento económico. Aumento da produção – em sectores tão sensíveis como a agricultura – é a palavra de ordem actual. As directrizes para as zonas rurais – aumento da produção e da produtividade, agrupamento dos camponeses nas cooperativas agro-pecuárias – mantêm-se vivas no momento presente.

No juramento que o camarada Manuel Pacavira, membro do Bureau Político do CC do MPLA, leu frente à uma de Agostinho Neto, reafirma-se solenemente a continuidade da mesma orientação, de acordo com os interesses e a vontade do povo angolano.

"(...) Juramos-te, Camarada Presidente, que faremos do MPLA-Partido do Trabalho, um partido marxista-leninista sólido no qual preservaremos a unidade ideológica e de acção como a nossa própria vida. Dizemos-te, Camarada Presidente, que o nosso Partido demonstrará sempre que os teus ensinamentos frutificarão na Pátria que ajudaste a libertar e à qual ficarás eternamente ligado."

Um juramento que teve também a sua expressão de massas na clara adesão do povo angolano – uma vez mais agora – ao projecto de socialismo científico defendido pelos militantes do MPLA que o tomam, com uma nova responsabilidade, entre as suas mãos.

Unido em torno do MPLA-PT e herdando o exemplo de Agostinho Neto, o povo da República Popular de Angola prosseguirá a construção do futuro

Quem é José Eduardo dos Santos?

O novo presidente angolano, o camarada José Eduardo dos Santos, de 37 anos de idade, é um velho militante do MPLA, ontem, na luta clandestina, depois na libertação do país. Militante do MPLA desde 1961, trabalhou clandestinamente em Luanda, junto dos jovens estudantes. Em 1961/62 foi vice-presidente da Juventude do MPLA em Leopoldville, tendo desempenhado as funções de primeiro representante do MPLA em Brazzaville. Em Novembro de 1963 partiu para a URSS, integrado num grupo de estudantes do MPLA. Em Junho de 1969 licenciou-se em engenharia de petróleos e posteriormente tirou um curso militar de telecomunicações. De 1970 a 1973 foi responsável adjunto dos serviços de telecomunicações da Segunda Região Político-Militar. Em 1974 tornou-se membro da comissão provisória do reajustamento da Frente Norte. No mesmo ano foi eleito membro do Comité Central do Bureau Político.

Após a proclamação da independência, José Eduardo dos Santos foi sucessivamente coordenador do Departamento de Relações Exteriores do MPLA, ministro das Relações Exteriores, primeiro-vice-primeiro-ministro, secretário do Comité Central para o desenvolvimento económico e planificação e ministro do Plano.

25 de Setembro em Moçambique, uma data histórica bem actual

O 25 de Setembro – data em que se comemora o décimo quinto aniversário da insurreição armada em Moçambique – foi amplamente assinalado em todo o país pelas forças militares e pelas organizações de massas.

O 25 de Setembro é ainda neste momento mais do que uma data histórica, a relembrar o início de um processo que haveria de conduzir à total libertação do país. É também – e numa situação em que são quotidianos os ataques provenientes da Rodésia de Smith-Muzorewa, a provocação interna criteriosamente organizada, fomentada, coordenada, por esse mesmo inimigo, e como dia dedicado às Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) – um momento de alerta para a necessidade de defesa das conquistas revolucionárias, da liberdade e da independência, do direito do povo moçambicano de seguir o seu caminho sem ingerências externas.

Na véspera das comemorações do 25 de Setembro, o vice-ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior General das FPLM reafirmou a capacidade das Forças Armadas moçambicanas para fazerem frente a todas as agressões provenientes de Salisbúria, apesar do superior pontencial militar da Rodésia, regularmente alimentado pelas grandes potências capitalistas.

Denunciando o porquê dos ataques e as suas origens, o chefe do Estado-Maior das FPLM reafirmou a capacidade das Forças Armadas moçambicanas para fazerem frente a todas as agressões provenientes de Salisbúria, apesar do superior potencial militar da Rodésia, regularmente alimentado pelas grandes potências capitalistas.

Denunciando o porquê dos ataques e as suas origens, o chefe do Estado-Maior General das FPLM, afirmou recentemente num comício na localidade de Nhamatanda, a 100 km da Beira: «A República Popular de Moçambique é agredida por grupelhos de reaccionários, fantoches e traidores do povo, treinados e pagos pelos racistas rodesianos, que lançam ataques a partir da colónia britânica da Rodésia do Sul contra o nosso povo e o nosso país. Estes bandos de criminosos são apoiados por mercenários de várias nacionalidades e a sua acção enquadra-se na **estratégia geral do imperialismo, que visa criar fundamentalmente a desestabilização nesta zona do continente africano e o derrube dos regimes democráticos e populares que apoiam a luta desenvolvida pelos movimentos de libertação da África Austral».**

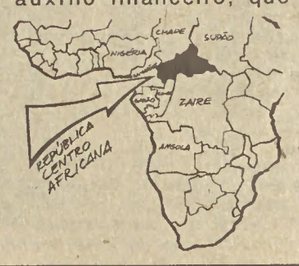
Em Moçambique como em Angola, a defesa face ao ataque sistemático de que são vítimas ambos os povos, é também a defesa da liberdade e de um futuro sem exploração do homem pelo homem, não só para os seus próprios povos, mas para toda a África Austral. Uma grande e importante tarefa que no 25 de Setembro o povo moçambicano se reafirma à altura de cumprir.

O exemplo Bokassa e a política de França em África

Bokassa I caíu. Derrubado antes que fosse demasiado tarde para a sobrevivência dos interesses da França na zona. Antes que a evidente ligação entre o tirano e o governo de Paris incutisse no povo da República Centro Africana a vontade organizada necessária à definitiva contestação de qualquer forma de domínio neocolonial.

Os 13 anos de ditadura de Bokassa, que tomou o poder em 1966 através de um golpe militar, derrubando então o actual presidente David Dacko, caracterizaram-se por uma linha política muito definida – a defesa dos interesses dos monopólios franceses na zona –, e uma base, coerente com essa linha: a repressão. Ainda há pouco, Bokassa era publicamente considerado por Giscard d'Estaing como um «parente». Mas a ditadura de Bokassa assumiu aspectos demasiados escandalosos, que dificilmente se coadunam com a face «democrática» que o capitalismo francês tenta preservar. Ridículos uns, como o da coroação, em Dezembro de 1976, de Bokassa como «imperador». Dramáticos outros, como é o caso do massacre de 150 crianças das escolas que tiveram a audácia de protestar contra a imposição de um fardamento escolar desenhado pelo todo-poderoso «imperador».

O massacre das crianças foi a gota de água que levou ao fim de Bokassa. Não porque monopolistas franceses se tivessem impressionado particularmente com o facto, mas acontece que a denúncia do crime provocou reacções internacionais, nomeadamente em África. E aí ficavam em causa os interesses do Eliseu. Bokassa estava condenado. Paris anunciou o corte do auxílio financeiro, que corresponde a metade do orçamento nacional. Estuda-se activamente uma alternativa, e o antigo embaixador centro-africano na França chegou a anunciar a criação de um governo no exílio e o derrube próximo do imperador. Não foi essa entretanto a solução concretizada. Utilizando o afastamento temporário de Bokassa do país, o seu «conselheiro pessoal», o actual presidente David Dacko, e o seu primeiro-ministro Maidou, assumiram o controlo do poder. Paris apressou-se a mandar um destacamento militar para «responder às ameaças e à segurança das populações» e resolver uma última questão pendente: a colocação do demitido Bokassa que, depois de algumas tentativas infrutíferas, acabou por ficar asilado na Costa do Marfim.



Derrubada uma sangrenta ditadura, o povo da República Centro Africana exprimiu nas ruas a sua profunda alegria. Mas na verdade nada de fundamental mudou. Nem os traços fundamentais do regime, que continua submetido aos interesses políticos e económicos de Paris. Nem as linhas mestras da orientação política, como é confirmado pelo novo presidente, ao anunciar o seu interesse no estabelecimento de relações diplomáticas com a África do Sul.

Dois factos importantes ficam entretanto claros, e interessa salientá-los: a dificuldade de sobrevivência, em África de regimes abertamente repressivos, mesmo quando solidamente apoiados pelas velhas potências coloniais; a total responsabilidade da França nos inúmeros crimes cometidos pelo «imperador» Bokassa. O à-vontade com que hoje o governo francês substituiu um governo por outro, face à pressão do protesto internacional, deixa claro que o poderia igualmente ter feito em qualquer outra altura. Pelo que, objectivamente, o massacre das crianças das escolas, acto repressivo que chamou a atenção internacional para o que se passava em Bangui, nunca teria sido possível sem a conivência de Paris.

24 de Setembro, data histórica para a Guiné-Bissau

Há seis anos, no dia 24 de Setembro, o PAIGC deu um golpe importante no colonialismo português com a proclamação da República nas zonas libertadas, que abarcavam a maioria do território do país. Golpe que representava o prenúncio do fim do domínio colonial na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, o fim do mito cuidadosamente alimentado da eternidade – bem abalada! – das "províncias portuguesas" em África.

A revolução de Abril em Portugal provocou o desmoronar definitivo de todo o aparelho colonial, abrindo caminho também para a total libertação da Guiné-Bissau.

Entretanto o início da nova vida – de independência nacional – foi difícil, continuando a pesar hoje uma herança colonial que está na origem de muitos dos problemas actuais: o défice da balança de pagamentos, a dependência em relação ao auxílio estrangeiro, a escassez de especialistas qualificados, o desemprego, as imensas debilidades no campo da indústria e da agricultura, os problemas no domínio da saúde e da cultura.

A acção do PAIGC para ultrapassar a pesada herança de 500 anos de dominação, iniciou-se com o próprio processo de libertação, intensificando-se, naturalmente de forma decisiva, após a total independência do território nacional. Em 1978 o país contava já com mais de 130 empresas industriais. Foram nacionalizados os bancos e as companhias de seguros e estabelecido o controlo estatal sobre a importação dos artigos de primeira necessidade. São fortes as posições do Estado no comércio interno, funcionando uma desenvolvida rede de lojas populares. Está a ganhar importância a indústria pesqueira. Planeia-se a exploração de minérios: bauxites e fosfatos. Conforme decisão da sessão da Assembleia Nacional Popular de Maio deste ano, o desenvolvimento ulterior da economia será realizado de forma planificada.

Como base determinante da política social e importante factor para a preparação da população para a participação activa nos órgãos de poder local, que gozam de ampla autonomia na solução de problemas locais, esforços activos são orientados para a liquidação e instrução política da população.

Não escamoteando os problemas reais existentes, o balanço de seis anos desde a proclamação da República inclui importantes passos positivos e transformações revolucionárias que abrem amplas perspectivas de futuro ao povo da Guiné-Bissau.

Corrida aos armamentos é meta em Estrasburgo ?

ELEITO em Junho passado em nove países da Comunidade Económica Europeia, o Parlamento Europeu reuniu-se novamente no dia 25 deste mês, em Estrasburgo. A centralização dos vários instrumentos do poder num órgão único para toda a Europa capitalista é um sonho antigo do capital do velho continente. Sonho que entretanto não se concretiza, face às divergências entre os monopólios e governos do mundo ocidental e à resistência do movimento popular, consciente dos perigos que tal centralização acarretaria para os povos da Europa e para a paz.

ASSIM, as reuniões do Parlamento Europeu e, de uma forma geral a sua actividade, não têm real peso político. O Parlamento Europeu não reina, e muito menos governa. Entretanto, as questões que debate, as conclusões que esboça, são indícios certos das preocupações e intenções dos grandes grupos monopolistas europeus. Não se traduzem, por incapacidade, numa acção prática coordenada, mas assinalam intenções que se podem concretizar parcelarmente, e concretizam de facto.

ORA, que problemas estão a ser discutidos em Estrasburgo, que preocupações centrais são levantadas? Uma questão central: a «Defesa da Europa», ou seja, dos países que fazem parte da CEE. Na verdade, o Tratado de Roma, em que se funda a CEE, não concede ao Parlamento Europeu nenhum poder no domínio da defesa. Já noutras alturas fracassaram os planos de criação no nosso continente de um novo bloco militar sob a designação de «Comunidade Defensiva Europeia». Hoje a ideia ressurge, sob capas diferentes, consubstanciando uma tendência que pretende fazer do Parlamento Europeu um novo instrumento de militarização contínua da Europa Ocidental, que dê cobertura política e propagandística à corrida aos armamentos.

OUTROS factos significativos coincidem com os desta tendência. Na conferência sobre «A NATO nos próximos 30 anos», realizada no início de Setembro, em Bruxelas, apontou-se muito claramente para um crescimento contínuo do potencial militar deste bloco e examinaram-se e apoiaram-se ideias como a do alargamento da esfera de acção da NATO para além da Europa, até ao Médio Oriente e à África Austral, ou a da instalação de novos mísseis norte-americanos na Europa. «Necessidade» que o ex-secretário de Estado dos EUA, Kissinger, considerou «urgente».

PARALELAMENTE, surge a ameaçadora criação de brigadas militares destinadas a actuar em qualquer ponto do mundo. Iniciativa que está a ser assumida pela França e pelos Estados Unidos. As «justificações» avançadas não são menos preocupantes que o facto em si. Tentando «explicar» a criação de uma tal brigada, o secretário de Defesa dos EUA, Harold Brown, afirmou: «Os Estados Unidos devem manter a capacidade de enviar forças apropriadas para lugares remotos em apoio de amigos nossos e aliados». Amigos e aliados como Somoza, Mobutu ou o xá do Irão... e que, como a prática tem frequentemente demonstrado, nenhum auxílio de Washington consegue salvar. As brigadas militares não são mezinha contra as revoluções. Mas a sua impotência não deve levar-nos à subestimação dos perigos muito reais que comportam.

O mito da inexistência de problemas na Suécia

Por uma diferença de um deputado os partidos da direita ganharam as eleições legislativas suecas. Entretanto, o Partido Social Democrata continua a ser o mais importante, com 154 deputados e ganhando dois lugares, e o Partido Comunista aumentou igualmente a sua representação parlamentar em três deputados, passando a ficar com 20 assentos no Parlamento.

Face a esta vitória tangencial, a direita enfrenta sérios problemas para formar governo. O primeiro-ministro sueco Olla Ulisten, que se demitiu para facilitar a formação de novo governo, foi convidado pelo presidente do Parlamento a encabeçar um governo de gestão e a encetar consultas com os partidos no sentido da formação de um novo governo com conservadores, centristas e liberais.

Como são possíveis tão claros elementos de instabilidade política num país até há pouco considerado «paraíso» da social-democracia, um «exemplo» de uma «terceira via» de desenvolvimento – «nem capitalista, nem socialista»?

A Suécia beneficiou de um conjunto de circunstâncias históricas que lhe permitiram um bom desenvolvimento da economia nacional e o adiamento de problemas característicos do sistema capitalista.

Nenhuma das guerras mundiais do século XX atingiram este país que participou pela última vez numa guerra no início do século passado.

As suas riquezas naturais – enormes áreas florestais e reservas (aparentemente inesgotáveis) de minério de ferro de elevada qualidade – constituíram uma importante base material quer para o desenvolvimento da indústria mineira e de sectores tão importantes como a produção de aços de elevada qualidade, rolamentos (um terço da produção mundial), máquinas especiais e navios (segundo lugar no mundo capitalista), automóveis e meios de comunicação; quer para a criação de uma indústria florestal produtora de madeira transformada, celulose e papel. A revolução técnico-científica abriu caminho à indústria electrónica.

As depressões económicas e crises de superprodução do pós-guerra que atingiram os países capitalistas, não tocaram a Suécia.

A crise económica de 1974-76 atingiu tardia mas duramente a Suécia. O mito da «terceira-via» sofria assim um rude golpe. Em 1977 verificou-se um decréscimo de 3,6% no PNB , e a queda da produção industrial foi ainda maior: 4,5%. Os investimentos na indústria diminuíram 17 por cento. Apesar da ligeira melhoria da situação económica em 1978, o volume de novos investimentos na indústria diminui novamente de 10 por cento. Ramos chave como a construção naval e a siderurgia estão em depressão. As grandes firmas remetem os seus capitais para o estrangeiro e constroem empresas nas regiões onde a mão-de-obra é barata.

O nível de vida da população, ainda que continue a ser elevado, pelas acumulações feitas na época anterior, tende a deteriorar-se. O ano passado, o aumento inflaccionário dos preços foi de 9,5 por cento. Nos primeiros meses deste ano manteve-se a um nível de 7 a 8 por cento. Dois e meio por cento da população activa encontra-se no desemprego, sendo especialmente grave a situação dos trabalhadores estrangeiros, cujo número ultrapassa os 250 mil. Diminui o nível real das receitas dos trabalhadores, diminuem as despesas com as necessidades sociais, crescem os impostos e o défice do orçamento de Estado.

O «paraíso» da social-democracia encontra-se assim seriamente abalado. A deslocação à direita provocada pelo evidente fracasso da política social-democrata já fez também a sua prova negativa. Daí a instabilidade no voto. A indefinição de uma maioria. Entretanto, os responsáveis da crise – o domínio exercido pelos monopólios, a orientação do Estado determinada pelos interesses do grande capital que se traduz nomeadamente num aumento dos preços dos artigos de consumo enquanto são reduzidos os impostos sobre os lucros dos capitalistas, a concorrência cada vez maior, face à CEE e às multinacionais, com que defronta uma indústria fundamentalmente virada para a exportação – permanecem na sombra.

Mas para quem queira ver, um facto ressalta: seja qual for a forma que assuma, o sistema capitalista não serve os interesses dos trabalhadores. Está inevitavelmente condenado pela lógica inexorável da História.

PCP e MDP coligados na APU nas eleições intercalares

POVO UNIDO

- **Uma solução adequada para facilitar o voto do eleitorado**
- **Importante factor para uma dinâmica unitária que irá congregar largos sectores que lutam consequentemente por uma viragem democrática na política nacional**

A defesa efectiva, o reforço e o prosseguimento das grandes conquistas da Revolução — liberdades e direitos dos cidadãos, nacionalizações, Reforma Agrária, controlo de gestão — vão ter de novo, na Assembleia saída das próximas eleições intercalares marcadas para o dia 2 de Dezembro, os seus deputados.

Os comunistas, que verão aumentado o número dos seus representantes, pelo PCP, e outros democratas, pelo MDP/CDE, vão juntar-se em listas que concorrerão em todos os distritos com a sigla APU.

Não para disfarçarem a sua qualidade de comunistas ou de democratas consequentes. Mas sim para desfazer as naturais confusões que dois actos eleitorais, tão próximos, poderiam provocar no eleitorado que vai ser chamado, em curto espaço, a escolher os seus representantes na Assembleia da República e no poder local.

E também por que, no plano político, a solução encontrada constitui importante factor para uma dinâmica unitária que certamente irá congregar largos sectores que lutam consequentemente por uma viragem democrática na política nacional.

Por iniciativa do PCP, aceite logo após pelo MDP/CDE, a Aliança Povo Unido constituiu-se para as eleições intercalares e representa um contributo importante para, tal como nas eleições anteriores, se infligir uma nova e severa derrota aos partidos reaccionários, para consolidar a maioria democrática na Assembleia da República.

A proposta contida na Resolução do CC aceite pelo Encontro Nacional do MDP/CDE

O exame atento de todas as questões políticas e técnicas relativas à realização das próximas eleições para a Assembleia da República e para as autarquias foi o objectivo da reunião do Comité Central, de 21 de Setembro passado, na qual foi aprovada uma resolução que **concluiu pelas vantagens da apresentação com uma sigla única das candidaturas à Assembleia da República e às autarquias, sem em nada prejudicar a campanha eleitoral autónoma do PCP.**

As razões desta resolução dá-as o documento aprovado na reunião do CC e divulgado na Conferência de Imprensa de sexta-feira passada:

A realização simultânea ou com pequeno intervalo das duas eleições cria evidentes dificuldades em conduzir ao mesmo tempo uma campanha com a sigla PCP para a Assembleia da República e uma campanha com uma sigla APU para as autarquias. Tal situação seria susceptível de criar dúvidas e confusão e de prejudicar as votações.

Como foi confirmado na decisão tomada pelo Governo e divulgada no dia seguinte ambas as eleições vão realizar-se com pequeno intervalo, tendo ficado marcado para o dia 16 de Dezembro o acto eleitoral para as autarquias. O prazo de apresentação das listas de candidaturas para a AR começou, por seu lado, no dia 24.

A conclusão de haver vantagens na apresentação das candidaturas de ambos os actos eleitorais com uma sigla única, ficou a dever-se, ainda à urgência na definição de uma táctica eleitoral.

Uma tal solução, a concretizar-se num quadro unitário – refere o documento aprovado – **simplificará consideravelmente a campanha eleitoral e o voto do eleitorado nas duas eleições.**

O Comité Central resolveu desse modo **propôr ao MDP/CDE a constituição de uma coligação eleitoral para as eleições intercalares, sob a sigla APU, a concorrer em todos os círculos eleitorais,** e, no caso de resposta favorável – que veio a concretizar-se dois dias depois –, a realização com a maior brevidade possível, de um encontro de delegações dos dois partidos, a fim de estudarem todos os problemas referentes à solução proposta.

Desde logo ficaram mandatados a Comissão Política e o Secretariado do Comité Central para tomarem as iniciativas adequadas e realizarem o trabalho executivo necessário às decisões tomadas.

Uma resposta afirmativa

Reunido no domingo passado, o Encontro Nacional do MDP/CDE, deliberou aprovar a proposta apresentada pelo PCP. Cerca de 150 delegados de todos os distritos do continente consideraram que aquela proposta **veio ao encontro dos propósitos unitários que sempre têm orientado a prática política do MDP/CDE, designadamente as diligências efectuadas recentemente no sentido de encontrar as formas mais correctas de intervenção eleitoral.**

Nessa mesma noite, realizou-se uma reunião, na sede do Partido Comunista Português, entre delegações dos dois partidos, no fim da qual um comunicado conjunto veio a ser divulgado (ler nesta página).

Tal como a resolução do CC do PCP, que sublinhava que, **em qualquer caso, os deputados do PCP à Assembleia da República eleitos pela sigla APU da coligação constituirão, de acordo com a lei, o grupo parlamentar do PCP,** também, por seu lado, a declaração do Encontro do MDP/CDE acentua que **esta forma de participação eleitoral possibilita o desenvolvimento de uma campanha eleitoral autónoma e a formação de um grupo parlamentar MDP/CDE que prossiga a defesa dos princípios programáticos do Partido, garantindo a ampliação do campo democrático e o enriquecimento da Assembleia da República.**

Encontrada a forma de participação nas próximas eleições, de que o CC do PCP acentuava a importância na resolução de 21 de Setembro, reafirmando **a sua confiança em que os partidos reaccionários (designadamente o PPD e o CDS) serão derrotados,** está facilitado o voto dos democratas mais consequentes – os que querem a saída da crise, o melhoramento das condições de vida do povo português, a consolidação da democracia e a garantia da independência nacional e da integridade territorial, só possíveis com a defesa efectiva, reforço e prosseguimento das grandes conquistas da revolução.

Na resolução de 21 de Setembro, o CC do PCP expressava ainda **a sua confiança em que os resultados das próximas eleições constituirão um importante passo para assegurar o futuro da democracia portuguesa, rumo ao socialismo.**

Conferência Nacional do Partido

Por decisão do Comité Central tomada na reunião do passado dia 21, foi convocada, para o próximo dia 14 de Outubro, uma Conferência Nacional do PCP, com vista à preparação das eleições.

Durante todo o dia, no Pavilhão Gimnodesportivo da Académica da Amadora, mais de um milhar de delegados vão debruçar-se sobre os dois pontos da Ordem de Trabalhos – eleições intercalares e eleições autárquicas.

Conferência de Imprensa

«A democracia vai sair vitoriosa»

Duas razões poderiam levar a direita a calar o anúncio, feito na passada sexta-feira, pelo secretário-geral do PCP, em nome do Comité Central, de que os comunistas tinham proposto ao MDP/CDE uma frente eleitoral para as eleições intercalares sob a sigla da APU.

Uma dessas razões seria o espanto; a outra o receio.

Com efeito, apesar de a sala do Centro de Trabalho Vitória onde teve lugar a conferência de Imprensa se encontrar cheia de jornalistas, poucos resultados se viram desse trabalho. As notícias e comentários dos vários profissionais presentes teriam voado à saída da conferência? As fotografias teriam falhado? À excepção de alguns poucos jornais democráticos que deram o merecido relevo à notícia, os outros — e não são poucos entre estatizados e ligados aos capitalistas e agrários da CAP e da CIP — preferiram o silêncio, ou o comentário distorcido.

Álvaro Cunhal, que se encontrava ladeado pelos camaradas José Casanova, suplente da Comissão Política do CC e por Aurélio Santos, membro do Comité Central, teria ocasião de esclarecer que "um entendimento ou plataforma com o MDP não significa que deixemos de pensar que é necessário um entendimento entre comunistas e socialistas".

Depois de ler o documento do Comité Central, fez-se um longo silêncio que os jornalistas presentes, alguns deles provavelmente na expectativa de nomes e listas ou de alguma afirmação sensacionalista, levaram tempo a quebrar. E as primeiras perguntas serviriam apenas para reafirmar o que se continha no próprio documento.

Caracterizando a proposta do Partido de concorrer com o MDP, na Aliança Povo Unido, às próximas eleições intercalres, como factor de unidade, Álvaro Cunhal negaria que a APU constituísse uma resposta à chamada "Aliança Democrática": "A 'Aliança Democrática' é a cobertura de uma derrota previsível", afirmou o secretário-geral do PCP.

O dirigente comunista, instado a desvendar as candidaturas dos comunistas, nomeadamente se ele próprio iria ou não candidatar-se à Assembleia da República, sublinhou:

"Apresentando-me ou não, teremos boas listas. E candidatos à altura de desempenharem o seu papel na Assembleia da República".

Mais adiante anunciou que os temas essenciais da campanha que o PCP irá desenvolver sairão da Conferência Nacional que o Partido realiza no próximo dia 14 de Outubro.

Uma outra pergunta incidiu sobre as previsões do PCP: e se se repetirem as mesmas condições a nível de representatividade dos partidos? Álvaro Cunhal responderia que a repetição do mesmo quadro político seria muito mais grave para o PPD e CDS, agora minoritários, se minoritários vieram a continuar, como é de prever, depois da campanha que fizeram de que o povo estava com eles."Todo o plano cai por terra e já não têm razão para basófias", acentuou.

Depois de algumas outras perguntas relativas à campanha e às candidaturas, Álvaro Cunhal fez questão de salientar que no que toca à questão do papel dos órgãos de comunicação social na campanha, nos órgãos estatizados o escândalo continua, mas que os comunistas têm esperança que se tomem medidas para a reposição de legalidade democrática.

Finalmente, o secretário-geral do PCP afirmou que o ambiente que se respira é o de que a direita vai perder e que a democracia vai sair vitoriosa nas eleições.

A animação ganharia, no decorrer da conferência, a maioria dos que nela participaram. Animação e vivacidade que não teve correspondência na maior parte dos artigos vindos a lume. Nas cozinhas bolorentas dos jornais estatizados, os velhos condimentos do anticomunismo levaram a melhor.

Exemplo das receitas requentadas que, eleição após eleição, campanha após campanha, são servidas ao restrito público ledor de disparates, é o discurso do secretário-geral do PS a que o "Diário de Notícias" dá maior relevo que à notícia da aceitação, pelo MDP/CDE, da proposta comunista. Vírgula a vírgula, Mário Soares, repete o que de outras vezes diz. Que o PS não se disfarçaria em coligação ou frentes, que os comunistas têm medo de se apresentar ao eleitorado sob o seu próprio emblema — a foice e o martelo.

Estas palavras, que dia a dia, ano a ano, o dirigente do PS repete, cada dia e cada ano que passam se degradam e menos atingem o eleitorado que quer conquistar, "com o amor aos trabalhadores" que diz ter. São palavras que a prática se encarrega de demonstrar não terem qualquer impacto e não corresponderem à verdade.

Recordemo-nos: ao concorrer com a sua sigla à Assembleia da República, em em Abril de 1976, o PCP viu aumentado o número dos seus deputados que, de trinta na Constituinte, passaram a quarenta. Enquanto o PS perdeu lugares e votos. Ao concorrerem, com outros democratas, sob a sigla da Povo Unido, apesar da gritaria que alguns dirigentes do PS faziam já que o PCP concorria "disfarçado", o povo não os ouviu: aumentou a votação nos comunistas e nos democratas que os acompanharam. E o PS, novamente perdeu votos.

E se os socialistas pensam fazer do ataque cego aos comunistas, a trave mestra da sua campanha, em lugar de facilitar um diálogo que cada vez mais se impõe, podem ir pensando no agravamento das suas posições. Entretanto, como o próprio secretário-geral do Partido Comunista Português afirmaria na conferência de Imprensa de sexta-feira passada, respondendo a um jornalista que quis saber qual o papel dos socialistas na unidade preconizada pelo PCP:

"Não nos consta que os socialistas procurem uma coligação eleitoral". E mais adiante: "Desejamos que o PS seja um partido forte na democracia portuguesa e que, com os comunistas, sejam maioritários na Assembleia".

POVO UNIDO

Os deputados de cada um dos partidos constituirão grupos parlamentares distintos na futura Assembleia da República.

•

Os dois partidos elaborarão e aprovarão as bases de um acordo de acção parlamentar que tome como grandes pontos de referência o respeito pela Constituição e a legalidade democrática, a defesa das liberdades e demais conquistas do 25 de Abril, a definição de uma nova política económica, a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias, a salvaguarda da independência nacional.

•

Em preparação uma campanha de massas pelo voto na APU que compreenderá iniciativas comuns da coligação e campanhas autónomas de cada um dos partidos.

Comunicado conjunto

1. No seguimento da proposta apresentada pelo Partido Comunista Português (PCP) ao Movimento Democrático Português (MDP/CDE) tendo em vista a constituição de uma coligação sob a sigla e o símbolo da APU para concorrer às eleições intercalares para a Assembleia da República e da sua posterior aceitação por parte do MDP/CDE, realizou-se, no dia 23 de Setembro, um encontro de delegações dos dois partidos a fim de definirem os termos do acordo que dá base à coligação e demais questões referentes à sua constituição.

Participaram no encontro Álvaro Cunhal, Carlos Costa e Carlos Brito, por parte do PCP, e José Tengarrinha, António Galhordas, Luís Catarino e Herberto Goulart, por parte do MDP/CDE.

2. Os dois partidos salientam que a decisão de concorrerem conjuntamente sob a denominação, a sigla e símbolo da APU (Aliança Povo Unido) às eleições intercalares para a Assembleia da República, depois de terem já estabelecido fazê-lo em relação às eleições para as autarquias, surgindo, embora, como resposta às particularidades do calendário eleitoral que comporta a realização de duas eleições diferentes no curto período de quinze dias, representa uma solução adequada para facilitar o voto do eleitorado e constitui, no plano político, importante factor para uma dinâmica unitária que irá congregar largos sectores que lutam consequentemente por uma viragem democrática na política nacional.

3. A coligação Aliança Povo Unido (APU) nas eleições para a Assembleia da República apresentará candidatos em todos os círculos eleitorais. Constitui-se nos termos do Artigo 22.º da Lei Eleitoral para a Assembleia da República e deixa de existir logo que for tornado público o resultado definitivo das eleições. Os eleitos serão deputados do PCP e deputados do MDP/CDE. Os deputados de cada um dos partidos constituirão grupos parlamentares distintos na futura Assembleia da República.

4. Os dois partidos reconheceram a necessidade de elaborar e aprovar posteriormente as bases de um acordo de acção parlamentar que tome como grandes pontos de referência o respeito pela Constituição e a legalidade democrática, a defesa das liberdades e demais conquistas do 25 de Abril – a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão –, a definição de uma nova política económica capaz de fazer face à crise que foi agravada pela orientação e actuação reaccionárias dos últimos governos, a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias, a salvaguarda da independência nacional.

5. Os dois partidos tomarão medidas para a rápida conclusão das listas de candidatos e a solução de todas as questões relacionadas com a sua apresentação, bem como para lançar as bases de uma campanha de massas pelo voto na APU que compreenderá iniciativas comuns da coligação e campanhas autónomas de cada um dos partidos, com programas, proclamações, propostas, acções e realizações próprias.

6. A coligação eleitoral Aliança Povo Unido para as intercalares está constituída. Ela representa um contributo importante para, tal como nas eleições anteriores, se infligir uma nova e severa derrota aos partidos reaccionários, na continuação das que sofreram, recentemente, com a queda do Governo Mota Pinto, com o fracasso da sua ofensiva para a revisão inconstitucional da Constituição e a derrota dos planos com que pretendiam impedir uma saída constitucional e democrática para a crise política. Ela constitui também uma contribuição para consolidar a maioria democrática na futura Assembleia da República. A dinâmica que vai desenvolver-se em torno da APU repercutirá como um factor de encorajamento dos sentimentos e tendências unitárias no conjunto dos partidos democráticos. Conduzindo ao reforço das posições das forças mais consequentes da democracia portuguesa ela influenciará positivamente no sentido da necessária transformação da maioria democrática numérica de que fazem também parte os deputados do PS em maioria política, base indispensável para um governo democrático e uma alternativa democrática que assegure as conquistas da revolução, consolide o regime, estabilize as instituições e na base da Constituição da República dê finalmente solução aos problemas dos portugueses e de Portugal.

Lisboa, 23 de Setembro de 1979